

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Maria Eduarda Tencati da Costa

Quando incentivos partidários aumentam chances de mulheres serem eleitas:

Análise das Eleições Municipais de 2024 aos Executivos Municipais

Maria Eduarda Tencati da Costa

Quando incentivos partidários aumentam chances de mulheres serem eleitas:

Análise das Eleições Municipais de 2024 aos Executivos Municipais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Orientadora: Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga.

São Carlos – SP, 202

Costa, Maria Eduarda Tencati da

Quando incentivos partidários aumentam chances de mulheres serem eleitas: Análise das Eleições Municipais de 2024 aos Executivos Municipais / Maria Eduarda Tencati da Costa -- 2026. 122f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Maria do Socorro Sousa Braga

Banca Examinadora: Gabriel Ávila Casalecchi, Nara Oliveira Salles

Bibliografia

1. Representação política feminina - Brasil. 2. Gênero e política. 3. Prefeitas - Eleições - Brasil. I. Costa, Maria Eduarda Tencati da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Maria Eduarda Tencati da Costa, realizada em 03/03/2026.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Profa. Dra. Nara Oliveira Salles (UNICAMP)

Às mulheres sábias que passaram pela minha vida e pavimentaram o caminho para que hoje eu pudesse escrever estas palavras.

AGRADECIMENTOS

É com imensa felicidade que agradeço por ser o produto de muitas mãos, de muitos afetos e da infinitude do cuidado.

Este trabalho, assim como as escolhas da minha vida, não seria possível sem a perseverança de meu avô Carlos. Meu avô é uma pessoa muito querida por sua generosidade e seu incondicional serviço ao próximo. Ele nunca mediu esforços e sempre acreditou em mim. Hoje compreendo que tudo o que você fez só se explica pelo amor; espero, um dia, poder retribuir. À minha querida avó, de quem carrego o nome Maria e a empatia ao próximo: sei que você sempre sonhou, mas nunca pôde frequentar a escola para aprender a ler e escrever. Se hoje tenho o privilégio de estar aqui, é porque tive seu colo, sua determinação e sua força. Vó, saiba que cada linha tecida nesta pesquisa não foi escrita apenas pelas minhas mãos, mas através do seu amor. Seu afeto e seus esforços nos trouxeram até aqui. Obrigada!

À minha mãe, agradeço não apenas pelo dom da vida, mas pela paciência e dedicação com que me ensinou a ler e a escrever de forma criativa, despertando em mim o apreço pela educação. Esses momentos estão guardados com carinho em minha memória. Espero que o "tempo roubado" do maternar na juventude se traduza agora em felicidade e na sensação de dever cumprido. Desde pequena tive consciência aguda das injustiças do mundo e isso devo ao meu pai. Pai, te agradeço por ter plantado a semente cujas flores colho hoje. Obrigada por me levar a campanhas e reuniões nas manhãs de domingo, por me filiar e por me mostrar este caminho no qual acredito e deposito minha esperança. Aos dois, juntos, obrigada por terem me dado o melhor presente do mundo. Mari, você é o meu coração fora do peito; obrigada simplesmente por ser você. Espero que sejamos irmãs em todos os universos.

Ao meu avô Serafim, agradeço pelo apoio e pelo papel fundamental em minha formação. À minha avó Elza, agradeço pelos momentos que hoje vivem na memória. Obrigada por ter demonstrado, em vida, tanto orgulho, amor e bravura ao defender os seus. Você partiu cedo, mas espero que saiba, onde quer que esteja, que agora tem uma neta mestre. Alegro-me pensar que você estaria sentada aqui, na primeira fileira, orgulhosa de tudo isso.

Aos meus tios, Dinei e Romulo, obrigada por serem a materialização da saudade de casa e pelos encontros e brindes que sempre recarregam minhas energias. Ao tio Toninho, obrigada pela coragem de ser e fazer, por ter materializado as campanhas e jingles que carregarei para sempre na memória e no coração.

Às minhas amigas de infância agradeço por terem sonhado comigo e por permanecerem ao meu lado nessa trajetória. Obrigada Isabelle Ventura por estar ao meu lado há 20 anos. E obrigada, Beatriz Anceschi, por me mostrar que amizade é escolha.

Às minhas amigas da Republica Tudo Pela Dona agradeço por compartilharem comigo as felicidades (infinitas) e as frustrações da vida adulta. Agradeço vocês pela paciência e por manterem o amor e o apoio mesmo diante das minhas ausências. Estar cercada pelo carinho de mulheres tão incríveis é um privilégio e eu agradeço muito por isso.

Agradeço à Denise Nery por dividir o amor pelos livros comigo. Obrigada por ter me presenteado com meu primeiro livro clássico da Ciência Política e pelos infinitos exemplares emprestados (que acabaram se tornando residentes permanentes da minha estante) foram refúgios fundamentais em momentos de descanso. Que nossas trocas perdurem para sempre.

À Amanda Lemes, obrigada por ser fonte inesgotável de saber feminista. Ao seu lado, neste último ano, cresci, floresci e me reencontrei como mulher no mundo. Em seu nome, agradeço também ao grupo ao qual você dá vida constantemente: a Empodere-se é a materialização de um futuro revolucionário. Conte comigo.

Aqueles que foram não apenas apoio, mas parceiros nesta trajetória acadêmica, sou extremamente grata. Vocês são minhas referências diárias. Obrigada aos amigos e colegas de escrita e pesquisa por confiarem em mim, mesmo quando eu duvidava. Um agradecimento especial a Luíza Bianchi, Ariane Machado, André Buna, Bruno Alcantara, Carol Adalpi e Davi Franzon.

Aos docentes que cruzaram meu caminho, obrigada por me emprestarem ferramentas essenciais para a construção do meu saber. Agradeço à Professora Débora Thomé, que, mesmo à distância, auxiliou no amadurecimento do problema desta pesquisa; ao Luís Locatelli, sempre disposto a ler rascunhos e sugerir caminhos; ao Professor Gabriel Casalecchi, pelas contribuições na qualificação; à Professora Gabriela Rosa, cuja conversa em sua sala foi uma "virada de chave" para este trabalho; à Professora Raíssa Ventura, que me abriu portas, apresentou autoras incríveis e me ensinou Teoria Política por outros ângulos; à Professora Rachel Meneguello, pelos novos olhares sobre a Representação Política; e à Professora Nara Salles, que, com sua leveza, mostrou-me um jeito diferente de fazer Ciência Política. Por fim, um agradecimento especial às contribuições de minha orientadora, Maria do Socorro Braga. É um privilégio tê-la ao lado; obrigada pelos quatro anos de parceria e confiança.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar) e a todos que possibilitaram a conclusão

desta dissertação: sou extremamente grata. O percurso na pesquisa não é fácil, especialmente em períodos de ataques e restrições à educação pública. O acesso a bolsas e a uma universidade de qualidade são mecanismos fundamentais para vislumbrar novos horizontes. Por isso, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo financeiro que viabilizou esta pesquisa.

Ainda sobre ensinamentos, agradeço à dedicação e aos saberes sobre dados e R do meu colega Jonas. Obrigada pela paciência e pelas incontáveis vezes em que me lembrou de usar o *mutate*, o *pipe*, o *ifelse* ou realizar um *join*. Esta pesquisa não teria sido possível sem você.

Por fim, a conclusão deste ciclo não seria possível sem o amor sereno e a paz inabalável do meu companheiro de vida. Obrigada, Otávio, por acreditar em mim, por este amor que cresce a cada dia e pelo companheirismo nesta caminhada que está apenas começando.

RESUMO

A sub-representação feminina na política brasileira persiste como um desafio democrático estrutural, evidenciado pela ausência da ocupação de mulheres nos espaços de poder e decisão. Esta dissertação investiga o papel dos partidos políticos como *gatekeepers* (porteiros) e analisa quais incentivos partidários aumentam as chances de mulheres serem recrutadas e eleitas para as prefeituras nas eleições de 2024. A pesquisa parte da premissa de que a estrutura interna das legendas e a distribuição de recursos são determinantes na oferta de candidaturas competitivas. Metodologicamente, o estudo utiliza uma abordagem quantitativa baseada em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aplicando modelos de Regressão Logística Binária para testar o impacto de variáveis como a presença de mulheres em cargos de direção partidária (presidência, secretaria-geral e tesouraria), o financiamento de campanha, o espectro ideológico e o porte do município. Os resultados indicam que, embora o modelo preditivo para o sucesso eleitoral apresente limitações, as variáveis estruturais são decisivas na etapa de recrutamento. A análise demonstrou que a presença de lideranças femininas nos órgãos partidários municipais triplica as chances de uma mulher se tornar candidata, confirmando a hipótese de que a inclusão interna impulsiona a oferta política. Além disso, observou-se que o financiamento público é a fonte primordial das campanhas femininas, dada a barreira no acesso a recursos privados, e que os municípios de pequeno porte se mostram terrenos mais férteis para a eleição de prefeitas. Conclui-se que os partidos políticos são variáveis centrais na manutenção ou ruptura do *status quo* de gênero, operando filtros que limitam a competitividade feminina antes mesmo do início do pleito.

Palavras-chave: Gênero e Política. Eleições Municipais 2024. Partidos Políticos. Recrutamento Político. Financiamento de Campanha.

ABSTRACT

The underrepresentation of women in Brazilian politics persists as a structural democratic challenge, evidenced by the low occupation of women in municipal Executive positions. This dissertation investigates the role of political parties as gatekeepers and analyzes which party incentives increase the chances of women being recruited and elected as mayors in the 2024 elections. The research is based on the premise that the internal structure of parties and the distribution of resources are determinants in the supply of competitive candidacies. Methodologically, the study employs a quantitative approach based on data from the Superior Electoral Court (TSE), applying Binary Logistic Regression models to test the impact of variables such as the presence of women in party leadership positions (president, general secretary, and treasurer), campaign finance, ideological spectrum, and municipality size. The results indicate that, while the predictive model for electoral success has limitations due to the complexity of voter behavior, structural variables are decisive in the recruitment stage. The analysis demonstrated that the presence of female leadership in municipal party bodies triples the chances of a woman becoming a candidate, confirming the hypothesis that internal inclusion boosts political supply. Furthermore, it was observed that public funding is the primary source for female campaigns, given the barrier to accessing private resources, and that small municipalities prove to be more fertile ground for the election of female mayors. It is concluded that political parties are the central variables in maintaining or breaking the gender status quo, operating filters that limit female competitiveness even before the election begins.

Keywords: Gender and Politics. 2024 Municipal Elections. Political Parties. Political Recruitment. Campaign Finance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Especificação dos Modelos de Regressão Testados	26
Tabela 2 - Variáveis Independentes e Justificativas Teóricas	26
Tabela 3 - Siglas Partidárias por Espectro Ideológico	28
Tabela 4 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por Porte do Eleitorado	29
Tabela 5 - Órgãos Partidários no nível Local (2023 - 2024)	52
Tabela 6 - Distribuição de Recursos Públicos (Fundo Especial de Financiamento de Campanha e Fundo Partidário) por Legenda em 2024	62
Tabela 7 - Distribuição de Candidatas e Eleitas aos Executivos Municipais por Partido (2024)	79
Tabela 8 - Grau de Instrução de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)	82
Tabela 9 - Perfil de Cor/Raça de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)	82
Tabela 10 - Faixa Etária de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)	83
Tabela 11 - Estado Civil de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)	84
Tabela 12 - Operacionalização e Tratamento das Variáveis nos Modelos de Regressão.....	85
Tabela 13 - Fatores Associados à Variável Dependente "Mulher Eleita" (Modelo Logístico Completo)	87
Tabela 14 – Fatores Associados à Eleição de Prefeitas (Comparativo das Razões de Chances)	91
Tabela 15 - Fatores Associados ao Lançamento de Candidaturas Femininas (Comparativo em Razão de Chances)	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Número de Órgãos Partidários Analisados	49
Figura 2 - Distribuição de Órgãos Partidários Municipais	51
Figura 3 - Órgãos Partidários e a Presença Feminina	53
Figura 4 - Proporção de gênero por cargo nos partidos analisados	55
Figura 5 - % de Presença de Mulheres por Ideologia	56
Figura 6 - Inclusão de Mulheres por Porte do Município.....	57
Figura 7 - Receita por partido e fonte	65
Figura 8 - Total de Recita Declarada por Fonte	65
Figura 9 - Total declarado por gênero e fonte.....	66
Figura 10 - Distribuição por região e porte	68
Figura 11 - Comparativo Receita Mulher vs Geral por Região e Fonte	68
Figura 12 - Comparativo Receita Mulher vs Geral por Ideologia e Fonte	69
Figura 13 - Evolução de Mulheres Eleitas Prefeitas (2000 - 2024).....	78
Figura 14 - Matriz de confusão do Modelo Completo	89
Figura 15 - Curva ROC do Modelo Completo	90
Figura 16 - Teste KS (Kolmogorov-Smirnov) do Modelo Completo.....	90

LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGIR – Agir

AVANTE – Avante

CIDADANIA – Cidadania

DC – Democracia Cristã

FEFC – Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FP – Fundo Partidário

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEA – *Institute for Democracy and Electoral Assistance* (Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

KS – *Kolmogorov-Smirnov*

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MOBILIZA – Mobilização Nacional

NOVO – Partido Novo

OR – Outros Recursos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PED – Processo de Eleições Diretas

PL – Partido Liberal

PMB – Partido da Mulher Brasileira

PODE – Podemos

PP – Progressistas

PRD – Partido Renovação Democrática

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

REDE – Rede Sustentabilidade

REPUBLICANOS – Republicanos

ROC – *Receiver Operating Characteristic* (Característica de Operação do Receptor)

SGIP3 – Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias

SOLIDARIEDADE – Solidariedade

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNIÃO – União Brasil UP Unidade Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.2 PASSOS PRELIMINARES: Coleta e Tratamento dos Dados	23
1.2.1 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS APLICADAS.....	24
1.2.2 OPERACIONALIZAÇÃO.....	26
2 TORNAR PRESENTE O AUSENTE: As faces da Representação Política	30
2.1 JUSTIÇA, INCLUSÃO E A POLÍTICA DA PRESENÇA: Para Além das Ideias	32
2.3 O MITO DA NEUTRALIDADE: Silenciamento Estrutural e a Divisão Sexual do Trabalho	37
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	39
3 PARTIDOS POLÍTICOS IMPORTAM? Estrutura partidária e a Inserção Política das Mulheres	40
3.1 A CENTRALIDADE DOS PARTIDOS NA ESCOLHA DE CANDIDATOS(AS)	42
3.2 OLHANDO PARA DENTRO: Gênero e a disputa pelo Poder	46
3.3 FINANCIAMENTO ELEITORAL E DINÂMICAS PARTIDÁRIAS: O uso dos Recursos Públicos	58
3.3.1 A presença dos recursos nas Eleições de 2024.....	61
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	70
4 MULHERES PREFEITAS NO BRASIL	71
4.1 PANORAMA HISTÓRICO: as análises de Eva Blay em face da ascensão da mulher ao poder local	74
4.2.1 QUEM CONCORRE E QUEM GANHA? Perfil das mulheres candidatas e eleitas ao executivo em 2024.....	80
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	84
5 ANÁLISES CONFIRMATÓRIAS	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97

APÊNDICE A — “base_final”	115
APÊNDICE B — Cálculo da Análise Taxa de Sucesso	116
APÊNDICE C — Matriz de confusão Modelo sem tem_mulher.....	117
APÊNDICE D – Matriz de confusão Modelo sem receita	118
APÊNDICE E – Curva ROC Modelo sem tem_mulher.....	119
APÊNDICE F – Curva ROC Modelo sem receita.....	120
APÊNDICE G – Teste KS Modelo sem tem_mulher.....	121
APÊNDICE H – Teste KS Modelo sem receita.....	122

1 INTRODUÇÃO

“não escrevemos para delinear uma utopia imaginada, mas para assinalar a via a ser percorrida a fim de alcançar uma sociedade justa.” (BHATTACHARYA; FRASER; CANDIANI, 2019, p.29).

Ao longo do século XX as mulheres conquistaram direitos sociais, civis e políticos, os quais emergiram como um eixo importante nas estruturas das sociedades modernas, catalisando a perspectiva de mais equidade e ampliando as fronteiras sobre justiça e participação deste grupo. Esses avanços, porém, não ocorreram como um processo linear ou homogêneo: embora marcos fundamentais, como o sufrágio universal, a garantia de direitos trabalhistas e a autonomia reprodutiva, tenham reconfigurado o lugar das mulheres na esfera pública, sua efetivação permanece atravessada por contradições, resistências e hierarquias históricas. Nesse contexto, a representação política feminina ganha notoriedade e ao analisá-la exige reconhecer que a busca por igualdade, ainda que pautada por algumas conquistas, é um fenômeno tensionado entre rupturas e permanências, evidenciando a dissonância entre os princípios básicos da democracia liberal de igualdade e justiça e a realidade das instituições.

O estudo da representação é um tema central no campo da Ciência Política, precisamente na área da teoria política, sendo a boa representação, uma preocupação de toda teoria democrática. Muitos estudos, no Brasil, têm se desafiado para tentar entender por que há tanta dificuldade em aumentar de forma expressiva a representação descritiva (PITKIN, 1967) das mulheres. O contexto brasileiro, no qual o eleitorado nacional é formado por uma maioria de mulheres (52,4%), não se reproduz nas arenas políticas, mesmo após as leis de incentivo à maior participação política desse segmento. Esse fato ilustra bem o dualismo na dimensão da representação descritiva na democracia nesse país.

A exemplo de outros países, o Brasil aderiu às medidas afirmativas¹ para encorajar a participação feminina (ARCHENTI; TULA, 2007; ARAÚJO; DINIZ, 2009) e acompanhar as metas globais sobre paridade de gênero além de responder a cobrança de grupos de pressão por representação. No entanto, nas eleições de 2024, apenas 17,94% foram eleitas para cargos públicos. A disparidade se mantém significativa ao verificarmos esse desempenho por tipos de disputa: apenas 13,22% alcançaram cargos nos Executivos municipais, enquanto 18,26%

¹ Criação da Lei de Cotas em 1995

conquistaram cadeiras nos Legislativos locais, números esses que refletem uma histórica assimetria de gênero.

Esse cenário persistente de sub-representação feminina é diagnosticado pela Ciência Política sob diversos prismas. De acordo com a abordagem institucionalista, está relacionado com a legislação partidária e eleitoral brasileira, que, inicialmente, estabeleceu uma reserva de vagas sem mecanismos de fiscalização, o que demonstrou ineficácia por quase duas décadas (ARAÚJO, 2009; SACCHET, 2012; SCHWINDT-BAYER, 2009).

Após algumas reformas, incluindo a vinculação do financiamento partidário ao cumprimento das cotas, chegamos ao cenário atual, em que a norma se consolidou como um mecanismo mais efetivo, tornando obrigatório que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. O panorama da série histórica das candidaturas municipais a vereança iniciada em 2000 vai nessa direção, ou seja, observa-se um pequeno impacto inicial, mas, nos pleitos seguintes, tem ocorrido um aumento mais substancial: Dos 17,5% das eleições de 2000 foi para 20,1% em 2004 e praticamente se manteve em 2008, 20,2%. Mas nas eleições seguintes, esse número teve aumento significativo, chegando a 32,4% em 2016, 34,77% em 2020 e 35,41% em 2024 sinalizando que a institucionalização de mecanismos pode possibilitar a alteração de padrões históricos de exclusão (MONZOY, 2011).

Apesar das cotas, a efetividade da contribuição dos partidos é questionada devido a vários fatores. O primeiro é a baixa ocupação no Legislativo Nacional, que também ocorre no nível local. Desde 2022, a representação feminina no Congresso Nacional ainda é de apenas 18,1% na Câmara e 16% no Senado, mantendo o Brasil na 133ª posição global de representação parlamentar feminina. O segundo é a PEC da Anistia. Em 2024, o Congresso aprovou essa emenda que perdoou partidos que descumpriram cotas de gênero e raça em eleições anteriores, denotando forte retrocesso na punição a irregularidades cometidas pelas organizações partidárias. Terceiro, ocorrência de Candidaturas "Laranja". Ainda ocorrem casos de fraudes às cotas, onde partidos lançam mulheres apenas para preencher o percentual legal, sem intenção real de disputa ou financiamento adequado. E o quarto fator é a exclusão da Cúpula partidária. As mulheres brasileiras ocupam apenas cerca de 3 em cada 10 cargos de liderança nos órgãos nacionais dos partidos com as maiores bancadas. Nos demais partidos essa realidade é ainda mais pulverizada. Mas e no nível local, as mulheres vêm ocupando mais cargos de direção intrapartidária?

Diante desse contexto problemático da representação política das mulheres, visamos identificar quais partidos e incentivos têm conseguido aumentar as chances de as mulheres serem eleitas a partir do papel que determinadas políticas e estratégias assumem no processo eleitoral por meio da ação partidária. O objetivo central é elucidar como os partidos, sendo atores centrais no processo eleitoral, operam para promover ou intimidar o acesso das mulheres a posições eletivas em eleições majoritárias.

A escolha pelas eleições majoritárias municipais justifica-se por três ordens de fatores. Primeiro, pela centralidade estratégica do cargo para a lógica partidária, sendo que no nível local, a prefeitura é o posto de maior relevância para o controle de recursos e a estruturação de carreiras políticas, funcionando como ponto essencial da capilaridade partidária (SAMUELS, 2003; SPECK, 2022). Segundo, pelas singularidades institucionais do pleito majoritário brasileiro. A vasta maioria dos 5.568 municípios decide a eleição em turno único, o que impõe uma dinâmica de competitividade e coordenação distinta das metrópoles. No pleito de 2024, por exemplo, embora 103 cidades fossem aptas a ter segundo turno (por possuírem mais de 200 mil eleitores), a disputa foi decidida em etapa complementar em apenas 51 delas, revelando uma variação no nível de fragmentação e disputa local (TSE, 2024²). Por fim, a análise preenche uma lacuna bibliográfica, pois enquanto a literatura de gênero e política no Brasil consolidou-se em torno das eleições proporcionais e legislativas, os estudos sobre o acesso de mulheres a cargos majoritários municipais permanecem escassos mesmo sendo uma arena onde o papel mediador dos partidos é ainda mais decisivo (RULE, 1987; MATLAND, 1988; JALALZAI, 2003).

Portanto, a pergunta que motiva este trabalho é a seguinte: Como os partidos se comportam nas eleições para os executivos municipais em relação às mulheres? A relevância desta investigação ancora-se em dois fatores fundamentais. Primeiro, destacamos que a disputa majoritária em qualquer esfera de poder é a mais estratégica, do ponto de vista partidário, tendo em vista os recursos que sua posse reverte ao partido vencedor. Segundo, entendemos que o estudo dessa competição no nível municipal permite lançar nova luz sobre a controvérsia do papel das legendas na sub-representação feminina, identificando se estas atuam como filtros ou como indutoras de inclusão. Caso os resultados apontem para esta última direção, teremos

² Informações sobre o segundo turno disponíveis em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Outubro/2o-turno-na-disputa-pelo-cargo-de-prefeito>

evidências de que outros fatores estruturais influenciam essa grave questão de gênero na política brasileira.

Para respondermos a essa questão, utilizamos três bases de dados principais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições de 2024. A primeira refere-se às organizações partidárias e cargos intrapartidários; a segunda lista as candidaturas ao Executivo Municipal; e a terceira detalha o financiamento de campanha. As variáveis analisadas incluem a presença de lideranças femininas em cargos decisórios, o espectro ideológico, o porte do município e os recursos financeiros, bem como o número de candidaturas e eleitas por partido e a taxa do eleitorado feminino. Como a intenção é olhar para o papel central dos partidos no processo eleitoral e como eles impactam o desempenho das mulheres, a hipótese primordial é a de que a presença de mulheres ocupando cargos de poder nos órgãos partidários municipais, impacta na eleição de mulheres ao executivo municipal. Essa hipótese parte do pressuposto que a presença de mulheres nas direções partidárias contribui para a atuação na tomada de decisões que podem trazer consequências práticas no processo de recrutamento, capacitação e definição das estratégias eleitorais, alocação de recursos, entre outras questões que podem incidir para ampliar a presença das mulheres na política (LOPES, M; CARNEIRO, I. 2021).

Nesse sentido, a observação da participação feminina dentro das instâncias partidárias tem mostrado que a ênfase em mulheres em posição de liderança dentro dos partidos pode resultar no aumento do número de candidatas e eleitas (CAUL, 1997, 2001; KUNOVICH; PAXTON, 2005; CHENG; TAVITS, 2011; REZENDE; SILVA, 2018). Bem como na probabilidade de que a sigla tenha um programa que enfatize temas relacionados à justiça social e à adoção de medidas afirmativas como as cotas (KITILSON, 2006, 2011).

Outras duas hipóteses serão examinadas. A segunda hipótese é a de que os partidos que destinam maiores parcelas de recursos para mulheres são aqueles em que mais candidatas são eleitas. Essa hipótese dialoga com uma parte da literatura que tem apontado o financiamento como um mecanismo determinante nesse processo, assim como, uma das principais barreiras enfrentadas na entrada feminina no grupo das elites políticas (SACCHET; SPECK, 2012a; SPECK; MANCUSO, 2014; FRAGA; HASSELL, 2020; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021).

Na análise da dificuldade de acesso aos recursos financeiros de campanha por grande parte das mulheres, os partidos políticos têm se mostrado como uma peça-chave dessa dinâmica (SACCHET, 2018, 2020; FERREIRA, 2021). Isso porque, além de recrutar e selecionar as candidaturas, eles comandam as campanhas, podendo facilitar o acesso aos recursos

financeiros, seja de doadores ou do próprio partido (SACCHET; SPECK, 2012b; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021). E, nesse sentido, a literatura aponta indícios de existir uma preferência das lideranças partidárias por homens na alocação desses recursos (SACCHET; SPECK, 2012a; JANUSZ; BARREIRO; CINTRON, 2021).

E, por fim, supomos que partidos de esquerda tendem a eleger mais prefeitas, assim como cidades maiores. Em relação ao espectro ideológico, autores apontam que aqueles partidos situados mais ao campo progressista tendem a prezar mais pelas políticas de igualdade e inclusão social enquanto organizações conservadoras perpetuam hierarquias de gênero reforçando estereótipos (LOVENDUSKI, 1993; NORRIS, 1993; NORRIS; INGLEHART, 2003; IPU, 2000; MATLAND, 2002; KATZ; MAIR, 1992). Portanto, os partidos de esquerda estariam mais predispostos a aceitar como injusta a sub-representação política das mulheres. Eles seriam também mais propensos a implementar medidas concretas para alavancar a participação política das mulheres e até iniciando movimentos que seriam seguidos por demais partidos como um efeito de bola de neve (KITTELSON, 1999; LOVENDUSKI, 1993; WAYLEN, 2003). Além disso, o porte do município é posto por Araújo (2005) como importante para influenciar na eleição de mulheres.

A autora argumenta que distritos grandes, podem aumentar o número de candidaturas, tendo como consequência o aumento da proporcionalidade e maior diversificação e inclusão de candidatos outsiders. Os autores Htun e Jones (2002), sugeriram que tal correlação dependeria da interação com outros fatores, uma vez que poderiam implicar também em maior competição, necessidade de mais recursos e estratégias de campanhas. As análises na literatura se contrapõem, no entanto, em estudos recentes Maruci (2025) aponta que as campanhas eleitorais na cidade grande e na pequena são marcadas por uma discrepância significativa de representatividade e de recursos disponíveis, por isso iremos avaliar onde se concentra o maior número de lideranças femininas, candidatas, eleitas e recursos financeiros, para saber onde essas mulheres possuem mais chances, seja nos distritos menores ou nos maiores.

Pode-se então afirmar que a análise dos partidos políticos e da maneira como atuam são pontos centrais no entendimento do processo da representação política feminina. Dessa forma, quanto mais abordadas as dinâmicas partidárias, melhor será a compreensão dos mecanismos de incentivo e/ou de exclusão da participação política de mulheres. Muitos trabalhos têm tratado dessa questão pela análise do recrutamento partidário (CHAPPELL, 2006; SACCHET, 2011; BJARNEGÅRD, 2013; BJARNEGÅRD; KENNY, 2016; VERGE, 2012). Já as análises sobre os efeitos da organização partidária na participação política feminina ainda têm sido pouco

exploradas (BOLOGNESI; COSTA, 2015; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; REZENDE; SILVA, 2018).

Desse modo, esta pesquisa procura contribuir com o debate, observando como a presença feminina nessas dinâmicas intrapartidárias pode funcionar como um catalisador da participação política das mulheres. Com esse propósito, propomos a utilização das informações sobre a composição dos órgãos partidários municipais, com o intuito de observar a relação entre a presença feminina em cargos de poder e o sucesso eleitoral de mulheres que decidem se candidatar ao cargo majoritário em seus municípios.

Para a análise, iniciamos essa pesquisa averiguando os órgãos partidários municipais e a presença de mulheres em posições consideradas como o “núcleo duro” dos partidos (PINHO, 2016), que consistem nos cargos de presidência, secretaria geral e tesouraria. Em todos os órgãos, há a presença desses cargos, os quais possuem poder de decisão e não são meramente figurativos (FERREIRA, 2021). Depois, olhamos para as candidatas e eleitas de cada partido, assim como a ideologia do partido, o município e os recursos financeiros desse ator em disputa.

Para sintetizar os achados e dar corpo a pesquisa, este trabalho está organizado da seguinte forma: a subseção seguinte explica os procedimentos metodológicos, denomina as variáveis e suas categorizações e explica as técnicas estatísticas utilizadas. A segunda seção apresenta uma discussão com debates centrais na teoria crítica feminista sobre a representação política. Mobilizamos a política da presença (PHILLIPS, 1995) para justificar a representação descritiva de atores marginalizados, assim como o debate sobre representação de grupos e de suas perspectivas situado por Young (2002). Na terceira seção, apresentamos os aspectos partidários envolvidos no processo de participação política feminina. O objetivo desta seção está em entender quais características dos partidos políticos podem ser mais favoráveis para a representação das mulheres nos cargos eletivos, e especial, aquelas que dizem respeito às dinâmicas internas partidárias. Além das estruturas de poder, a seção se dedica a examinar o financiamento eleitoral como uma variável determinante na competitividade. Analisamos a distribuição dos recursos públicos — Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e Fundo Partidário (FP) — e privados nas eleições de 2024, investigando como as disparidades de arrecadação entre os gêneros e as estratégias de alocação partidária podem operar como barreiras ou incentivos à presença feminina na disputa majoritária.

A quarta seção, por sua vez, constrói o debate a partir de uma perspectiva comparada sobre as mulheres prefeitas ao retomar o trabalho de Eva Blay (2015), situado em um tempo para traçar um panorama histórico das características da disputa local no momento de sua

análise, o perfil das candidatas e eleitas, assim como as características destes atores. Avançamos nesta seção trazendo o panorama atual da última disputa ao cargo majoritário no país, apresentando os dados, os partidos e o perfil de quem concorre e quem ganha essa disputa. A título de comparação, o panorama histórico e o atual traz uma dimensão de possibilidade de mudança, tendências e pontos de estagnação neste processo. Na quinta seção apresentamos os resultados dos modelos, dos testes estatísticos e dos principais achados deste trabalho, bem como campos possíveis de investigação futura nesta lacuna pouco explorada. Por fim, finalizamos retomando as conclusões parciais encontradas ao longo do texto em cada uma das seções, apontando para quais sinalizam em direção do acúmulo da literatura sobre este tema e quais se afastam. Esta seção final também se dispõe a pensar os questionamentos frente a sub-representação a partir dos incentivos partidários.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, descrevemos as etapas de coleta, integração e tratamento dos dados, bem como as técnicas estatísticas e suas justificativas teóricas. Em linhas gerais, integramos bases do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes (i) à composição dos órgãos partidários municipais, (ii) às candidaturas ao cargo de prefeito nas eleições de 2024 e (iii) às receitas de campanha. Para fins analíticos, categorizamos o porte dos municípios e a posição ideológica dos partidos, além de padronizar as variáveis de receita. As etapas de importação, filtragem, integração e tratamento foram realizadas no software R (*RStudio*).

1.2 PASSOS PRELIMINARES: Coleta e Tratamento dos Dados

Na etapa de coleta foram baixados dados referentes aos órgãos partidários municipais, os dados sobre as candidaturas no pleito de 2024 e os dados referentes às receitas. Em cada uma dessas bases, foi realizada uma filtragem selecionando as informações essenciais para a análise. Foram 31 bases referentes aos órgãos partidários (todos aqueles inscritos no TSE), em cada uma delas, filtramos o código do município, o nome do município, o estado do município os cargos de presidência, vice presidência, tesouraria e secretaria geral, o gênero das pessoas que ocupavam os cargos selecionados, a data de vigência dos respectivos cargos (início e fim do mandato) e a sigla de cada um dos partidos.

A base de candidaturas é separada por Estado, portanto, foram coletadas 26 bases. Em cada uma dessas bases, selecionamos o código do município, o nome do município, a sigla do

estado do município em questão, o número do cargo de prefeito (11), o partido do candidato(a) e o gênero e a situação do turno, se eleito, ou não. Por fim, a base de receitas também estava agrupada por estado, por tanto coletamos as 26 bases referente às receitas, filtramos em cada uma delas as colunas de identificação do município, o partido, o código do cargo referente a “prefeito” e os três tipos de categorias de receitas: Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), Fundo Partidário (FP) e Outros Recursos (OR).

Após a coleta desses dados e dos filtros aplicados nós realizamos a união das bases de "Órgãos Partidários" para identificar a composição de gênero dos diretórios municipais, com as bases de “Candidaturas”, para identificar os partidos que lançaram candidaturas ao executivo e, por fim, com os dados de "Receitas" para apurar o financiamento de campanha. Esse cruzamento de bases foi realizado a partir de uma função que se chama *join*, disponível no pacote *dplyr* (parte do ambiente *tidyverse*). Utilizamos especificamente o *inner_join* (x, y), o qual mantém as linhas que possuem correspondências em cada uma das tabelas.

Por fim, ao cruzar todos os dados e obtivemos uma “base_final³” normalizamos a receita e binarizamos variáveis qualitativas. Esse breve passo a passo descreve de forma objetiva o trabalho pré análise dos modelos e que é também parte essencial dessa pesquisa. A seguir iremos ver as técnicas estatísticas realizadas.

1.2.1 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS APLICADAS

Descritos os passos acima de coleta dos dados, de filtragem e de junção das tabelas, olhamos para os dados de forma descritiva para observar o comportamento dos mesmos a partir de medidas-resumo de posição, dispersão e forma (FÁVERO & BELFIORE, 2017). Posteriormente, através da análise de regressão logística, visamos obter modelos explicativos quanto às possíveis associações das variáveis independentes com a eleição de mulheres ao executivo municipal, bem como relacionar em que grau e sentido a interação ocorre.

A regressão logística binária consiste em avaliar como um conjunto de variáveis independentes impacta a probabilidade de ocorrência de um evento dicotômico de interesse, a variável dependente (*ibid.*, p. 612). Os resultados do modelo são expressos em coeficientes que

³ A visualização da “base_final” se encontra no Apêndice A com as 50 primeiras observações da base de dados utilizada na análise, demonstrando a formatação das variáveis após o processamento.

indicam a variação no logito (logaritmo de chance) do evento ocorrer, dado o comportamento das variáveis explicativas. A partir desses coeficientes, extraem-se três informações: i. a direção do efeito, definida pelo sinal positivo (aumento de chance) ou negativo (diminuição de chance); ii. a magnitude da influência, em que coeficientes próximos de zero indicam ausência de associação relevante; e iii. a probabilidade predita de ocorrência do evento para cada observação. A estrutura teórica do modelo é representada pela equação abaixo, onde “e” é a base do logaritmo natural, “α” é a constante (intercepto), “β” são os parâmetros estimados e X as variáveis independentes:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_n x_n)}}$$

Para viabilizar a realização da regressão logística, foi necessário operacionalizar as variáveis independentes de natureza qualitativa, convertendo-as em *dummies* (variáveis binárias)⁴. As variáveis *dummies* da análise foram agrupadas em 4 categorias, sendo elas: i. Ideologia Partidária, Porte do Município, Taxa do Eleitorado feminino e Tem Mulher no órgão partidário e a Variável dependente (resposta = mulher_eleita). Em relação a (i) ideologia partidária, as siglas foram recodificadas em sete espectros, variando de "extrema-esquerda" a "extrema-direita"; o (ii) Porte do Município, segmentado por faixas de eleitorado; e (iii) Financiamento, operacionalizado através da soma total de receitas, a qual foi posteriormente normalizada pelo método de padronização Z-score (standard score) para mitigar distorções de escala. Por fim, a variável dependente binária foi definida como mulher_eleita.

Após a criação das *dummies*, foram testadas sete especificações para verificar a robustez dos modelos e o impacto de diferentes conjuntos de covariáveis. A análise final concentrou-se na comparação entre três especificações apresentados na Tabela 1:

⁴ Esse procedimento, conforme descreve Fávero & Belfiore (2017) consiste em definir uma categoria de referência e criar k-1 variáveis dicotômicas, em que k representa o total de categorias originais. Nesse sistema, atribui-se ao valor 1 à presença de característica analisada e 0 quando a observação corresponde à categoria de referência (ARJONA, 2023).

Tabela 1 - Especificação dos Modelos de Regressão Testados

Modelo	Descrição
Modelo Completo	Incorpora ideologia, porte do município, presença de mulheres na estrutura partidária (<i>tem_mulher</i>) e receitas normalizadas.
Modelo Sem Receita	Exclui a variável financeira para isolar os efeitos políticos e demográficos.
Modelo Sem Mulher	Exclui a variável referente à presença de mulheres no diretório (<i>tem_mulher</i>) para isolar o efeito da organização partidária.

Fonte: Autoria Própria.

Nos testes dos modelos, observamos as taxas de acerto da ocorrência ou não ocorrência do evento, dadas como sensibilidade e especificidade (ARJONA, 2023). Em seguida, examinamos os *p-valores* de cada variável explicativa. Em terceiro, obtemos a área abaixo da curva *ROC* e avaliamos a taxa global de acerto. Por fim, rodamos um teste de *Kolmogorov-Smirnov (KS)*, comparando a real distribuição da variável dependente com a estimada com base na probabilidade. Nesse teste estatístico, caso o *p*-valor seja inferior a 0,05, rejeitamos a hipótese nula e assumimos que as duas distribuições são estatisticamente diferentes. Abaixo iremos demonstrar a execução desses passos.

1.2.2 OPERACIONALIZAÇÃO

Para viabilizar a execução dos modelos estatísticos e testar as hipóteses de pesquisa, a base de dados inicial foi processada para converter algumas informações em variáveis analíticas mensuráveis. O modelo explicativo foi construído com base em cinco variáveis independentes, cujas justificativas teóricas estão sintetizadas na Tabela 2:

Tabela 2 - Variáveis Independentes e Justificativas Teóricas

Variável Analítica	Justificativa Teórica	Referências Principais
Liderança Feminina no Órgão Partidário	A presença de mulheres nas direções partidárias permite atuar em instâncias intrapartidárias de tomada de decisão. Isso pode gerar consequências práticas no processo de recrutamento, ampliando a presença feminina na política representativa.	Lopes e Carneiro (2022)

Ideologia dos Partidos	Partidos situados no campo progressista tendem a prezar mais por políticas de igualdade e inclusão social. Organizações conservadoras, por outro lado, tendem a perpetuar hierarquias de gênero, reforçando estereótipos que dificultam o acesso.	Lovenduski (1993); Norris (1993); Norris e Inglehart (2003); IPU (2000); Matland (2002); Katz e Mair (1992)
Financiamento da Campanha	O acesso ao capital financeiro está entre os recursos identificados como os mais determinantes para aumentar as chances de sucesso e a viabilidade eleitoral das candidaturas.	Sacchet e Speck (2012); Speck e Mancuso (2014); Sacchet (2020)
Tamanho (Porte) do Município	As campanhas eleitorais nas cidades grandes e nas pequenas são marcadas por uma discrepância significativa nas dinâmicas de representatividade e nos recursos políticos disponíveis.	Maruci (2025)
Taxa do Eleitorado Feminino	Ancorada na premissa da representação descritiva, a variável busca investigar se uma maior proporção demográfica de mulheres no eleitorado local cria uma demanda maior ou um ambiente mais favorável para candidaturas femininas.	(Premissa teórica da representação descritiva)

Fonte: Autoria Própria.

Cada uma das variáveis expõe certa expectativa teórica no modelo que será exposta em seguida. A variável dependente, ou variável resposta, refere-se ao sucesso na eleição e foi definida de forma binária (dummy). A partir dos dados de resultados disponíveis no TSE, atribuiu-se o valor 1 para as candidaturas que obtiveram êxito no pleito e 0 para aquelas que não foram eleitas.

Nossa primeira variável independente refere-se à presença de liderança feminina no órgão partidário, é a hipótese central da pesquisa e pressupõe que a estrutura interna do partido que seja mais aberta à inclusão feminina importa para ampliar práticas no processo e consequentemente impactar nas chances de mulheres serem eleitas. No modelo, operacionalizamos como uma variável binária (presença = 1 e ausência = 0) em cargos de presidência, secretaria-geral ou tesouraria do órgão partidário municipal; seja comissão provisória ou diretório). Esse filtro é utilizado pois entendemos que não basta as mulheres ocuparem qualquer cargo, mas sim cargos de poder e importância nas decisões do partido. Assim, tendem a recrutar e apoiar mais candidatas mulheres e consequentemente, romper com os ciclos de exclusão feminina.

Ainda sobre os partidos, para compreendermos se o espectro político-ideológico influencia a eleição de mulheres, os partidos foram classificados em blocos ideológicos (da extrema esquerda à extrema direita). A explicação reside na literatura que aponta os partidos de esquerda como historicamente mais permeáveis a pautas identitárias e de igualdade de gênero. O estudo de Katz e Mair (2018) aponta que foram essas siglas nos países da Europa Ocidental as primeiras a incluir algum tipo de norma interna voltada para a ampliação da participação das mulheres, enquanto os partidos de direita, que são mais conservadores a respeito do papel feminino nas atividades políticas, seriam mais fechados a esse processo de inclusão (FUNK; HINOJOSA; PISCOPO, 2017).

Apesar desse potencial explicativo consolidado na literatura internacional, no Brasil com o passar dos anos, houve uma disseminação de iniciativas inclusivas desse tema nos partidos dos diversos espectro ideológicos (EDUARDO, 2022). Por esse motivo, as imposições diante da variável ideológica vêm sofrendo declínio ao passo que partidos diferentes da esquerda, passaram a adotar discursos “pró-gênero” e cotas para mulheres em listas eleitorais (KITILSON, 2006). A distribuição das siglas por blocos ideológicos segue o seguinte agrupamento disposto abaixo na Tabela 3:

Tabela 3 - Siglas Partidárias por Espectro Ideológico

Espectro Ideológico	Partidos Políticos
Extrema-Esquerda	PCO, UP, PSTU, PCB
Esquerda	PT, PSOL, PCdoB
Centro-Esquerda	PDT, PSB, REDE
Centro	CIDADANIA, PV
Centro-Direita	PSDB, SOLIDARIEDADE, AVANTE, AGIR, MOBILIZA
Direita	MDB, PSD, PP, UNIÃO, REPUBLICANOS, PODE, PSC, PRTB, DC, NOVO
Extrema-Direita	PL, PRD

Fonte: Autoria Própria com base na classificação dos autores Bolognesi; Ribeiro e Codato, 2023.

Em relação ao financiamento, essa é uma das variáveis mais importantes para estudos da Ciência Política sobre padrões de competição político-partidária. A utilização de recursos públicos nas campanhas eleitorais indica que poderia haver condições mais equitativas dos

atores nas disputas (NASSMACHER, 2003; KATZ; MAIR, 2018), na medida em que todos teriam acesso a recursos para assim ter melhores condições nas disputas intrapartidárias.

Além disso, a maior centralidade dos recursos públicos se torna importante pois, na quase totalidade dos casos, as mulheres possuem menos bens declarados do que os homens (DOSS; GROWN; DEERE, 2008). Ainda sobre esse mecanismo de campanha, há evidências mostrando que em países onde existe o financiamento do Estado, as mulheres e outras minorias têm maior sucesso em seu envolvimento com a política (BALLINGTON, 2003; CIGANE; OHMAN, 2014). Nesta pesquisa, portanto, utilizaremos os três tipos de recursos disponíveis na prestação de contas: o Fundo Partidário, o Fundo Eleitoral e o agrupamento de “Outros Recursos” (que inclui doações de pessoa física, “vaquinhas”).

Dada a grande variabilidade nos valores nominais de arrecadação, optamos pela padronização dos dados. A variável *receita_normalizada* foi construída somando-se as três fontes de recursos declaradas e aplicando-se o método de Z-score (Standard Score). A fórmula aplicada, $Z = (x - \mu) / \sigma$, onde X é a receita total da candidata, é a média global das receitas e o desvio-padrão, permite interpretar o financiamento em termos de desvios-padrão acima ou abaixo da média, mitigando distorções de escala e outliers.

A variável sobre o porte do município é relevante visto que os achados na literatura apontam que há claras distinções entre as estratégias eleitorais e o contexto geográfico-espacial. Hannah Maruci (2025) aponta que as campanhas eleitorais na cidade grande e na pequena são marcadas por uma discrepância significativa de representatividade e de recursos disponíveis. Além disso, e, em relação à questão de gênero, há a ideia de que as regiões mais desenvolvidas e os maiores municípios tendem a operar sobre uma lógica mais progressista e que libertam a mulher de uma restrita atividade doméstica (BLAY, 2015). Assim, para pensar a categorização do porte dos municípios, utilizamos o tamanho do colégio eleitoral de 2020 e aplicamos a categorização utilizada por Jairo Nicolau (NICOLAU, 2020) num estudo sobre os determinantes do voto no pleito de 2018, transformando assim uma variável qualitativa ordinal. Abaixo, na tabela (Tabela 4) temos uma demonstração que relaciona a variável Porte e os números de municípios absolutos e relativos abarcados por cada categoria:

Tabela 4 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por Porte do Eleitorado

Porte do Município (Eleitorado)	Quantidade Absoluta	Proporção (%)
Até 20 mil	4.287	77,0%
De 20 a 50 mil	825	14,8%

De 50 a 150 mil	317	5,7%
De 150 a 500 mil	113	2,0%
Acima de 500 mil	26	0,5%
Total	5.568	100,0%

Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados e na categorização de Nicolau (2020).

Por fim, incluímos a proporção de mulheres aptas a votar em cada município, na variável “tx_eleitorado”. A explicação para o uso desta variável reside na tentativa de captar se existe uma correlação entre a demografia do eleitorado e a escolha dos representantes. Embora o voto feminino não se difere muito em proporção, busca-se testar se municípios com maior densidade de eleitoras são mais propensos a eleger prefeitas, ou se o gênero do eleitorado não exerce influência significativa sobre o gênero do eleito.

2 TORNAR PRESENTE O AUSENTE: As faces da Representação Política

“representação, tomada de forma geral, significa tornar presente, em certo sentido, algo que, todavia, não está presente literalmente ou de fato” (PITKIN, 1967, p.8).

A representação política é um eixo fundamental das democracias modernas, pois envolve a complexa relação entre representantes e representados. Questões sobre representação aparece quando tratamos sobre o papel do parlamento, sobre a função dos partidos, sobre a prática das eleições e votação, sobre a relação entre sociedade civil e Estado, na questão da compreensão da noção de legitimidade, entre outros. Há, portanto, um debate crescente sobre a questão da representação política e uma tentativa de dar a centralidade que ela merece.

É certo, na Ciência Política, que o debate sobre esse tema é crescente, mas afinal, do que estamos falando quando falamos sobre representação? Para pensar nessa questão central, partimos da obra clássica de Pitkin (1967) *“The Concept of Representation”*. Nessa obra, a autora pressupõe que qualquer concepção de representação apresenta ao menos cinco componentes essenciais: I) a parte que representa; II) a parte que é representada; III) o que está sendo representado; IV) o contexto em que a atividade de representação ocorre; V) o que é deixado de fora da representação. A partir desses componentes da representação, Pitkin (1967) desenvolveu um enquadramento analítico conceitual e pensou em tipologias da representação que ditou as bases sobre as quais o tema da representação política tem sido abordado na Ciência Política Contemporânea.

As tipologias pensadas por Hanna Pitkin podem ser entendidas pelas seguintes definições: *formalista*, *simbólica*, *descritiva* e *substantiva*. A primeira, se entende pelo aspecto da autorização e de *accountability*⁵ ao olhar para como o representante adquire legitimidade e como ele presta contas sobre isso. A representação simbólica consiste no modo como o representante se coloca no lugar do representado, mantendo uma ligação intrínseca com o representante. A terceira categoria, a descritiva, é notada pelo grau de semelhança entre o representante e o representado e se preocupa com quem os representantes são. Por fim, a representação substantiva, é definida pelas atividades dos representantes e a sua qualidade, de forma a levar em conta o interesse dos representados e sendo responsivos a eles. Essas tipologias que distinguiu as diversas dimensões da representação política serviu (e serve até hoje) como base para as pesquisas sobre representação política das mulheres (SANCHEZ, 2017).

O tema acerca da relação entre representação política e gênero é emergente não só nos debates sobre teoria política feminista, mas também em todo o campo da Ciência Política. O século XX trouxe contradições marcantes diante das conquistas em relação a igualdade de gênero: por um lado houve a tomada de direitos políticos (como o voto) e civis (pelo acesso ao ensino superior e mercado de trabalho) mas, por outro, a ocupação de cargos representativos em instâncias decisórias de poder ficou aquém do esperado. Diante dessa contradição, diversos estudos se debruçaram a compreender a sub-representação das mulheres nos espaços políticos e colocaram em xeque as promessas democráticas de igualdade e justiça, princípios básicos da democracia liberal (LIJPHART, 1997; WILLIAMS, 1998).

Para Williams (1998), ter maior inclusão e influência nos grupos sociais sub-representados pode contribuir para que uma sociedade enfrente e reduza suas desigualdades estruturais. Nesse sentido, a crítica à falta de presença de determinados grupos nos espaços de representação tornou-se um problema central para a disciplina e até mesmo para as teorias democráticas que não têm como preocupação central a questão de grupos excluídos, como as mulheres (DIAMOND; MORLINO, 2005; LIJPHART, 2003; O'DONNELL; IAZZETTA; CULLELL, 2004).

⁵ *Accountability*: termo da literatura anglo-saxã sem tradução direta e unívoca para o português, abrangendo as noções de transparência, prestação de contas e responsabilização. Neste contexto da representação formal, refere-se especificamente à obrigação do representante de justificar suas ações e à capacidade dos representados de impor sanções ou recompensas políticas através do voto.

Assim, o objetivo deste capítulo é tratar da representação, mas não de forma a combater os limites da representação política, mas sim entender como algumas percepções dos principais debates feministas sobre a representação nos ajudam a compreender a importância da presença das mulheres nos espaços políticos e assim, construir um debate acerca desse tema que justifica a análise da presença feminina dentro das instâncias partidárias.

2.1 JUSTIÇA, INCLUSÃO E A POLÍTICA DA PRESENÇA: Para Além das Ideias

Embora as tipologias de Hanna Pitkin tenham estabelecido as bases fundamentais para compreendermos a autorização e a *accountability* na representação política, os debates feministas contemporâneos apontam que essa abordagem formalista é insuficiente para enfrentar as desigualdades estruturais das democracias modernas. Para Anne Phillips (1995), a representação deixa de ser apenas um problema técnico relativo a regras de autorização, como observado na tradição clássica hobbesiana (HOBBS, 2011), e assume uma dimensão normativa de justiça e inclusão.

É sob essa perspectiva que ocorre a transição de uma “política de ideias” para uma “política da presença”. O argumento central deixa de ser apenas o que está sendo representado (interesses ou ideologias) para questionar quem está representando. Phillips (1995) sustenta que, em sociedades marcadas por exclusões históricas, a ausência física de determinados grupos nos espaços de decisão não é um mero detalhe demográfico, mas um sintoma de barreiras que impedem que identidades específicas carregadas de experiências sejam trazidas à luz do debate público. Assim, a demanda por presença não visa substituir a representação de ideias, mas corrigir a cegueira institucional que pressupõe uma falsa neutralidade nos corpos que ocupam o poder.

Diante desse aspecto, para pensar em uma democracia com princípios de representação mais justa, propõe-se refletir sobre a representação de mulheres a partir da combinação de presença política e sua relação com mecanismos clássicos de representação, como partidos políticos. O alicerce deste pressuposto é que a presença de mulheres em instâncias representativas de poder (como na liderança de partidos políticos) diz respeito, primeiro, a garantia de igualdade política e justiça e, segundo a possibilidade de alteração nas agendas e nos espaços políticos de debate.

Essa concepção é desenvolvida seguindo a ideia de “política da presença” elaborada por Phillips (1995), em que a representação de grupos acontece à medida que concebe a diferença como estando relacionada a experiências e identidades específicas e, ao afirmar que há uma relação entre preferências políticas e as características dos indivíduos que adotam. Nesse sentido, a necessidade de representar grupos distintos se torna uma questão de justiça e inclusão política e se justifica não pela garantia de representação de determinado interesse, mas por questionar mecanismos de exclusão existentes possibilitando a apresentação de diferentes questões e demandas (Phillips, 1995).

Ao pensar a representação de grupos na categoria de mulheres, Phillips (1995) afirma que há quatro pontos que fundamentam a demanda pelo aumento da proporção de mulheres eleitas, sendo: o fato de que as mulheres eleitas atuam como modelo para outras mulheres; o argumento de que tal proposta promoveria maior justiça entre os sexos; a necessidade de garantir interesses específicos de mulheres; e, por fim, a defesa de que tal proposta teria como consequência a revitalização da democracia e a superação da discrepância entre participação e representação (REZENDE, 2012).

Ainda na perspectiva de Phillips, a composição do parlamento majoritariamente masculino seria incapaz de representar as mulheres de maneira adequada. A questão, aqui, se baseia no fato de que as mulheres têm interesses distintos e específicos como mulheres e não de forma essencialista, mas sim ao posto de que são diferentes dos interesses representados majoritariamente por uma maioria de homens. Assim, vale ressaltar que se deve compreender o que são interesses femininos de forma a não essencializar a categoria mulher, a qual, é atravessada pelas questões de classe e raça também. Para a autora, não seria sobre um “interesse feminino homogêneo”, mas a necessidade de distinção dos interesses de homens como norma.

Diante desses termos, a sugestão não é de substituição de um tipo de representação por outra, mas sim acrescentar as mulheres no debate político e nos processos de tomada de decisão, pois assim há a possibilidade de verificação e discussão sobre o que seriam (ou não) os interesses “femininos”. Diante desse debate, portanto, pensar em uma “política da presença” se faz necessário, mas, de acordo com Phillips (1995) não é possível excluir a política de ideias. Assim, devemos reconhecer os limites e contribuições de ideia e presença e trazer para o centro do debate e para a mesa de decisão, os princípios, valores e interesses associados às pessoas que os manifestam. Por sua vez, a autora afirma que é preciso incorporar os grupos marginalizados no corpo político, “empurrá-los” para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios (SANCHEZ, 2017).

Esse ponto de vista da representação descritiva amplamente apoiada por Phillips é, em contrapartida, criticada por Pitkin (1967), que argumenta que a representação deve enfatizar não quem são os representantes, mas o que eles fazem, destacando a necessidade de se pensar em uma noção de representação que seja substantiva. Para responder essa crítica, Phillips (1995, 1998, 2001) e Young (1990, 2002) argumentam que a representação descritiva é uma forma inicial de garantir a presença de mulheres nos espaços de tomada de decisão, pois, o argumento essencial da política da presença, se volta ao fato de que a garantia de acesso das mulheres às instituições representativas se apresenta como a porta de entrada de um processo, uma vez que a qualidade dessa representação só pode ser medida quando mulheres acessem esses espaços.

O conceito de representação política por sua vez, passou por deslocamentos fundamentais desde a obra clássica de Pitkin (1967). Enquanto a autora estabeleceu as bases formais do conceito, o debate contemporâneo, amadurecido a partir do final do século XX, busca com Young (2002) apontar que a representação passa a ser concebida como um relacionamento diferenciado entre atores políticos. Para a autora, a representação não se funda na identidade ou na simetria absoluta (o espelho), mas no reconhecimento da alteridade e da distância entre representante e representado. Sob essa ótica, a presença de mulheres não é apenas uma questão de "presença física", mas parte de um processo dinâmico e temporal. Assim, a representação deixa de ser um evento único de autorização para se tornar um ciclo contínuo de antecipação e prestação de contas (*accountability*), conforme sustentado por autoras que articulam a teoria democrática à perspectiva de gênero (MANSBRIDGE, 2003; SACCHET, 2012; URBINATI, 2006).

Young, por sua vez, acrescenta em seu debate, que a representação e a participação se requerem mutuamente, não alienando ou desconsiderando a participação, ou seja, para que a política seja efetivamente democrática, os cidadãos só podem autorizar e responsabilizar os representantes uma vez que eles dispõem de múltiplas vias e instituições de participação. Nesse sentido, uma representação que seja de fato democrática precisa de diferentes canais de participação e que podem ainda transcender e anteceder a representação política, pois, *ao fim e ao cabo* não é apenas sobre “presença”, mas sobre um processo de representação que acontece ao lado da participação e que é marcado pelo ciclo de antecipação e retomada, sendo estes parte de qualquer processo eleitoral de uma democracia de massas.

Ademais, para Young (2002), o processo político deve ser aberto e constituir uma pluralidade nos modos de comunicação, sendo o objetivo do princípio de inclusão como um dever democrático, permitir a transformação do estilo e dos termos do debate público e abrir

caminhos para mudanças de significado e do resultado. A presença inclusiva de certos atores que depende de uma mudança do modo como se delibera, pressupõe uma mudança da própria estrutura desses espaços e do modo como se argumentam. A ideia de presença de grupos pluralizados é uma aposta de que a inclusão justa pode mudar a estrutura ao mesmo passo que o risco do assimilacionismo é presente, mas não uma justificativa para perpetuar a exclusão e participação de grupos marginalizados.

Ao retomar o problema da representação nas democracias contemporâneas, a resposta de autoras como Phillips (1995) e Young (2002), nos trazem como saída a ideia da pluralização da representação de interesses, opiniões e perspectivas ao considerar que a representação de perspectivas nos termos das autoras se torna mais efetiva por meio de um grupo que contemple as diferenças internas. As perspectivas de grupos menos privilegiados introduzem um tipo de conhecimento situado que expõe os termos da injustiça e com isso constroem um conhecimento social.

Assim, trazemos como exemplo que, se não existissem mulheres participando e falando sobre o que é pobreza menstrual nos espaços de decisão política a pobreza menstrual não seria um tema. E isso ocorre não pelo fato dos homens não poderem defender esse tema, mas porque a pobreza menstrual parte de um problema situado que descreve a cena da injustiça e a endereça como uma questão que não estaria posta e formulada se elas não estivessem ali.

Esse fato, não é um problema cognitivo dos homens que estão majoritariamente no poder, advém de questões de experiência, opiniões formuladas e interesses defendidos. As reivindicações desses movimentos não dizem respeito a identidade em si mas a reivindicação aos termos de justiça, igualdade e oportunidade diante de desigualdades que são estruturais. Portanto, se debruçar sobre o problema da sub-representação das mulheres nas instâncias de poder político no Brasil significa olhar para os desafios de uma política da presença, aos termos de Phillips, e de repensar a representação ao modo que contemple perspectivas sociais historicamente silenciadas.

2.2 ESPELHO OU VOZ? A Representação Descritiva e sua Função Deliberativa

Uma vez estabelecido, com Phillips (1995) e Young (2002), que a inclusão de perspectivas historicamente silenciadas é uma exigência de justiça democrática, surge uma questão prática: como essa “política da presença” deve ser desenhada institucionalmente? Não se trata necessariamente de exigir que o parlamento seja uma cópia estatística da sociedade,

mas sim um espaço que garanta mecanismos que corrijam distorções sistêmicas. É neste ponto que Jane Mansbridge (1999) adentra o debate, defendendo uma distinção conceitual para a representação descritiva ao propor dois modelos distintos: o microcósmico e o seletivo.

O primeiro, denominado modelo microcósmico, concebe a composição dos corpos representativos como um “espelho” ou uma amostra proporcional perfeita da composição demográfica da população que representam. A aplicação prática é complexa, por isso, Mansbridge destaca a relevância do modelo seletivo, este reflete a ideia da implementação de mecanismos institucionais que visam garantir aos grupos sub-representados uma presença descritiva ampliada com a finalidade de aproximar as proporções desses grupos na população e nas casas legislativas.

Sacchet (2012) exemplifica o argumento de Mansbridge ao demonstrar que no Brasil apesar das mulheres comporem mais de 50% do eleitorado e da população, o número das representantes na Câmara dos Deputados não chega a 10%, o que demonstra que esse grupo qualificaria para uma representação especial no espaço mencionado. A questão deste argumento, e que muitos críticos ponderam, é que nem todo grupo social, como *“pessoas que gostam de rosa ou torcedores do Corinthians”* compõem a representação especial (SACCHET, 2012).

Essa medida seletiva de representação descritiva torna-se necessária, segundo a autora, quando alguma forma adversa de seleção opera dentro de um sistema, reduzindo artificialmente as proporções de representação de certos grupos. Tal fenômeno é um indício de que “certas vozes estão sendo silenciadas ou suprimidas” no processo político tradicional (PHILLIPS, 1995 *apud* MANSBRIDGE, 1999, p. 639). Para além da correção numérica, Mansbridge (1999) propõe, concordando com Pitkin (1967), que a representação descritiva deve ser avaliada pela sua contribuição às funções da democracia representativa que é de representar os interesses dos representados por meio da deliberação e da agregação.

Em relação a função deliberativa, a inclusão descritiva garante que cada grupo possua representantes capazes de articular suas perspectivas e informações de forma acurada. O argumento central é que indivíduos pertencentes ao grupo possuem um conhecimento situado superior e são, portanto, mais indicados para reconhecer, articular e propor soluções para seus próprios interesses (SACCHET, 2012). Paralelamente, na função agregativa, cujo objetivo é produzir decisões legítimas em cenários de conflito, a presença descritiva assegura que as demandas desses grupos sejam defendidas, garantindo que sejam consideradas no processo decisório.

Dessa forma, a utilidade da representação descritiva se manifesta na potencialização da representação substantiva. Ao considerarmos o histórico de desvalorização política em que as mulheres foram tratadas como “cidadãs de segunda classe”, o pertencimento a esse grupo carrega o estigma de que “pessoas com essas características não governam” (MANSBRIDGE, 1999, p. 649). A ausência de representação descritiva reforça esse estigma, reduzindo significativamente as chances de uma representação substantiva efetiva. Assim, as medidas afirmativas do modelo seletivo, não são privilégios, mas ferramentas temporárias que devem existir até que as barreiras sistêmicas à participação feminina sejam eliminadas.

2.3 O MITO DA NEUTRALIDADE: Silenciamento Estrutural e a Divisão Sexual do Trabalho

As ideias postas acima sobre a política da presença pautada por Phillips (1995), assim como a necessidade da pluralização da representação de interesses, opiniões e perspectivas defendida por Young (2002), emergem a partir da defesa por justiça democrática, ao constatarem que há uma discriminação estrutural baseada no sexo, que impede que homens e mulheres tenham oportunidade iguais (REZENDE, 2010). Assim, considera-se que os contextos que manifestam a discriminação entre os sexos, não é natural ou neutro, mas sim firmada a partir da divisão sexual do trabalho que acompanha as mulheres desde a separação entre as esferas pública e privada.

Dessa forma, a necessidade de mecanismos seletivos, como argumentado anteriormente, não surge de um vácuo, mas como resposta a um sistema historicamente construído sobre a exclusão. As dificuldades de acesso das mulheres iniciam-se antes do momento eleitoral, estão na distinção social das esferas pública e privada que são atribuídas ao gênero (OKIN, 1982; PATEMAN, 1980). As autoras apontam que muitos teóricos políticos no passado, costumavam debater as esferas pública e privada, e ser explícitos em suas afirmações de que elas eram separadas e operavam de acordo com princípios diferenciados. Locke, por exemplo, define o poder político distinguindo-o das relações de poder que operam no poder paternal e doméstico. Já Rousseau e Hegel, contrastam o “altruísmo particularista” da família com a necessidade de “razão imparcial” no âmbito do Estado, e citam esse contraste para legitimar o poder masculino na esfera doméstica e a exclusão feminina da vida pública. Esses

teóricos elaboram argumentos explícitos sobre a família e alguns relacionados à natureza da mulher e seu papel social.

Por sua vez, a historiadora e teórica feminista Joan Scott argumenta em sua obra *“Gender and the Politics of History”* que a negligência em relação ao gênero nas principais correntes da teoria política persistiu apesar dos argumentos persuasivos de uma geração de pesquisadoras feministas, muitas das quais emergiram da nova esquerda dos anos 1960 - 2000. Assim, a autora explicou que “gênero” é um termo usado por aquelas que defendem que a área acadêmica de estudos sobre mulheres iria *“fundamentalmente transformar os paradigmas disciplinares”*, que os estudos sobre mulheres iriam *“não apenas adicionar um novo tópico temático, mas também forçar um reexame crítico das premissas e padrões dos trabalhos acadêmicos existentes”*.

Com o avanço dessa perspectiva crítica na Ciência Política, pesquisas demonstraram como as desigualdades dos homens e das mulheres no mundo tanto do trabalho quanto da política são inextricavelmente relacionadas, em um “ciclo causal de mão dupla” às desigualdades no interior da esfera privada: a família (BERGMANN, 1986; GERSON, 1985; OKIN, 1989). Desse modo, a divisão sexual do trabalho, ao relegar as mulheres a vida privada e/ou doméstica e os homens a vida pública, determinou um “patriarcado capitalista”⁶ das instituições políticas, com padrões culturais e de socialização que constroem essa separação. As teorias políticas feministas, ao colocar no centro do debate a divisão sexual do trabalho como elemento fundamental na análise da democracia e especificamente da representação política, evidencia que as conexões entre as relações de poder no cotidiano e no espaço privado e as relações de poder no espaço público apontam para os silenciamentos produzidos pelas teorias não feministas da democracia que tem como base essa divisão.

Assim, a perspectiva liberal é tomada como neutra e universal, premissa que será criticada por teóricas feministas (FRASER, 1992; PATEMAN, 1993; MANSBRIDGE, 1999) ao passo que falar sobre uma falsa neutralidade de gênero é expor que grande parte da experiência real das “pessoas”, enquanto elas vivem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato depende de qual é seu sexo para saber sobre os papéis que lhe são atribuídos. Na prática, a perspectiva liberal aponta o caráter excludente das normas políticas liberais, as

⁶ O termo “patriarcado capitalista” é cunhado por Zillah Eisenstein. Em sua análise a autora sustenta que ambos são sistemas distintos, mas interdependentes. O patriarcado antecede o capitalismo e sobrevive em sociedades pós-capitalistas, sendo então, mutuamente dependentes.

quais são fundadas em padrões culturais específicos que favorecem alguns grupos sobre outros. Portanto, mesmo que a maneira de agir nos espaços políticos sejam organizadas por regras consideradas neutras, Phillips (1995) ressalta que *“como as características sociais são fundadas em diferenças de gênero, o que passa como neutralidade resulta como sendo tratamento preferencial para os homens”*.

Desse modo, a participação é minada por uma combinação de desconfiança institucional e de condicionantes estruturais, como o caso da divisão sexual do trabalho, que opera como um filtro de seletividade inibindo a propensão das mulheres de ingressarem e competirem efetivamente. De maneira geral, o problema surge então quando as normas e instituições representativas produzem exclusões, naturalizam uma certa concepção de masculinidade, de branquitude e de heteronormatividade como padrões universais políticos.

Portanto, esse é o ponto ressaltado pelas teóricas feministas, que as desigualdades materiais e culturais geradas pela dominação masculina constituem barreiras para uma representação política democrática (SANCHEZ, 2017). O desafio está então em repensar as formas da representação de maneira com que elas contemplem as perspectivas sociais historicamente silenciadas. As feministas vão olhar para a representação da perspectiva da justiça e da inclusão, ao passo que se entende a sub-representação das mulheres nas instâncias de poder político como uma manifestação mais ampla e recorrente da desigualdade de gênero no país.

Por fim, conclui-se que ao se propor observar a representação feminina assim como a participação dessas mulheres em instâncias político-institucionais, deve-se levar em conta que o campo político possui regras que foram estabelecidas e estruturadas a partir de critérios, interesses, perspectivas e referenciais masculinos (ARAÚJO, 2009). Impossibilitando um olhar neutro perante a competição que já é por si só desequilibrada entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, trouxemos análises teóricas sobre a representação política a partir de teóricas feministas, partindo das definições formais de Hanna Pitkin para compreender que a representação não é um ato estático de autorização, mas um processo dinâmico e, sobretudo, um campo de disputa por justiça e inclusão. Assim, as ferramentas clássicas da

Ciência Política, embora necessárias para definir as regras do jogo, mostram-se por vezes insuficientes para explicar quem consegue e quem pode de fato jogá-lo.

Posto este cenário, fica claro que a sub-representação, muitas vezes, se pauta também a partir de uma premissa de neutralidade, pressuposta nas democracias liberais e que se revela como um mito quando confrontada com a dicotomia entre as esferas pública e privada. Para contrapor a neutralidade, Pateman e Okin demonstram que a estrutura política foi historicamente desenhada sobre a exclusão feminina, criando um ciclo onde a ausência de mulheres nos espaços de poder não é uma falha aleatória, mas um resultado sistêmico, tornando-se útil o modelo seletivo proposto por Mansbridge.

Conclui-se com esse debate que a demanda pela presença de mulheres (PHILLIPS, 1995) a partir das premissas feministas a respeito da representação, não é uma reivindicação essencialista que busca espelhar a biologia de um parlamento. É uma exigência democrática para que perspectivas sociais e conhecimentos situados (YOUNG, 2002) rompam o silenciamento histórico. Sem a presença física desses atores, certas demandas sequer alcançam o status de “problema político”.

Este capítulo inicial situa o problema desta pesquisa diante da sub-representação feminina e justifica que a mesma não é apenas um déficit numérico, mas um déficit de legitimidade e qualidade deliberativa. Por fim, para melhor contextualização do processo de entrada e de presença de mulheres em ambientes políticos decisórios, no próximo capítulo, olharemos para fatores partidários e o que a literatura tem exposto sobre eles

3 PARTIDOS POLÍTICOS IMPORTAM? Estrutura partidária e a Inserção Política das Mulheres

“Partidos e governos democráticos, portanto, são indissociáveis pela garantia da responsividade à sociedade e imprescindíveis ao seu funcionamento.” (MENEGUELLO, 1998, p.26)

Ao pensarmos as democracias modernas e a representação política como um de seus eixos fundamentais, questiona-se também a atuação dos partidos políticos ao desempenhar suas funções representativas, com destaque ao seu papel funcional para a organização das disputas democráticas (BIEZEN, MAIR, 2005).

Os estudos sobre partidos políticos são amplos e se encarregam de diversas funções: explicar e classificar o sistema partidário (BLONDEL, 1968; DUVERGER, 1992; ROKKAN, 1997; SARTORI, 2016), como os partidos evoluem e se transformam a partir de tipologias (ALDRICH, 1995; BOLLEYER, 2009; KATZ; MAIR, 1994; KIRCHHEIMER, 2012; PANEBIANCO, 2005; WOLINETZ, 1991) como se organizam estruturalmente (CARTY, 2004; GUNTHER; DIAMOND, 2003; KATZ; MAIR, 1995; PANEBIANCO, 2005) assim como recrutam e selecionam seus candidatos (RAHAT & HAZAN, 2001; CZUDNOWSKI, 1975; GALLLAGHER & MARSH, 1988; NORRIS, 1997).

Esses estudos, além de amplos, são também ramificados, mostrando que os partidos políticos são organismos próprios e complexos, contendo em sua dinâmica partidária uma legislação estatutária e aspectos internos de funcionamento que podem facilitar ou dificultar a entrada e a atuação de grupos marginalizados como as mulheres (ÁLVARES, 2008; BJARNEGÅRD; ZETTERBERG, 2019; GATTO; WYLIE, 2020). Esse entendimento parte do pressuposto da atuação anterior do partido à competição eleitoral e na ideia de que os mesmos ocupam um lugar central no fomento da participação política feminina. Isso acontece porque são eles os responsáveis pelo processo de seleção e de nomeação de candidaturas, os quais variam consideravelmente entre os países e entre os partidos (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995).

Dado esse panorama geral de atuação dos partidos políticos, o objetivo deste capítulo é entender quais características dos partidos políticos podem ser mais favoráveis ou restritivos para a participação das mulheres nos cargos eletivos, com foco especial nas dinâmicas internas. Afinal, se os partidos são centrais para a democracia, é preciso investigar como suas estruturas de poder moldam a inserção política das mulheres nos regimes dados como democráticos na contemporaneidade.

Nas próximas subseções, veremos a função dos partidos ao acesso à política, a formação das elites partidárias e a análise dos dados coletados referente aos órgãos partidários municipais de 2023 a 2024. Por fim, traremos um contorno sobre a relação dos recursos e dos partidos e discutiremos as ações da então Senadora Lídice da Mata do PSB, a qual motivou parte importante deste trabalho.

3.1 A CENTRALIDADE DOS PARTIDOS NA ESCOLHA DE CANDIDATOS(AS)

A princípio, diante do cenário funcional e representativo apresentado, os partidos "importam" fundamentalmente porque são as organizações que assumem o papel de *gatekeepers* ("porteiros") do sistema político. Conforme aponta a literatura, eles são os responsáveis pelo processo de seleção e nomeação das candidaturas (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995), ou recrutamento político, termo que pertence à tradição comportamentalista (RAHAT & HAZAN, 2001). Em ambos, os partidos operam no controle sobre a formação das listas e sobre os recursos vitais para a sobrevivência eleitoral. Ademais, essa atividade partidária é um dos momentos mais significativos no que concerne aos conflitos intrapartidários (BRAGA, 2008).

Para Braga (2008), esse processo revela muito sobre a disputa interna, de que forma ela se dá, com que intensidade e como é resolvida, sendo assim, um elemento essencial em qualquer definição de partido político. Diante dessa perspectiva e ao exercerem a função de *gatekeepers* do sistema político, os partidos acabam por deter o monopólio da representação legítima, uma vez que a democracia contemporânea organiza suas disputas fundamentalmente através dessas agremiações. Portanto, os partidos políticos possuem papel fundamental na organização das demandas institucionais para o ingresso daqueles que aspiram um cargo eletivo na vida política de um país.

Dado este contexto, pode-se dizer então, que a decisão sobre "quem entra" e "quem acessa" esses recursos não é um processo aleatório, é o reflexo direto da distribuição de poder intrapartidário das elites políticas e de suas decisões dentro desse espaço. Nesse cenário de seleção, a literatura aponta que há uma tendência de as elites partidárias serem majoritariamente masculinas e conseqüentemente, recrutarem perfis semelhantes aos seus (SANBONMATSU, 2006; LAWLESS; FOX, 2010; HINOJOSA, 2012; CROWDERMEYER, 2013; BUTLER; PREECE, 2016).

É nesse momento que as barreiras de acesso se tornam visíveis: a definição de quem compõe a lista de candidatos passa pelo crivo das elites dirigentes, cujas escolhas determinam a viabilidade eleitoral dos possíveis candidatos. Por isso, as teóricas feministas (FRASER, 1992; PATEMAN, 1993; MANSBRIDGE, 1999) sinalizam a importância das normas e convenções nos processos políticos, como o recrutamento, a fim de impedir ou mediar as escolhas, muitas vezes táticas, em que as relações de poder que sustentam os processos políticos são construídas a partir do gênero (KENNEY, 1996; KROOK; MACKAY, 2011).

A temática em relação ao recrutamento político e a inserção feminina tem ganhando mais notoriedade e aparecido como um interesse central de investigação (WANG; MURIAAS; BAUER, 2021; VERGE, 2020). Ademais, é relevante para compreender também a sub-representação feminina, pois tal problemática exige que se olhe para dentro dessas organizações pois, uma vez que as democracias contemporâneas dependem dos partidos para organizar as disputas, a forma como eles exerce seu poder de veto ou inclusão torna-se uma variável explicativa para o acesso ou impedimento das mulheres na política.

Nesse sentido, vale compreender que a escolha do eleitor não ocorre em um vácuo, mas é precedida por um processo de filtragem institucional. Segundo a teoria do “funil de causalidade” (CAMPBELL et al., 1960) existiria um conjunto de causas que determinariam a decisão eleitoral do indivíduo no dia do pleito, causas mais antigas e duradouras relacionadas à distribuição estável das identidades partidárias entre grupos sociais e causas mais recentes relacionadas a acontecimentos do período eleitoral atual (BRAGA; ZOLNERKEVIC, 2020), ou seja, é um modelo focado quase inteiramente no comportamento do eleitor, o lado da demanda.

Se o “funil de causalidade” explica como o eleitor chega ao voto, a contribuição de Norris e Lovenduski (1995) estabelece um “funil de recrutamento” anterior (oferta). Antes que o eleitor possa avaliar candidatos com base em identificação partidária, os partidos atuam nas paredes desse funil, afunilando o grupo de cidadãos elegíveis até o grupo de candidatos competitivos.

Para Norris (1996), uma autora central na produção desse campo, o modelo do recrutamento de candidaturas é impactado por três fatores: a) os sistemáticos e do contexto geral do país, em que as circunstâncias do processo são estabelecidas pelo sistema político em regulações do sistema legal, do sistema eleitoral (variáveis contextuais) e do sistema partidário; b) os internos do contexto, com as regras do jogo sendo determinadas no interior dos partidos, o que leva ao necessário conhecimento do sistema partidário, de sua estrutura, poder, ideologia e cultura; c) os específicos, que influenciam o recrutamento de candidatos individuais, ou seja, recursos e motivação de aspirantes (nível da oferta) e a atitude do *gatekeeper*, ou “porteiro”/selecionador (nível da demanda), podendo comparar quem consegue ser selecionado, por que e quem seleciona.

Esses fatores estruturam as oportunidades dos pretendentes aos cargos parlamentares contidas nas regras dos sistemas legal, eleitoral e partidário que determinam as barreiras, além de custos e benefícios, para quem aspira candidatar-se (BJARNEGÅRD; ZETTERBERG,

2019). As regras internas, dispostas muitas vezes em seus estatutos, se ramificam em suas relações entre os órgãos decisórios, os(as) filiados(as), aos procedimentos eleitorais e o processo central de seleção de candidatos(as). Essa ramificação dentro das organizações permite definir a natureza democrática, as regras que controlam a entrada daqueles que aspiram um cargo eletivo e o poder decisório concedido aos líderes nacionais, membros da base partidária ou dirigentes locais.

Como apresentado brevemente, o processo decisório em relação ao recrutamento é complexo. Isso porque todos os participantes podem participar de certa forma desse momento, variando quanto ao grau de centralização e de institucionalização de cada partido. Se os mesmos possuem regras formais, informais e decisões centralizadas ou localizadas, Norris (1993) propõe um modelo analítico para classificar esses padrões organizacionais partidários, considerando: (i) o grau de institucionalização (*formal versus informal*) e (ii) o grau de centralização dos processos decisórios (*centralizado versus descentralizado*). Da combinação dessas dimensões a autora chegou nessas quatro configurações: (i) o recrutamento centralizado-informal, (ii) o recrutamento informal e localizado, (iii) o recrutamento formal-localizado, (iv) o recrutamento formal-centralizado.

O recrutamento centralizado-informal se refere ao controle da seleção pela elite partidária central, em que elas decidem por meio de trocas entre si e as facções internas. As regras, nesse caso, são elementos meramente simbólicos. Em relação à participação das mulheres, se os líderes partidários são simpatizantes das questões de gênero, eles têm considerável poder para atrair potenciais candidatas (LOVENDUSKI; NORRIS, 1993:323). Caso eles não tenham interesse na promoção da mulher, eles podem acabar por bloquear essas oportunidades.

Por outro lado, o recrutamento formal-centralizado diz respeito à quando as decisões sobre quais candidatos entram na lista partidária são da direção nacional ou quem tem autoridade constitucional para isso. Atualmente, nas democracias liberais, poucos partidos utilizam desse método no processo de seleção. Em contrapartida, o mais comum entre os partidos é o localizado formal, em que possui diretrizes normativas nos âmbitos nacional e estadual para a padronização do processo. Essa estrutura de decisões é tomada, grandemente, em nível do distrito eleitoral, com os órgãos regionais também tendo parte na representação. Por fim, o recrutamento localizado informal é aquele em que o distrito local determina os procedimentos gerais da seleção e a decisão final da escolha individual de candidatos e não prevê regras partidárias padronizadas.

Posto as contribuições de Norris (1993), podemos observar que o recrutamento é um processo influenciado por fatores individuais que têm funções específicas internas na oferta e demanda de candidatos(as). Álvares (2008) aponta que a oferta pode ser explicada pelo desejo dos cidadãos em competirem e a demanda relaciona-se diretamente quem aspira pela carreira política e quem seleciona. Com isso, a seleção depende da compreensão do *gatekeeper* quanto aos recursos e condições necessárias que um candidato deve possuir. Tal compreensão analisa habilidades, experiências e qualificação, podendo gerar discriminação que se estenderão no processo.

Norris e Lovenduski (1995) analisam dois tipos de discriminação no cenário eleitoral e denominam como direta e a imputada. Sendo a direta percebida por meio de um julgamento positivo ou negativo de pessoas, com base em características consideradas comuns para seu grupo, e não para os indivíduos, levando estes a serem julgados por suas características de grupo, quando o *gatekeeper* tem baixas informações sobre ele. A imputada favorece certa categoria de candidatos, mas, como há sempre baixa demanda, eles não são escolhidos, porque a expectativa é a de que não atrairiam votos.

Esse processo de discriminação aponta para uma maior dificuldade das mulheres na hora da seleção, visto que além do peso estrutural da sociedade machista e patriarcal que as afasta dos degraus de acesso à competição (INGLEHART; NORRIS, 2003b), há a tradição de os "porteiros" escolherem os homens pela demonstração destes nos serviços partidários, a identificação e pelo aumento de chance de saírem vencedores. Dessa forma, Araújo (2005) argumenta que a reprodução de lógicas discriminatórias no que diz respeito às relações de gênero se expressa nas condições de competição eleitoral.

Essas análises fortalecem a perspectiva construída na Ciência Política que evidencia como os partidos são instituições generificadas (CAUL, 1997; SACCHET, 2008; ARAÚJO, 2005; BARREIRA e GOÇALVES, 2012; MONZOY, 2011) e isso fortalece, muitas vezes, as condições históricas assimétricas da competição entre homens e mulheres. Feito essas colocações sobre a centralidade dos partidos e de seus atores no processo de acesso das pessoas a um cargo eletivo, iremos na próxima seção analisar os partidos por dentro e verificar, a partir dos dados coletados, a presença de mulheres nos órgãos partidários em 2024.

3.2 OLHANDO PARA DENTRO: Gênero e a disputa pelo Poder

Na seção anterior, observamos contribuições relevantes na área a respeito da centralidade dos partidos no processo de seleção e nomeação de candidatos(as). Assim, a análise dessas dinâmicas de recrutamento e a persistência das mulheres em posições de baixa competitividade nas listas evidenciam que a barreira não é apenas legal ou de falta de interesse feminino. Acredita-se que o gargalo reside, também, na tomada de decisão partidária, pois se o recrutamento é um reflexo das preferências das elites dirigentes, torna-se imperativo questionar: quem são essas elites?

A literatura sugere que a presença de mulheres nas instâncias decisórias pode ser uma condição necessária para romper esse ciclo de sub-representação (FISCH; PANSERI, 2019; LAENA, 2020; BARREIRA; GONÇALVES, 2012). O argumento é que o recrutamento partidário tende a operar por uma lógica que as elites dirigentes (sendo majoritariamente homens) tendem a recrutar, financiar e apoiar perfis semelhantes aos seus. Ao ascenderem aos cargos de direção, as mulheres passam a atuar no começo do funil de recrutamento (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995). Diante disso, a próxima seção se dedica a abrir o olhar para os órgãos partidários, investigando a composição de gênero dos cargos que detêm o poder de definir candidaturas e recursos.

Sacchet (2008) a partir de sua ampla contribuição para os processos de redemocratização na América Latina, afirma que a capacidade de lideranças políticas das mulheres foi pouco reconhecida e incorporada pelos partidos políticos, especificamente, no que se refere às posições de direção das organizações. Essa importância pouco reconhecida da presença de mais mulheres nas direções partidárias reside na possibilidade de atuar numa esfera intrapartidária em que a tomada de decisão pode trazer consequências práticas no processo de recrutamento, capacitação e definição das agendas e estratégias eleitorais, alocação de recursos entre outros aspectos.

Nos estudos de Sacchet (2008), a autora afirma que ao longo da década de 1990, mulheres ativistas da América Latina passaram a criticar a forma instrumental como os partidos tratava suas candidaturas, evidenciando assim o baixo compromisso com a superação da sub-representação. Nesse sentido, as filiadas, especialmente de partidos de esquerda, passaram a pressionar por ações mais efetivas que demonstrassem a responsividade de seus partidos com a inclusão das mulheres. A ampliação da participação das mulheres nos cargos de liderança e

direção partidária, com a implantação de cotas internas de gênero, passou a ser uma reivindicação crescente.

Monzoy (2011), a partir da classificação proposta por Lovenduski e Norris (1995), analisou as ações e medidas de diversos partidos na América Latina que tinham o intuito de promover os direitos políticos das mulheres. A tipologia mobilizada qualifica as políticas partidárias em três tipos: (i) retóricas, (ii), ações afirmativas (iii) discriminação positiva. A primeira é caracterizada pela incorporação de termos e temas relativos à igualdade de gênero nos programas dos partidos e propostas decisórias. A segunda diz respeito a incorporação de mudanças na dinâmica interna dos partidos. Por fim, a terceira, utiliza de ações que impactam diretamente no recrutamento dos candidatos(as). (LOVENDUSKI e NORRIS apud MONZOY, 2011, p. 25).

Nas análises, Monzoy (2011) identificou um avanço expressivo de ações de caráter retórico, 59 de 87 países pesquisados assumiram o discurso sobre a equidade de gênero. Em 65 partidos, a autora aponta para a realização de ações afirmativas a partir do oferecimento de formação para as mulheres dos partidos. Em relação a discriminação positiva, apenas 38 partidos aplicavam cotas nas direções partidárias, sendo este, um dos mecanismos considerados mais propícios a inclusão das mulheres (MONZOY, 2011) em virtude de seu caráter durável no longo prazo (LOPES; CARNEIRO, 2021).

No caso do Brasil, apesar da existência da Lei de Cotas ter se dado na década de 90, a mesma implementação não se aplicava para os partidos políticos. Curioso pensar neste caso e na importância que esse mecanismo exerce sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, visto que estes espaços não se reduzem apenas à ocupação dos cargos eletivos legitimados pelo voto da sociedade civil mas, dizem respeito também, aos espaços que determinam as regras do jogo e o fazem acontecer.

Diante dessa perspectiva, a máxima que seguimos neste trabalho é que a presença de mulheres nos espaços de poder decisório, seja dentro dos partidos, seja nos parlamentos, seja nas grandes e pequenas empresas, reverbera no âmbito maior da qualidade democrática. Neste sentido, realiza-se aqui uma análise sobre a disputa de poder a partir da reivindicação das cotas de gênero nas estruturas internas da agremiação, além de analisar, mais a frente, como essas organizações se comportam no jogo eleitoral mediante a presença de mulheres.

Primeiramente, o processo de reivindicação é institucionalizado a partir da Consulta nº 0603816-39.2017.6.0000 (TSE, 2017)⁷, feita no Tribunal Superior Eleitoral pela então Senadora Lídice da Mata⁸ (PSB-BA), sobre a observância das cotas nas Comissões e nos Diretórios Nacionais, Estaduais e Municipais. Entende-se que a manifestação do TSE provocou os partidos que ainda não possuíam qualquer política de igualdade. A consulta questionava se a regra de reserva mínima de 30% e máxima de 70% de vagas para cada sexo, já aplicada às candidaturas proporcionais, deveria também valer para a composição interna dos partidos políticos, incluindo Comissões e Diretórios em todos os níveis federativos.

A Ministra Rosa Weber foi a relatora do caso e reconheceu a legitimidade da Justiça Eleitoral para responder à questão, destacando que a resposta impactaria diretamente o processo eleitoral e contribuiria para estabelecer novos padrões democráticos dentro dos partidos políticos. Em seu voto, a ministra observou que, apesar dos avanços normativos para incentivar a participação feminina na política, tais medidas têm se mostrado insuficientes para garantir igualdade efetiva entre os gêneros. A sub-representação das mulheres no cenário político demanda ações mais contundentes, e a inclusão feminina nas estruturas decisórias partidárias representa uma via possível de transformação. O Tribunal, por maioria, respondeu afirmativamente à consulta, determinando que a reserva de vagas deveria ser aplicada também aos órgãos internos partidários.

Assim, essa Consulta justifica o interesse principal dessa pesquisa que é averiguar em que medida mais mulheres nesses espaços de decisão pode aumentar a chance de mulheres serem eleitas. A análise foca nas instâncias municipais e busca contribuir com a literatura que investiga os efeitos da organização partidária sobre a elegibilidade feminina, campo de estudo que ainda é escasso (BOLOGNESI; COSTA, 2015; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; REZENDE; SILVA, 2018).

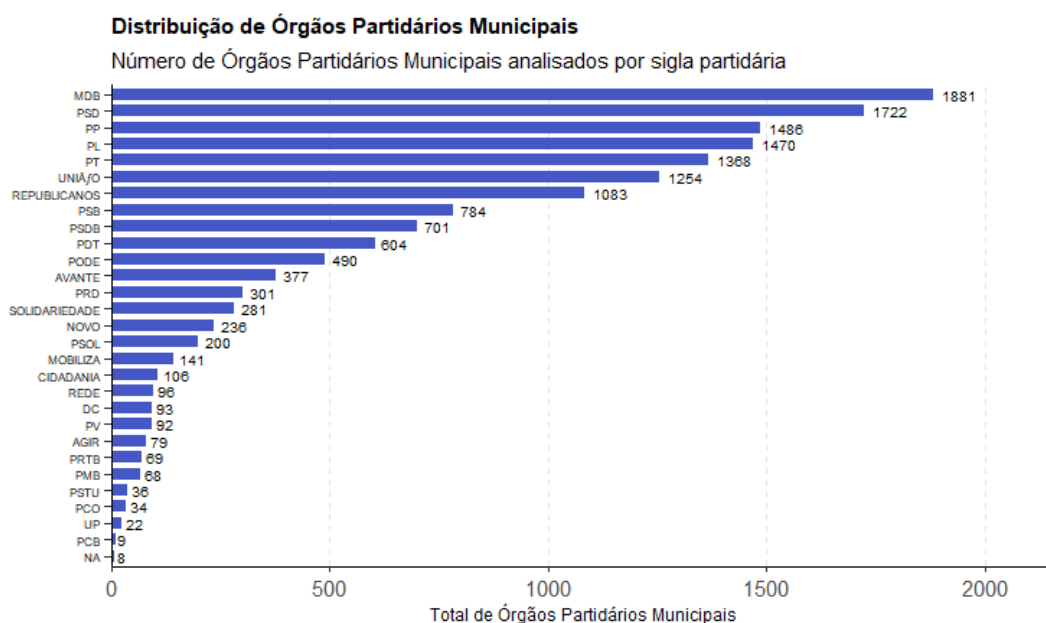
⁷ Acesse a consulta em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/tse-consulta-mulher.pdf>

⁸ Lídice da Mata e Souza é uma economista e política brasileira, filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), com longa trajetória na política baiana e nacional. Atualmente é Deputada Federal pela Bahia, escolhida como vice-líder do governo na Câmara em 2024. Foi prefeita de Salvador (1993-1996) e ficou conhecida por projetos sociais, como a "Fundação Cidade Mãe", e pela reestruturação do Carnaval de Salvador. É reconhecida como uma figura atuante na política da Bahia, com foco em desenvolvimento urbano, turismo e políticas sociais.

Para investigar a presença de mulheres nas organizações partidárias analisamos os documentos partidários registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP3) os quais possuem informações sobre a composição das agremiações. A hipótese verificada é a de que, lideranças femininas nos diretórios impactam positivamente as chances de mulheres serem eleitas, visto que elas estarão em um âmbito de decisão sobre a escolha das candidaturas. Como liderança entende-se ser aqueles filiados que compõem o diretório municipal, possuindo cargos e atuando nas diretrizes partidárias e sendo chaves para compreender o fenômeno da sub-representação. Em relação aos cargos ocupados, foram selecionados cargos de presidência, secretaria geral e de tesouraria, visto que há uma desconfiança de que os partidos destinem cargos de menor relevância e poder decisório para a atuação das mulheres (REZENDE; SACCHET, 2021).

Com base nos dados coletados, conseguimos olhar para 15.091 órgãos partidários e tal distribuição reflete a capilaridade das legendas brasileiras. A visualização na Figura 1 confirma que a base de dados reflete com fidelidade o que observamos de forças vigente no sistema partidário brasileiro em nível local:

Figura 1- Número de Órgãos Partidários Analisados



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Como aponta o gráfico obtivemos a concentração de legendas tradicionais, com destaque para o MDB (1.881), PSD (1.722), PP (1.486), PL (1.470) e PT (1.368), que juntos formam o maior conjunto territorial na amostra. Essa concentração nas grandes legendas é

fundamental para a análise de gênero pois são estes os partidos que detêm a maior parte dos recursos vitais para a competitividade eleitoral (KATZ; MAIR, 1995; SCARROW, 2014). Na outra ponta do gráfico, notamos a presença de partidos menores e ideológicos (como PCB, UP e PCO) cuja estrutura é mais restrita aos grandes centros urbanos. Contudo, a simples constatação da presença física dessas siglas nos municípios não é suficiente para compreender a dinâmica de poder que opera em seu interior (PANEBIANCO, 1988).

A capilaridade, embora necessária para a disputa eleitoral, não é sinônimo de institucionalização democrática e para entender se essa vasta rede de órgãos atua como um canal de inclusão ou como uma barreira centralizada, investigamos com base na literatura institucional como é a natureza jurídica dessas organizações: são diretórios constituídos democraticamente ou comissões provisórias nomeadas verticalmente? É sobre essa qualificação institucional que nos debruçamos a seguir.

Da distribuição geral dos órgãos partidários analisados 10.512 são Órgãos Provisórios, 3.631 são Órgãos Definitivos e 23 são Comissões Interventoras⁹. Ao observarmos a legislação eleitoral vigente, pela Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) as comissões provisórias deveriam ser instâncias de exceção, criadas apenas para organizar a sigla até a realização de convenções para a eleição de um diretório definitivo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de resoluções (como a Res. 23.571/2018) e o Supremo Tribunal Federal (ADI 5081), tentaram estabelecer prazos máximos de validade para essas comissões (geralmente 180 dias). Contudo, sucessivas anistias e manobras legislativas do Congresso Nacional têm permitido que os partidos perpetuem essas estruturas. O resultado prático dessa brecha é a institucionalização da provisoriedade: ao manter órgãos sem mandato fixo e sem diretórios eleitos democraticamente pelas bases, as cúpulas estaduais e nacionais mantêm o poder de decisão sobre quem entra no partido e quem disputa as eleições, impossibilitando muitas vezes, o surgimento de lideranças orgânicas, especialmente de mulheres que estão fora do núcleo tradicional de poder.

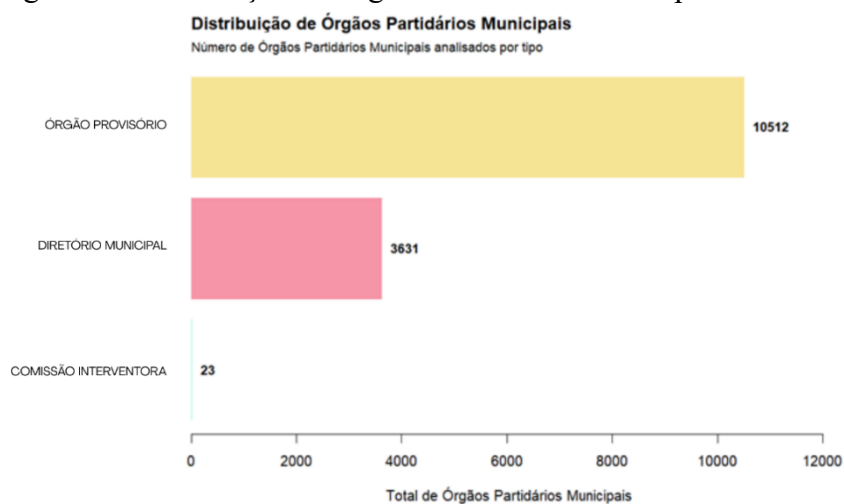
No aspecto organizacional, os estudos apontam que as Comissões Permanentes são autônomas em relação à instância superior no que diz respeito às decisões relacionadas à organização, já as Comissões Provisórias, são órgãos mais frágeis porque são dependentes das estruturas hierárquicas (BRAGA, 2008). Ademais, Cervi e Borba (2019) salienta que a

⁹ A nomenclatura dos órgãos foi mantida de acordo com a categorização presente nas bases do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do SGIP3.

proporção de comissões provisórias pode ser usada como um indicador do grau de centralização de poder nas mãos de dirigentes partidários nacionais que controlariam, de cima, as principais decisões do partido (CERVI; BORBA, 2019). Colocar esse debate é importante visto que parte da literatura argumenta que a relação entre gênero e as estruturas de democracia intrapartidárias estão interligadas (CHILDS, 2013). Alves (2013), por sua vez, defende que o fortalecimento da organização partidária é essencial para o aumento da participação política feminina em candidaturas e na competição eleitoral como um todo.

Dessa forma, a predominância massiva de órgãos provisórios observada nos dados representando cerca de 70% da amostra reflete uma fragilidade institucional que pode afetar a representatividade. Se, como aponta a literatura, a solidez organizacional e a democracia interna são mecanismos importantes para a inclusão política feminina, a instabilidade e a centralização reveladas por esses números podem sugerir que o controle verticalizado das legendas atua como um 'gargalo', limitando a autonomia local necessária para o surgimento e a consolidação de novas lideranças mulheres (HAZAN; RAHAT, 2010, CHILDS, 2013). A desproporção estrutural entre os tipos de órgãos, que favorece a manutenção do poder nas cúpulas, é materializada visualmente na figura a seguir:

Figura 2 - Distribuição de Órgãos Partidários Municipais



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Ainda que o panorama geral aponte para uma predominância de estruturas provisórias, a análise desagregada por sigla revela estratégias organizativas distintas entre os partidos, demonstrando certa variedade dependendo da cultura interna e da origem histórica da

agregiação. A Tabela 5 abaixo detalha a natureza dos órgãos partidários para cada sigla, permitindo observar como cada partido constrói sua base nos municípios:

Tabela 5 - Órgãos Partidários no nível Local (2023 - 2024)

Partidos	D. Municipal	C. Provisória	C. Interventora	Total	% do Partido na Amostra Nacional¹⁰
MDB	795	884	2	1681	12%
PSD	135	1394	0	1529	11%
PP	476	976	0	1452	10%
PL	7	1425	1	1433	10%
UNIÃO	234	1013	1	1248	9%
PT	977	115	3	1095	8%
REPUBLICANOS	8	1042	1	1051	7%
PSDB	332	367	2	701	5%
PSB	93	595	0	688	5%
PDT	163	434	1	598	4%
PODE	2	487	0	489	3%
AVANTE	0	376	0	376	3%
PRD	0	300	1	301	2%
SOLIDARIEDADE	2	262	8	272	2%
NOVO	20	216	0	236	2%
PSOL	171	23	1	195	1%
MOBILIZA	72	69	0	141	1%
REDE	9	87	0	96	1%
DC	4	88	0	92	1%
PV	11	80	0	91	1%
CIDADANIA	20	68	0	88	1%
AGIR	6	72	0	78	1%
PRTB	2	65	1	68	0%
PMB	0	67	1	68	0%
PSTU	35	0	0	35	0%
PCO	33	0	0	33	0%
UP	18	4	0	22	0%
PCB	6	3	0	9	0%
Total	3631	10512	23	14166	100%

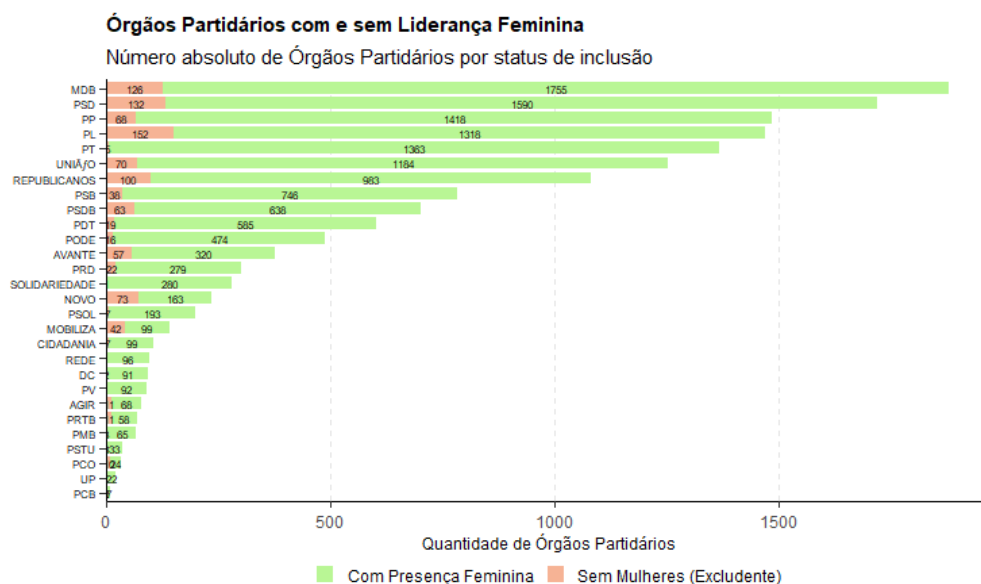
Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

¹⁰ A coluna '% do Partido na Amostra Nacional' refere-se à proporção de órgãos da sigla em relação ao total de 14.166 órgãos analisados no país. Destaca-se também, a partir dos dados brutos, a alta proporção interna de comissões provisórias dentro das próprias siglas.

Partidos mais antigos, como o PT e o MDB apresentam um maior número de Diretórios Municipais já o PL, apesar de ser o maior partido da Câmara dos Deputados e gerir o maior fundo eleitoral, possui apenas 7 Diretórios Definitivos em nossa amostra, contra 1.425 Comissões Provisórias. Questiona-se, portanto, se essas escolhas sugerem estratégias políticas e partidárias de manutenção e centralização do poder, pois a premissa é de ao evitarem a constituição de diretórios definitivos, as elites partidárias mantem o controle podendo intervir na seleção de candidaturas locais sem as amarras dos estatutos que normalmente um diretório eleito imporia.

Sob a ótica da inclusão de gênero nesses partidos, fizemos no gráfico abaixo a demonstração da participação das mulheres em cargos de liderança nessas estruturas. As legendas que predominam na amostra também são as que proporcionalmente ao seu “volume” mais contribuem para o contingente de diretórios excludentes. O segmento em laranja do MDB, do PSD e do PL, por exemplo na Figura 3, representa centenas de municípios em que a dominância partidária foi estabelecida sem o compartilhamento de poder decisório em cargos relevantes para com as mulheres.

Figura 3 - Órgãos Partidários e a Presença Feminina



Fonte: Autoria

Própria com base nos dados coletados no TSE.

Entre os grandes partidos, o Partido dos Trabalhadores é o único que apresenta quase que uma totalidade dos diretórios com mulheres nos cargos de presidência, secretaria geral ou tesouraria em todos os diretórios municipais. Essa questão pode estar relacionada com a estrutura de formação do PT, que desde o seu início opera em uma lógica de inclusão das

mulheres e da equidade de gênero. Em 2011, no IV Congresso Nacional, o partido substituiu o sistema de cotas mínimas (30%) pela paridade de gênero (50%) obrigatória na composição de todas as suas instâncias diretivas. Essa norma¹¹ é acompanhada por mecanismos de controle: no Processo de Eleições Diretas (PED), a validação das chapas condiciona-se ao cumprimento do equilíbrio entre homens e mulheres, além de observar critérios de proporcionalidade étnico-racial e cotas para a juventude. Assim, a configuração dos diretórios municipais reflete a verticalização de uma resolução estatutária que busca mitigar o papel do partido como *gatekeeper* excludente.

O panorama institucional dos demais partidos brasileiros revela um espectro variado de mecanismos de inclusão que operam diretamente sobre a função das legendas como *gatekeepers*. De um lado, encontram-se agremiações que internalizaram a paridade como norma estatutária rígida, a exemplo do PT, PSOL e PCdoB, que estabelecem a reserva de 50% das instâncias diretivas para mulheres como condição de validade organizacional, fenômeno este ligado à ideologia partidária. Conforme aponta a literatura (KITILSON, 2006; LOVENDUSKI, 1993), legendas situadas no espectro da esquerda possuem um vínculo programático e histórico com os movimentos sociais e com a pauta da igualdade estrutural. Essa matriz ideológica progressista torna essas agremiações mais permeáveis à adoção de políticas afirmativas radicais (como a paridade total).

Esses modelos contrastam com partidos como o MDB, PSB e PDT, que, embora possuam núcleos femininos historicamente consolidados e garantam assentos específicos em instâncias deliberativas, mantêm uma resolução de acesso mais dependente de negociações setoriais ou do cumprimento dos patamares mínimos exigidos pela legislação nacional (30%). Essa distinção é central, pois enquanto a paridade estatutária atua como um mecanismo de inclusão compulsória, modelos baseados em cotas proporcionais ou núcleos setoriais preservam o papel mediador do partido, exigindo que as lideranças femininas negociem sua ascensão em arenas onde o capital político tradicional ainda exerce forte poder de filtragem.

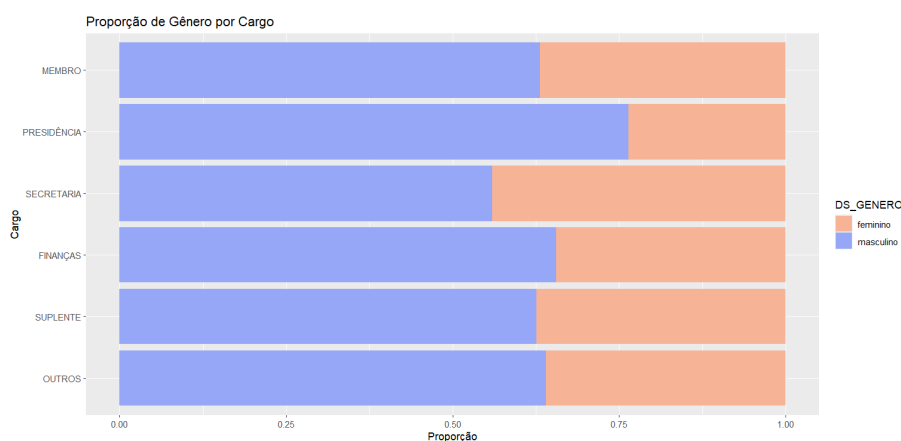
Ainda sobre a relação organizacional, em nossa base de órgãos partidários com vigência a partir de 2023, temos um total de 843 cargos diferentes. Para deixarmos mais resumida, classificamos os cargos em cinco categorias: Presidência, Secretaria, Finanças, Membros, Suplentes e Outros. Isso permite avaliarmos de que forma a distribuição de mulheres nos órgãos

¹¹ Informações disponíveis no Estatuto do Partido: [Estatuto do PT](#)

varia entre cargos que chamamos de “núcleo duro” Como já mencionado acreditamos que o aumento da presença de mulheres nesses cargos tem potencial para funcionar como uma “porta de entrada que influencia de forma direta a possibilidade de empoderamento, visibilidade e representação eleitoral feminina” (SILVA; CAMPOS, 2019, p. 70).

A lógica de classificação procurou no corpo do texto do cargo palavras-chave. Para Presidência, procuramos "PRESIDENT"; para Secretaria, procuramos "SECRETAR", "SECRETÁR" e "SECRET"; para Finanças, procuramos "TESOUR"; para Membro, procuramos "MEMBR" e "VOGAL"; para Suplente, procuramos "SUPLENTE"; e em Outros ficaram todos os demais cargos não classificados. O resultado dessa classificação está ilustrado na Figura 4 e, vale ressaltar que as variações de texto advêm do próprio cadastro feito pelos órgãos.

Figura 4 - Proporção de gênero por cargo nos partidos analisados



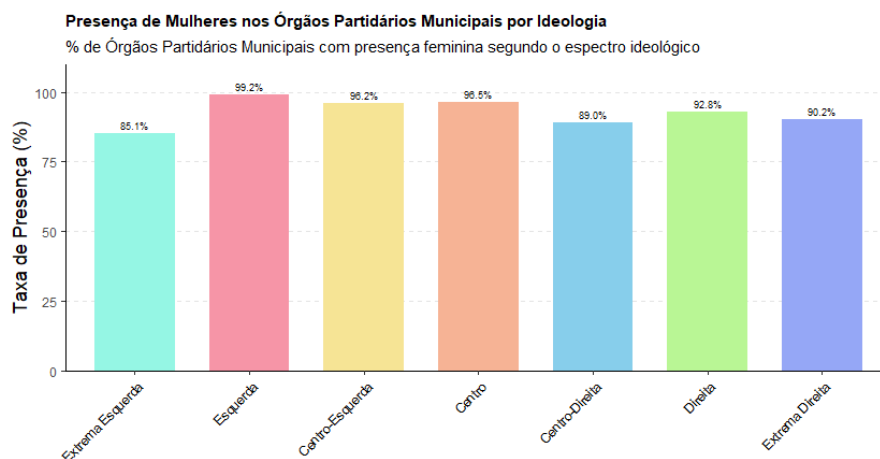
Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Com base no gráfico, nota-se uma clara divisão do trabalho partidário. A menor fatia de mulheres encontra-se justamente nos cargos de maior poder decisório e controle de recursos: a Presidência e a Tesouraria. O baixo percentual de mulheres nas finanças é particularmente crítico, pois indica que mesmo integrando a estrutura partidária, elas permanecem fora da gestão direta dos recursos financeiros.

Por outro lado, a maior parcela feminina recai sobre o cargo de Secretaria, função que, embora essencial, tende a ter caráter mais administrativo ou burocrático (o “cuidado” administrativo). Esse cenário sugere que a "porta de entrada" mencionada por Silva e Campos (2019) ainda conduz as mulheres a espaços de apoio, e não de liderança central.

Superada essa análise funcional dos cargos, observamos como essas dinâmicas se em relação à disposição ideológica dos partidos: a ideologia “esquerda” apresenta uma taxa de adesão de 99,2%, ou seja, se sortearmos 1000 diretórios do espectro ideológico de esquerda aleatoriamente, 992 terão mulheres ocupando cargos de poder decisórios e 8 serão exclusivamente masculinos. Este segmento é, inclusive, o mais igualitário da amostra. Os partidos de centro-esquerda e centro também mostram taxas acima de 96%. Já na extrema esquerda esse número caiu para 85%. Na figura 5, temos a ilustração dos casos, os quais podem ser explicados pelo tamanho reduzido dessas estruturas (apenas 101 diretórios na amostra, sendo o menor n). Partidos menores e de quadros, muitas vezes centralizados, podem ter dificuldades que geram essas diferenças das grandes máquinas partidárias.

Figura 5 - % de Presença de Mulheres por Ideologia



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

A direita e o “centrão” representam uma maioria na amostra (n= 8.314), tem uma taxa de 92,8%. Embora alta, é estatisticamente inferior a esquerda, apresentando muitos diretórios sem mulheres nos cargos selecionados e vistos como relevantes na hora da decisão partidária. A extrema-direita, por sua vez, aparece com 90%, indicando que à medida que se encaminha para a direita no espectro, a obrigatoriedade ou cultura de inclusão feminina nos cargos selecionados tende a cair.

Nesse caso, o teste precisa saber: “se ideologia não tivesse a ver com gênero, quantos diretórios teriam mulheres?” Para validar isso, foi realizado o teste Qui-Quadrado de Pearson, comparando as frequências observadas de liderança feminina em cada espectro ideológico com as frequências esperadas sob a hipótese nula de independência. A análise segmentada por

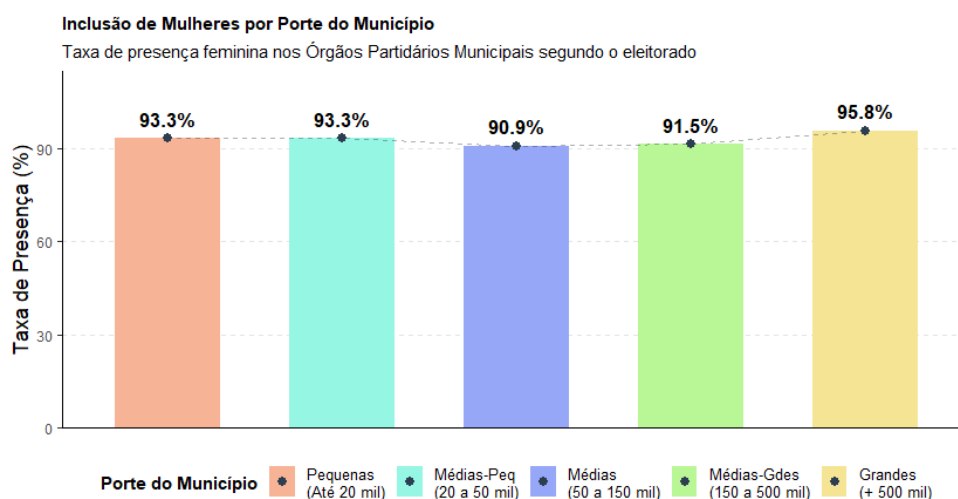
espectro ideológico revela, portanto, uma associação significativa ($p < 0.0001$, Teste χ^2) entre o posicionamento político e a composição de gênero das instâncias decisórias. O bloco “Esquerda” apresenta a maior taxa de adesão à liderança feminina, sugerindo que para este campo, a paridade de gênero consolida-se como uma diretriz estatutária orgânica.

Em contrapartida, os blocos “Direita” e “Centro-Direita”, apesar de majoritariamente na amostra, demonstram uma permeabilidade, com taxas altas de liderança feminina oscilando entre 89% e 92%, mas ainda menor que os partidos de “Esquerda”.

Ainda sobre a questão dos partidos políticos no sistema partidário brasileiro, realizamos a análise a partir da competitividade partidária nos municípios. Os dados nos revelam um cenário de baixa fragmentação, visto que a média de partidos disputando o pleito por município é de 2,71 com uma mediana de 2,00. Isso indica que a realidade local tende a se organizar em torno de dois polos principais de disputa. Apenas grandes centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte, fogem dessa lógica.

Outra dimensão possível de análise em nosso banco de dados é em relação ao tamanho do município. Teoricamente, grandes cidades seriam mais “modernas” e, portanto, mais abertas às mulheres, enquanto os pequenos municípios seriam mais tradicionais e patriarcais. Os dados da Figura 6 apontam que as do grupo acima de 500 mil eleitores possui, de fato, a maior taxa de inclusão, cerca de 95,8%, demonstrando o que já esperávamos nas grandes capitais. O pior desempenho, no entanto, não está nas pequenas cidades, mas nas cidades médias de 50 a 150 mil eleitores, em que a taxa cai para 90%. Nas pequenas cidades, por sua vez, os municípios de até 20 mil eleitores, têm uma taxa de 93,4%.

Figura 6 - Inclusão de Mulheres por Porte do Município



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Nesta seção, buscamos mostrar a composição dos órgãos partidários analisados para pensar na distribuição do poder a partir de uma perspectiva de gênero combinada com as variáveis escolhidas na pesquisa. De forma breve, notamos que na maioria dos órgãos há a presença de mulheres ocupando cargos de liderança, demonstrando altas taxas tanto em relação ao porte do município quanto a ideologia. Isso exposto, na próxima seção iremos analisar especificamente o financiamento eleitoral, dando foco para os montantes empregados nas disputadas, declarados por homens e mulheres, assim como, compreender e comparar os seus partidos.

3.3 FINANCIAMENTO ELEITORAL E DINÂMICAS PARTIDÁRIAS: O uso dos Recursos Públicos

Nesta seção, iremos analisar um mecanismo que tem ocupado um espaço fundamental nas campanhas eleitorais: o financiamento. Este debate, entre dinheiro e política, é um dos mais tradicionais da área, visto que é conhecida a necessidade dos partidos e candidatos em sustentarem um conjunto de atividades relacionadas às competições político-eleitorais (DUVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005). Diante da proporção que os recursos assumem nas disputas, pensar em uma distribuição mais equilibrada entre os gêneros, nos leva a crer em um cenário no qual as mulheres se encontram em menor desvantagem.

O financiamento público de partidos políticos e campanhas eleitorais é uma prática consolidada nas democracias contemporâneas. De acordo com o levantamento do *IDEA International* (2021), a predominância desse modelo é notável: dos 173 países analisados, aproximadamente 72% adotam algum tipo de aporte estatal, seja para o custeio da manutenção burocrática das organizações, seja para o fomento direto das disputas eleitorais. Dessa forma, o financiamento público acaba sendo uma ferramenta de garantia de certa autonomia partidária frente aos interesses do capital privado.

Assim sendo, diante do espaço que o financiamento ocupa na política atual, iremos averiguar o peso que estes recursos possuem nas campanhas, observando os números dessa distribuição por partidos e incluindo a interação com a presença de mulheres nos órgãos partidários como um indicativo do direcionamento desses recursos. O objetivo aqui é compreender em que medida a ocupação de mulheres em cargos-chave partidários pode

contribuir com melhor acesso feminino aos recursos financeiros públicos de campanha. Em outras palavras: quando há mulheres nessas posições, significou uma distribuição equitativa desses recursos para as candidatas que participaram da disputa pelo executivos municipais em 2024?

A adoção de recursos públicos, reside na tentativa de diminuir a influência das elites econômicas sobre o poder decisório da política. Conforme argumenta Mancuso (2015) em sua vasta revisão bibliográfica, o aporte estatal funciona como um anteparo contra a dominação das legendas por interesses individuais, assim como, impõe a transparência uma vez que sob o uso do dinheiro dos contribuintes, as agremiações devem submeter suas operações aos mecanismos de fiscalização institucional (BALLINGTON, 2003 *apud* MANCUSO, 2015). Nesse sentido, o financiamento deixa de ser apenas uma questão interna dos partidos para se tornar um objeto de interesse público e de centralidade democrática, cabendo ao Estado o papel de viabilizar o funcionamento dessas organizações.

Em contraponto, a literatura também mobiliza argumentos substantivos alertando para os riscos à estatização partidária. Katz e Mair (2018) cunharam o conceito de “cartelização” para descrever o fenômeno observado nos casos europeus em que os partidos, ao se tornarem dependentes dos recursos financeiros públicos, afastam-se das bases sociais e passam a atuar como anexos do aparato estatal. Esse afastamento pode levar ao enfraquecimento das bases de representatividade, transformando as siglas em estruturas burocráticas mais preocupadas com a sobrevivência estatal do que com a mobilização cidadã (ZOVATTO, 2005). Silva (2021) ainda aponta que o redirecionamento de recursos públicos para o setor político é frequentemente percebido pela sociedade civil como um desvio de prioridades frente a áreas de políticas públicas de manutenção diária, como saúde e educação.

No cenário brasileiro, essa tensão entre a necessidade de autonomia financeira e a legitimidade do gasto público ganhou novos contornos a partir de 2015. O modelo público remonta à década de 1960, quando o fundo partidário foi criado. Mas foi a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.650 em 2015¹² que alterou a política nacional ao determinar a inconstitucionalidade das doações por pessoas jurídicas. Em resposta a isso, houve uma rápida

¹² Informações complementares disponíveis em: [STF conclui julgamento sobre financiamento de campanhas eleitorais](#)

reestruturação do sistema pelo Congresso Nacional, que não apenas elevou substancialmente o Fundo Partidário, como instituiu em 2017 o Fundo Especial para o Financiamento de Campanha (FEFC). Essa transição, que elevou os recursos estatais, representa uma resposta da classe política ao vácuo deixado pelo capital empresarial.

No entanto, a alta distribuição de recursos públicos no Brasil ainda não resultou em uma disputa mais equânime. Nassmacher (2003) sugere que o financiamento público pode equilibrar o jogo político, mas, a ausência de regras rígidas e de fiscalização de distribuição interna permite com que as lideranças partidárias concentrem o capital em candidaturas consideradas “promissoras”, o que normalmente perpetua as elites masculinas já estabelecidas. Um avanço neste campo foi a determinação do TSE (2019) quanto à reserva mínima de 30% dos fundos para candidaturas femininas, como uma tentativa de institucionalizar a equidade de gênero. Speck (2006) tece contribuições importantes nesta temática e afirma que é crucial se atentar à forma como o investimento eleitoral pode efetivamente produzir assimetrias prévias no jogo político ao permitir que o dinheiro tenha uma relevância excessiva e não regulado, sobre os pleitos.

No cenário brasileiro, a distribuição de recursos públicos ainda não se traduziu em uma competição equânime, especialmente nas disputas pelos Executivos municipais. Como sugere Nassmacher (2003), embora o financiamento público possa equilibrar a competição, a autonomia das lideranças partidárias na alocação interna desses recursos tende a privilegiar candidaturas percebidas como promissoras. No nível local, essa lógica é exacerbada pelo fato de a prefeitura representar o cargo de maior relevância estratégica para a sobrevivência partidária, funcionando como um cargo fundamental para a distribuição de recursos e manutenção de clientelas políticas.

Nesse sentido, diferente das eleições proporcionais, a disputa majoritária municipal impõe uma dinâmica de “tudo ou nada” que, segundo a natureza pragmática das legendas, prioriza a eficiência eleitoral em detrimento da renovação descritiva. Assim, mesmo com a determinação do TSE (2019) de reservar no mínimo 30% dos fundos para candidaturas femininas, o investimento tende a ser concentrado em elites masculinas já estabelecidas, sob a justificativa de maior viabilidade competitiva. Speck (2006) reforça essa preocupação ao notar que a ausência de uma regulação interna rígida permite que o capital financeiro aprofunde as assimetrias prévias, transformando o dinheiro em um filtro que blinda a elite política tradicional contra a entrada de novos grupos.

Portanto, ainda restam dúvidas se mecanismos como estes são suficientes para romper com as assimetrias de gênero que nos deparamos na política. A análise subsequente dos dados coletados buscará, portanto, verificar como essa distribuição ocorreu na prática.

3.3.1 A presença dos recursos nas Eleições de 2024

Para analisar os recursos disponíveis para os(as) candidatos(as) e eleitos(as) ao executivo municipal no pleito de 2024 foram utilizados dados do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2025¹³), especificamente das bases de candidaturas e de receitas dos/as candidatos/as. Após a coleta dos dados, eles foram tratados por meio do software R, que, por meio do número de identificação dos candidatos (SQ_CANDIDATO), possibilitou a união das diferentes bases, sendo selecionadas apenas candidaturas ao cargo de prefeito/a, o que resultou em um banco com 15.091 casos.

Inicialmente, possuímos 3 colunas distintas referentes à receita, sendo “soma_receita_fp”, “soma_receita_fe” e “soma_receita_or”. A primeira era referente aos recursos do Fundo Partidário, a segundo ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e a terceira seriam outros tipos de recursos, como doações de pessoas físicas.

É fundamental destacar que estes fundos não possuem o mesmo peso na dinâmica das campanhas. Enquanto o Fundo Partidário (FP) garante a manutenção burocrática anual das legendas e contribui de forma complementar nas eleições, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é o motor da competitividade eleitoral. Com quase R\$ 5 bilhões destinados exclusivamente para o pleito de 2024, o FEFC representa a esmagadora maioria dos recursos públicos mobilizados. Portanto, quem controla a distribuição do FEFC nas instâncias partidárias, controla, na prática, a viabilidade de qualquer candidatura majoritária no Brasil.

O Fundo Eleitoral (FEFC)¹⁴ teve sua aprovação pelo Congresso Nacional e início em 2017 e, após a proibição de doações de pessoas jurídicas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), se tornou uma das principais fontes de receita para a realização das campanhas eleitorais. Os recursos do FEFC são distribuídos pelo TSE aos diretórios nacionais dos partidos de acordo

¹³ A coleta dessas informações ocorreu no dia 22/02/2025, sendo assim, possíveis atualizações nas prestações de contas feitas posteriormente a essa data, não estão sendo consideradas nesta análise.

¹⁴ O Fundo Eleitoral foi criado em 2017 pelas Leis nº13.487 e 13.488. Para saber mais consulte: <https://www.planalto.gov.br/2017/Lei/L13487> e <https://www.planalto.gov.br/2017/Lei/L13488>

com os seguintes critérios: 2% igualmente entre todos os partidos; 35% divididos entre aqueles que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de votos obtidos na última eleição geral para a Câmara; 48% divididos entre as siglas, na proporção do número de representantes na Câmara, consideradas as legendas dos titulares; e 15% divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as siglas dos titulares (TSE, 2022).

Na revisão dos parâmetros para a divisão do FEFC nas Eleições Municipais de 2020, a Corte Eleitoral decidiu considerar o número de representantes eleitos para a Câmara e para o Senado na última eleição geral, bem como o número de senadores filiados ao partido que, na data do pleito, estavam no primeiro quadriênio de seus mandatos. Esses recursos são liberados as legendas somente após a definição dos critérios e, ainda de acordo com a norma, os partidos são obrigados a reservar, no mínimo, 30% do total recebido do FEFC para financiamento das campanhas femininas, ou em percentual maior correspondente ao número de candidatas do partido.

Para o pleito de 2024, o valor do FEFC foi de R\$ 4.961.519.777,00, montante que foi disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao TSE¹⁵. Os valores individuais das agremiações foram calculados de acordo com os critérios fixados na Lei nº 9.504/1997, art. 16-D e as balizas para o cálculo fixadas no Acórdão de 16.06.2020¹⁶. Na tabela a seguir estão apresentados os valores distribuídos aos partidos em 2024:

Tabela 6 - Distribuição de Recursos Públicos (Fundo Especial de Financiamento de Campanha e Fundo Partidário) por Legenda em 2024

Partido	Fundo Eleitoral (FEFC)	Fundo Partidário (FP)
PL	R\$ 886.839.487,85	R\$ 170.301.400,76
PT	R\$ 619.859.348,70	R\$ 134.472.173,10
UNIÃO	R\$ 536.557.338,93	R\$ 107.299.455,66
PSD	R\$ 420.971.570,08	R\$ 79.959.682,13

¹⁵ Esse valor está de acordo com os termos da Lei nº 9.504/1997, art. 16-C, § 2º e disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/2024-prestacao-de-contas/fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-fefc>

¹⁶ Processo Administrativo PJE nº 0600628-33.2020.6.00.0000.

PP	R\$ 417.291.696,27	R\$ 90.351.282,54
MDB	R\$ 404.603.269,54	R\$ 79.579.526,36
REPUBLICANOS	R\$ 343.901.521,34	R\$ 82.353.253,72
PODE	R\$ 236.660.900,06	R\$ 50.804.213,55
PDT	R\$ 173.962.508,38	R\$ 43.193.695,51
PSDB	R\$ 147.950.332,67	R\$ 26.264.358,88
PSB	R\$ 147.637.680,85	R\$ 47.208.816,26
PSOL	R\$ 126.893.829,69	R\$ 45.275.425,31
SOLIDARIEDADE	R\$ 88.586.729,91	R\$ 29.252.176,78
AVANTE	R\$ 72.585.298,78	R\$ 26.160.894,91
PRD	R\$ 71.877.097,90	R\$ 30.838.435,52
CIDADANIA	R\$ 60.257.867,86	R\$ 15.330.075,59
PC do B	R\$ 55.972.943,54	R\$ 17.714.632,05
PV	R\$ 45.280.538,99	R\$ 11.670.761,48
NOVO	R\$ 37.133.690,61	-
REDE	R\$ 35.900.485,05	R\$ 11.790.116,38
AGIR	R\$ 3.421.737,78	-
DC	R\$ 3.421.737,78	-
MOBILIZA	R\$ 3.421.737,78	-
PCB	R\$ 3.421.737,78	-
PCO	R\$ 3.421.737,78	-
PMB	R\$ 3.421.737,78	-
PRTB	R\$ 3.421.737,78	-
PSTU	R\$ 3.421.737,78	-
UP	R\$ 3.421.737,78	-
Total	R\$ 4.961.519.777,00	R\$ 1.099.820.376,49

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Dos 29 partidos que receberam os recursos provenientes do FEFC, as siglas que mais receberam foram o PL (R\$ 886.839.487,85), seguido do PT (R\$ 619.859.348,70), UNIÃO (R\$

536.557.338,93), PSD (420.971.570,08) e PP (R\$ 417.291.696,27). O PSD e o PP mesmo estando entre os que mais receberam, ainda obtiveram menos da metade do PL.

O Fundo Partidário (FP)¹⁷, por sua vez, foi instituído em 1965 e foi durante muitos anos a única fonte de recurso público dividida entre os partidos. O FP é distribuído anualmente e é composto por doações orçamentárias da União, multas e penalidades pecuniárias de natureza eleitoral, doações de pessoas físicas depositadas diretamente nas contas dos partidos (aquelas específicas para o Fundo) e outros recursos que eventualmente forem atribuídos por lei. Ele pode ser utilizado para financiar campanhas eleitorais e custear atividades de rotina das legendas.

Em 2020, do total de 33 partidos registrados no TSE, 23 tiveram acesso aos recursos do Fundo Partidário, cujo o valor foi de R\$ 959.015.755,00, conforme definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Os partidos que ficaram de fora, foram aqueles que nas Eleições 2018, não cumpriram os requisitos fixados na cláusula de desempenho que estabeleceu novas normas de acesso dos partidos aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. O desempenho eleitoral exigido das legendas será aplicado de forma gradual e deve alcançar seu ápice nas Eleições de 2030, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 97/2017¹⁸.

Nas Eleições de 2024, as agremiações que tiveram acesso aos recursos do Fundo Partidário¹⁹ foram: AVANTE, CIDADANIA, MDB, PcdB, PDT, PL, PODE, PP, PRD (PATRIOTA + PTB), PSB, PSD, PSDB, PSOL, PT, PV, REDE, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE e UNIÃO.

Dos 19 partidos que receberam o Fundo Partidário, os que foram mais beneficiados segue a mesma ordem do FEFC: PL (R\$170.301.400,76), PT (R\$134.472.1730,10), UNIÃO

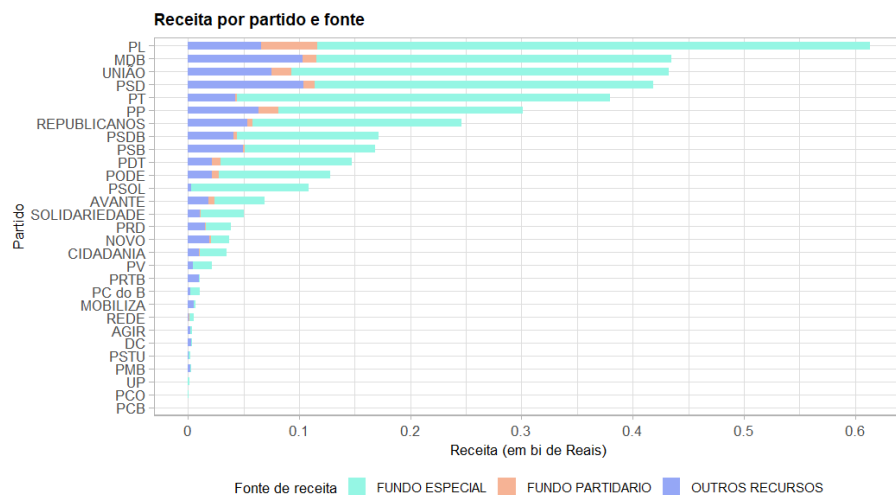
¹⁷ O Fundo Partidário foi criado em 1965 pela Lei nº 4.740. Hoje ele é previsto na Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos). Para saber mais consulte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm

¹⁸ Segundo a emenda, atualmente têm direito aos valores as legendas que, na legislatura seguinte ao pleito de 2018, obtiveram no mínimo 1,5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas. Ou as que elegeram pelo menos nove deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das 27 unidades da Federação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm

¹⁹ A Distribuição de 2024 foi definida pela Lei nº 9.096/95, alterada pela Lei nº 11.459/2007 e Lei nº 12.875/2013. Para informação acerca dos valores distribuídos no exercício (mensal e global), acesse: <https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/fundo-partidario-1/fundo-partidario2024>

(R\$107.299.455,66), alterando o PP (R\$90.351.282,54) no lugar do PSD e por fim o REPUBLICANOS (R\$82.353.253,72).

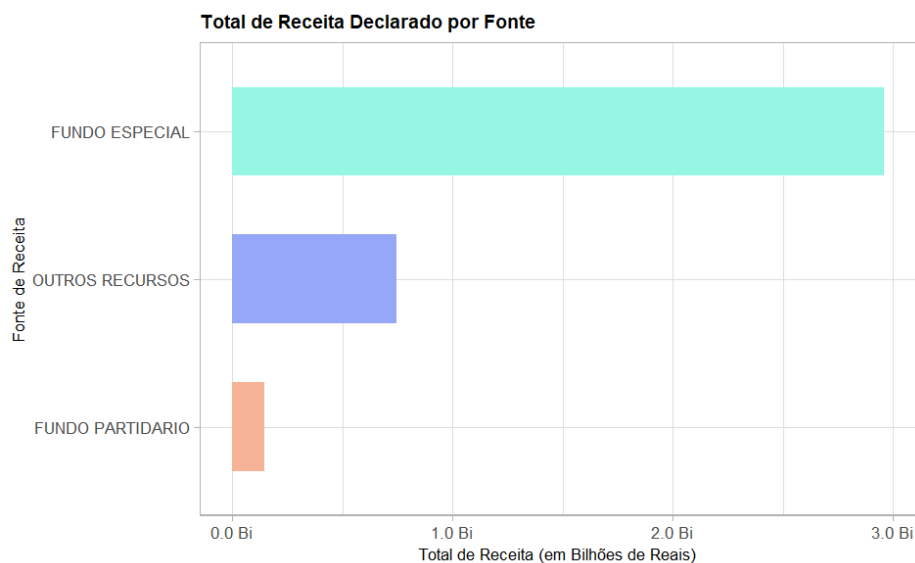
Figura 7 - Receita por partido e fonte



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Considerando as candidaturas que tiveram receitas declaradas, as campanhas para o cargo de prefeito(a) mobilizaram mais de 3 bilhões de reais. Em nosso banco de dados, obtivemos que o valor bruto da receita do Fundo Partidário corresponde a R\$143.050.577,00 e a do FEFC a R\$2.925.097.725,00 equivalendo a uma receita apenas proveniente de recursos públicos de mais de 80%. O outro tipo de receita da nossa base de dados diz respeito aos outros recursos, que somados foram R\$738.676.170,00. Na figura 7 temos a ilustração desses números, com as principais fontes e os valores declarados de cada uma delas:

Figura 8 - Total de Receita Declarada por Fonte

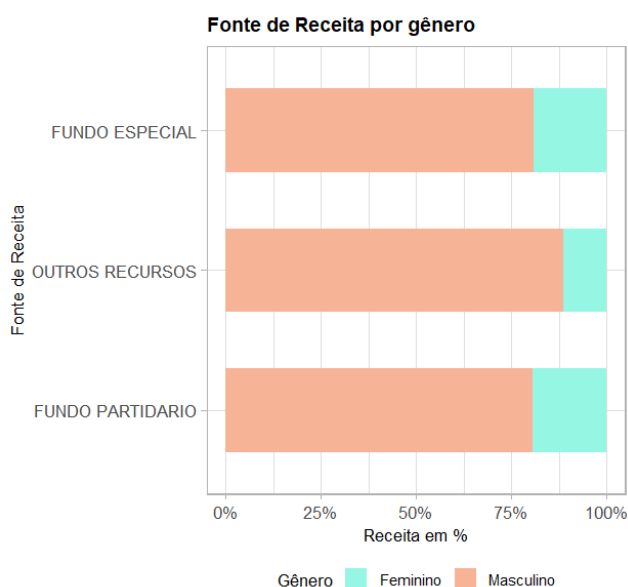


Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Analisando o tipo de fonte declaradas por homens e mulheres, algumas informações se destacam: O Valor do FEFC é realmente a maior fonte de arrecadação, o valor do Fundo Partidário se tornou um valor “pequeno” e a doação de pessoas físicas alcança um alto patamar.

Em relação a doação de pessoas físicas em outros recursos, a diferença entre os gêneros é grande: os homens que disputam arrecadam mais e das mulheres menos. Esse fato pode ser interpretado como um menor engajamento da sociedade no apoio às candidatas, o que por sua vez, pode indicar a persistência da imagem masculina do político profissional (MATLAND, 2005; ÁLVARES, 2008; FOX; LAWLESS, 2012; BIROLI, 2018). Nesse sentido, nota-se que fatores de ordem cultural permanecem atuando na manutenção do quadro de desigualdade de gênero na política brasileira.

Figura 9 - Total declarado por gênero e fonte



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE

Outra leitura que esse dado pode nos mostrar é que houve um deslocamento das doações, que antes chegavam por meio de pessoas jurídicas e agora, devido à proibição dessas, chegam via doações individuais (REBELLO; MARTINS, 2018 *apud* KRAUSE *et al.*, 2020). Uma vez que, por serem a maioria no grupo que concorre pela reeleição, possuem mais acesso ao grupo de financiadores privados (SACCHET; SPECK, 2012b).

A partir dos gráficos, conseguimos observar a diferença de investimento de recursos próprios em campanhas. As candidaturas femininas possuem apenas 12% desse valor total, já as candidaturas masculinas representam 87% fator este que justifica a importância da maior

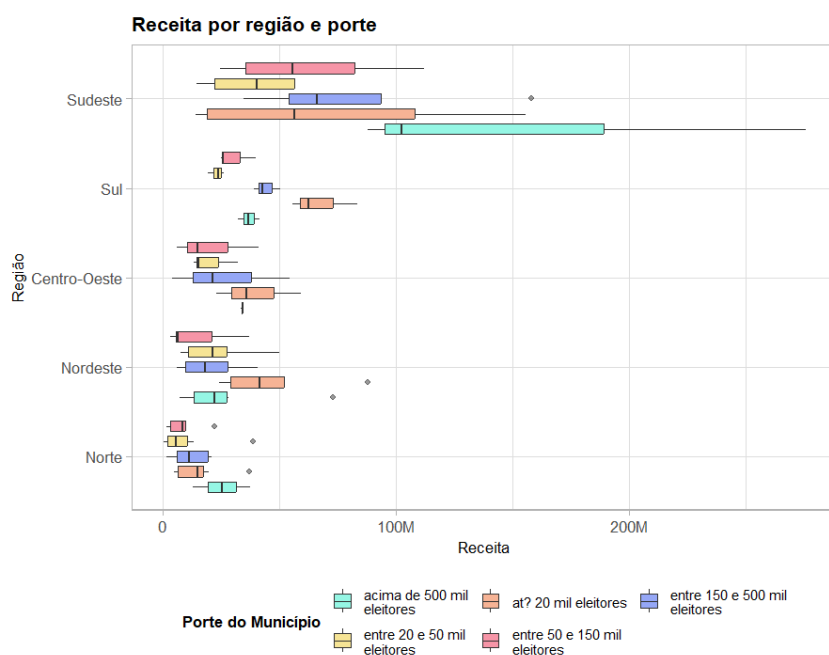
centralidade dos recursos públicos para as candidaturas de mulheres. Além do mais, uma vasta maioria das mulheres possuem menos bens declarados do que os homens (DOSS; GROWN; DEERE, 2008).

Sacchet e Speck (2012) destacam que as mulheres candidatas tendem a ser mais comedidas no uso dos recursos para fins pessoais, uma vez que possuem uma visão mais coletiva ou familiar do pertencimento e uso de sua renda. Outro ponto relacionado ao autofinanciamento é o ponto da auto seletividade apresentado por Lawless (2015), em que a autora argumenta que as mulheres ainda tem maior tendência para duvidar de suas chances de serem eleitas do que seus pares masculinos.

Ademais, vale ressaltar, que há evidências que nos países onde existem o financiamento do Estado, as mulheres e outras minorias no poder, têm maior sucesso em seu envolvimento com a políticas (BALLINGTON, 2003; CIGANE; OHMAN, 2014). Sabe-se que os recursos financeiros não são o único fator determinante desse processo, mas, as pesquisas mostram que quando retira o peso sobre as arrecadações, cria-se um conjunto de mecanismos em relação a participação em órgãos partidários que pode ser usado como uma ferramenta importante para promover certa equidade de gênero (STRATMANN, 2009; BALLINGTON; KAHANE 2014; LA RAJA; WILTSE, 2018). Torna-se, portanto, um catalisador dessa participação, não o fim, mas sim um meio.

Comparando estados e partidos políticos, estudos mostram que, em localidades e em siglas partidárias nas quais mais dinheiro foi destinado às mulheres, o desempenho eleitoral feminino foi melhor (SACCHET; SPECK, 2012a; EDUARDO, 2017). Na figura 9 podemos ver o comparativo da distribuição de receita por região do país. A Região Sudeste é a que movimenta os maiores volumes de recursos, sendo então espaços de maior competitividade, enquanto a Região Norte apresenta os menores volumes de receita acumulada, mesmo quando consideramos os diferentes portes de município. Ainda há, nessas duas regiões, aqueles que podemos chamar de *outliers*, ou seja, os candidatos isolados que arrecadaram valores muito acima da média de seus grupos.

Figura 10 - Distribuição por região e porte



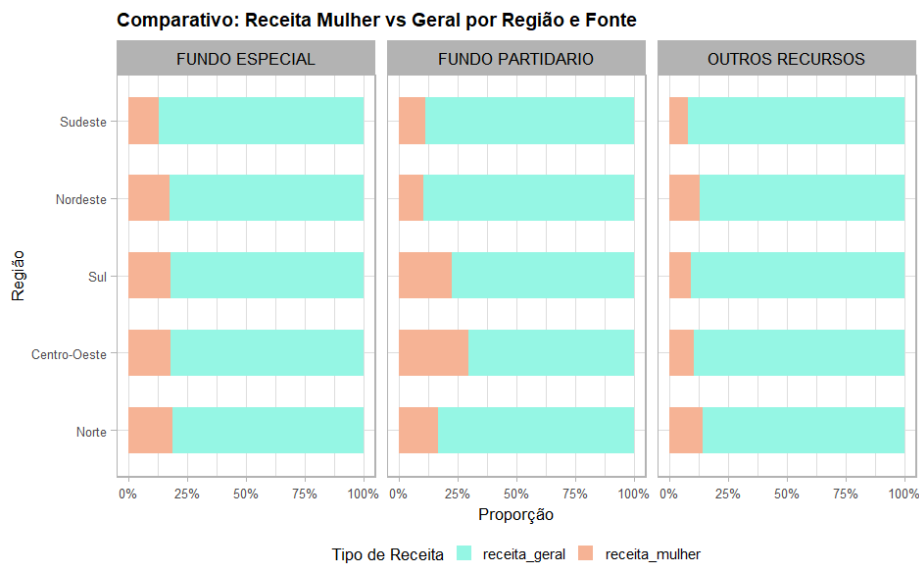
Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE

Em relação a distribuição da receita para as mulheres em cada região temos uma demonstração clara da sub-representação feminina em relação aos recursos financeiros, indicando que as mulheres acessam uma fatia muito menor dos recursos. Em nenhum cenário a receita das mulheres chega perto de alcançar a equidade (50%).

Na figura 10 temos a demonstração gráfica da proporção da receita destinada a candidaturas femininas (em laranja) em comparação ao total geral (azul), dividida por região e pela origem do dinheiro.

O painel do Fundo Partidário, especificamente na Região Centro-Oeste e Sul, é onde as mulheres tem a “melhor” participação proporcional. O painel da direita, outros recursos, é a fonte de doações privadas e mostra as menores proporções para as mulheres. De maneira geral, a desigualdade de gênero no financiamento é um problema nacional, é um padrão que se repete de Norte a Sul.

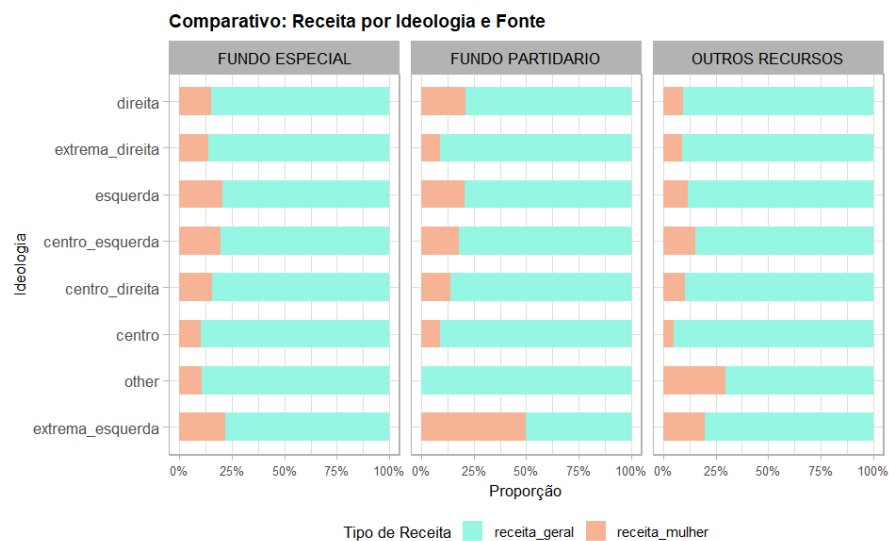
Figura 11 - Comparativo Receita Mulher vs Geral por Região e Fonte



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Por fim, fizemos o cruzamento do espectro político (Ideologia) com a origem do dinheiro e o gênero. Notamos que a Extrema-Esquerda é a mais igualitária, especialmente quando tratado dos recursos provenientes do Fundo Partidário, atingindo quase 50% de proporção. A literatura afirma que partidos de esquerda parecem ter políticas internas de distribuição de recursos mais incisivas para garantir a equidade de gênero, chegando perto da paridade financeira no uso do Fundo Partidário. Portanto, o padrão que se observa é o de que partidos de esquerda e centro-esquerda tendem a destinar uma fatia proporcionalmente maior de recursos para mulheres do que os partidos de direita, extrema-direita e centro.

Figura 12 - Comparativo Receita Mulher vs Geral por Ideologia e Fonte



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, buscamos investigar o papel central que os partidos políticos desempenham na definição de quem acessa o poder local no Brasil. A análise das estruturas internas e do financiamento eleitoral nas eleições de 2024 revelou que as barreiras para a participação feminina são institucionalizadas nas rotinas partidárias.

A investigação sobre a composição dos órgãos partidários municipais demonstrou que a presença de mulheres em cargos de liderança (presidência, secretaria-geral ou tesouraria) ainda enfrenta resistências, variando significativamente conforme o espectro ideológico. Confirmando a literatura, partidos de esquerda tendem a apresentar estruturas mais paritárias, enquanto siglas de direita e o 'centrão', que dominam a capilaridade municipal, apresentam taxas menores de inclusão interna. No entanto, o dado mais relevante reside na correlação sugerida de que a presença feminina no 'núcleo duro' das decisões partidárias pode impactar positivamente o recrutamento de novas candidatas, hipótese testada e analisada em capítulos seguintes.

Sobre o financiamento, os dados de 2024 expuseram a persistência de uma assimetria. Embora o financiamento público (FEFC e Fundo Partidário) tenha se tornado a principal fonte de recurso das campanhas, principalmente campanhas femininas dada a dificuldade histórica das mulheres em acessar redes de doação privada, os valores arrecadados por candidaturas masculinas ainda são superiores. A análise revelou que os homens dominam o acesso aos “Outros Recursos” e investem muito mais recursos próprios, o que lhes confere uma vantagem competitiva inicial.

Ademais, observou-se que a distribuição de recursos não é uniforme no território nacional. Enquanto regiões como o Sudeste movimentam montantes expressivos, a desigualdade de gênero na arrecadação se mantém como um padrão transversal, do Norte ao Sul do país.

Portanto, conclui-se no capítulo, que os partidos políticos *importam*. Eles não apenas selecionam quem concorre, mas definem, quem tem viabilidade para ganhar a disputa diante das regras do jogo. A sub-representação feminina nas prefeituras, dessa forma, começa antes da abertura das urnas, ela existe desde a formação dos órgãos partidários até a definição das estratégias de campanha. Compreender essas dinâmicas de oferta partidária é o passo necessário para avançarmos, no próximo capítulo, para a análise do perfil das mulheres que, apesar desses filtros, conseguiram chegar ao poder executivo municipal.

4 MULHERES PREFEITAS NO BRASIL

“Falar da participação política da mulher exige, previamente, alguns lembretes no tocante às condições históricas desta participação. Afinal, trata-se de um processo de constituição da cidadania para amplas camadas da população, numa república que já viveu demasiado tempo sob a tutela das forças armadas e de oligarquias retrógradas [...]” MARIA L. MORAES²⁰

Durante os últimos anos, a pauta sobre a participação feminina em diversas esferas da sociedade tem ganhado espaço. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), atualmente as mulheres compõem 54,5% do mercado de trabalho brasileiro e apresentam grau de instrução mais elevado do que os homens²¹. Em contrapartida, ainda ganham em média 20,1% a menos que eles, são a maioria da população desempregada (54,5%) e em situação de risco e de pobreza²², além de permanecerem como as maiores responsáveis pelos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos²³. Esse cenário nos mostra como, apesar dos avanços recentes, ainda há muito o que se fazer no que diz respeito à atuação feminina nos espaços públicos e às oportunidades que não são oferecidas a elas.

A partir desse contexto de intensa desigualdade, vale ressaltar que a participação feminina na política (e fora dela) deve ser compreendida dentro do marco histórico das lutas femininas que tem como objetivo o estímulo à participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão. Ao adentrarmos especificamente ao campo político, fica evidente a necessidade de

²⁰ MORAES, Maria L. Quartim de. Mulheres em movimento: o balanço da década de mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel/CECF, 1985, p. 51.

²¹ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), 24,3% das brasileiras possuem ensino superior completo, contra 14,6% dos brasileiros.

²² A informação coletada no site do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (CEPAL) mostra que para cada 100 homens vivendo nessa condição, existem 112,7 mulheres. Além disso, cerca de 72% dos postos de trabalho encerrados em 2020, devido à pandemia, eram ocupados por mulheres (IBGE, 2022).

²³ No Brasil, as mulheres dedicam a essas atividades quase o dobro de tempo que os homens - 21,4 horas contra 11 horas semanais (IBGE, 2022).

alteração da dinâmica atual que, apesar dos avanços nos últimos anos, ainda possuem as mulheres como minoria.

Ao pensarmos no campo de disputa política, o poder local é aquele que apresenta, ainda que baixa, a maior participação feminina. Entre alguns motivos, destaca-se a proximidade entre “lar” e a prefeitura:

Por diversos motivos, o poder local tem sido pensado como um espaço privilegiado da participação feminina no campo político. A proximidade do lócus de atuação política (a prefeitura) do lar, permitindo a conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares, a percepção de que a edilidade demanda ações próximas às necessidades reprodutivas relacionadas à saúde, educação, limpeza urbana, e o questionamento corrente a respeito de uma dependência feminina em relação à família e aos esquemas político-familiares, são elementos que podem contribuir para uma percepção sobre a cidade como um espaço que demanda cuidados femininos, especialmente quando se trata das pequenas cidades do interior (RABAY; CARVALHO, 2014, p, 02).

A prefeitura, portanto, se constituiu nessa percepção como uma continuidade da casa, não alterando o estigmatizado binômio público versus privado (RODRIGUES, D. 2016). Essa perspectiva mostra-se insuficiente e limitante no cenário político contemporâneo quando nos deparamos com um espaço que exige a administração de orçamentos milionários, a gestão de coalizões partidárias e o enfrentamento de severas disputas de poder com legislativos e oligarquias locais. Assim, longe de ser uma extensão da casa, a prefeitura é uma arena de poder duro e, portanto, a vitória de mulheres nesse espaço representa uma ruptura concreta no monopólio masculino da representação e um passo efetivo de emancipação política e acúmulo de capital institucional.

Neste contexto, Avelar (2001), por sua vez, expõe que, o incremento das candidaturas femininas para os cargos municipais fica evidente na medida em que na política local é mais fácil conciliar (um verbo crucial para a autora) na vida de quase todas as mulheres. Conciliar nesse caso, a vida profissional, a vida familiar e a vida política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas. Esse aspecto tem sido menosprezado nas análises sobre a menor presença das mulheres na política, com raras exceções (AVELAR, 2001, p.69).

Essa questão exposta por Avelar (2001) reflete o fato de a política partidária ainda ser um espaço majoritariamente masculino e as mulheres que o adentram, têm como demanda também conciliar com outros afazeres, ainda entendidos como de sua responsabilidade plena.

Este argumento é fortalecido pelos dados apresentados por Blay (2015), referentes às eleições municipais na década de 1970 e que iremos observar na próxima seção.

O acesso à política via esfera municipal pode ser entendida como estratégia para aquelas que reconhecem que para sua ascensão no cenário político, a atuação no executivo municipal pode contribuir para o processo de constituição de seu capital político. Para compreender esse fenômeno, a teoria do campo político de Bourdieu (2004) presume que esse capital não se resume apenas a recursos financeiros, mas engloba redes de contatos, notoriedade, herança de sobrenomes e o domínio prático das regras informais do jogo eleitoral. Estruturalmente, devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres foram historicamente tiradas dos espaços de sociabilidade onde esse capital é forjado. Assim, para as mulheres que não pertencem a oligarquias familiares, a disputa pelo município atua como o principal laboratório de construção do próprio capital político. É na política local que a candidata converte seu capital social e cultural no capital simbólico necessário para, eventualmente, reivindicar posições nas esferas estadual e federal, mitigando a desvantagem histórica na largada.

Ainda de acordo com Bourdieu (2004), o processo de entrada e permanência na política é algo que está relacionado à adaptação a determinadas regras. Para ele, portar certo tipo de capital político é fator essencial para a entrada de um indivíduo na política partidária. Dessa forma, entende-se que os indivíduos, por meio de suas vivências/experiências, constituem seu capital político e adentram a referida esfera, sendo esse percurso, na maioria das vezes, iniciado nas esferas menores, por exemplo, é mais comum ser eleito vereador/a, depois prefeito/a, deputado/a, governador/, etc. Pressupõe-se que o acúmulo de capital político propicia essa ascensão política.

Historicamente, o poder de centralização estatal iniciado na década de 1930 promoveu uma retração da autonomia das lideranças locais em favor do poder central. No entanto, esse cenário foi reconfigurado pela Constituição de 1988, que elevou o município ao status de ente federativo e desencadeou um processo de descentralização administrativa e financeira. As prefeituras assumiram competências na execução de políticas sociais e na prestação de serviços essenciais, como saúde e educação primária. Como destaca Blay (2015) “A prefeitura representa, no atual sistema político brasileiro, a instituição capaz de expressar o poder local” (BLAY, 2015, p. 15). No cenário atual a disputa pelo Executivo municipal tornou-se um espaço de sobrevivência assim como um trampolim estratégico para carreiras em níveis estadual e nacional.

A partir desse breve contexto, destacamos que buscamos aqui apontar alguns fatores que, de certa forma, justificam uma maior participação feminina na política municipal, apresentando algumas de suas características e práticas. Contudo, o presente capítulo busca investigar em que medida se observa uma alteração na participação política das mulheres na disputa ao cargo majoritário nos municípios. Portanto, iremos olhar para dois panoramas: o primeiro consiste em um recorte histórico baseado na obra de Eva Blay; o segundo, mais geral, aponta para o dilema atual que mostra quem são as prefeitas e como elas estiveram presentes nas eleições de 2024.

4.1 PANORAMA HISTÓRICO: as análises de Eva Blay em face da ascensão da mulher ao poder local

O trabalho de Eva Alterman Blay²⁴ denominado “As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil” nos traz um panorama histórico da disputa do poder local e da participação feminina nesses espaços. Blay (2015) revela que em 1958 haviam sido eleitas 5 Prefeitas, quatro em municípios da Região Nordeste e uma na Região Sul. Pouco menos de 20 anos depois, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) constatou que dos 3950 municípios brasileiros, 54 estavam sob o poder de mulheres, no entanto, Blay aponta que na verdade eram 60 municípios comandados por mulheres, as quais foram eleitas principalmente por municípios do Nordeste. Nessa época, as regiões de menor desenvolvimento econômico, menos urbanizadas e menos industrializadas eram as que mais tinham mulheres na chefia do poder local. Blay (2015) argumenta que esse fato é surpreendente e confronta a suposição de que são as grandes cidades, com desenvolvimento econômico e que libertam a mulher de uma restrita atividade doméstica, demonstrando que relações, de certa forma causais, não podem ser aceitas tão genericamente.

No período analisado pela autora, a prefeitura representava no sistema político brasileiro a instituição capaz de expressar o poder local, o qual, após a instalação da República, passou de uma posição hegemônica para a dominada. Esta alteração no eixo do poder, se vincula com a alteração na hierarquia econômica, que antes era baseada na agricultura para exportação e o

²⁴ Eva Alterman Blay é Socióloga e Professora Emérita da USP, é pioneira nos estudos de gênero no Brasil. Fundadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP). Disponível em: <https://bv.fapesp.br/eva-alterman-blay/>

latifúndio. Por sua vez, os processos econômicos e políticos divergentes romperam com a hegemonia agrária e fortaleceram grupos baseados no trabalho urbano e industrial, substituindo parcialmente a oligarquia agrário-exportadora na área do poder. Esse processo, não deve ser pensado como uniforme em todo o país.

Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que a burguesia agrária e a urbano-industrial que disputavam esse meio, se compunham de grupos sociais e familiares similares. Houve, neste processo, uma aliança entre parcelas da burguesia de origem agrária e grupos de investidores no setor industrial que provocou um deslocamento de grupos familiares politicamente hegemônicos. Essa diferenciação econômica altera o eixo do Poder, mas absorve os mesmos grupos familiares em posição hegemônica através da distribuição de seus membros pelos vários novos postos econômicos dos setores em expansão.

Dado o cenário e, a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Censo Agrícola e do Censo Demográfico, Blay (1981) analisou um conjunto de variáveis que permitiram descrever os 60 municípios que elegeram mulheres. Nos achados, 80% dos municípios possuíam mais de 5.000 habitantes, porém apenas 10% tinha a população urbana maior do que a população rural. De acordo com os dados do INCRA, nesse período, 86% dos municípios com Prefeitas eram predominantes propriedades latifundiárias. A partir dessas características avalia-se, portanto, que os homens foram destinados a cargos na área estadual e federal, enquanto as mulheres do mesmo grupo social, coube ao exercício do poder local. Blay (2015) destaca que,

entretanto, por menor que fosse seu significado, as lideranças coronelistas não estão dispostas a abandonar essa parcela do poder. Nesta circunstância, parecem que os homens foram destinados a cargos na esfera estadual e federal, e às mulheres do mesmo grupo social coube o exercício do poder local (BLAY, 2015, p. 23-24).

O argumento apresentado por Eva Blay se sustenta, na medida em que boa parte das prefeitas eleitas pertencem a famílias políticas, biologicamente ou via matrimônio. O mesmo também ocorre com os homens destas mesmas famílias que se candidatam ao executivo municipal, e dão continuidade à carreira política nas outras esferas. Dessa forma, para eles a prefeitura é um estágio inicial no processo de adentramento e ascensão na carreira política. Em contrapartida, muitas mulheres eleitas para o cargo de prefeitas, não ultrapassam essa esfera. Para Blay,

a tradição de dispor de todos os cargos políticos ocupando-os pessoalmente, indicando membros da família ou correligionários para preenchê-los, constitui

a forma tradicional de dominação do poder local. Por isso o ‘chefe’ político local procura criar, no interior de sua família nuclear ou extensa, uma predisposição para o desenvolvimento de carreiras políticas” (BLAY, 2015, p. 39).

Assim, conquistado o direito ao voto na década de 1930, momento de início da perda de preponderância política das lideranças locais, “Parece-nos que a participação política feminina surgiu muito espontaneamente nesse período em que o município deixou de interessar à política da camada dominante” (BLAY, 2015, p. 57). Nesse momento, percebe-se certa expansão e deslocamento desse poderio, antes centralizado principalmente na zona rural, as lideranças locais pensam estratégias para ampliar seu poderio, passando a atuar no meio urbano, e nas esferas políticas para além da municipal.

Corroborando com esse pensamento, Avelar (2001) destaca que a grande maioria das prefeitas brasileiras são eleitas nos pequenos e médios municípios nos quais as relações de poder permanecem sob poder das oligarquias, indicando essa presença feminina como uma possível estratégia de perpetuação de poder das grandes famílias na política local.

Em relação aos dados relativos à distribuição demográfica nos municípios que elegeram Prefeitas, Blay (1981) observou que os dados não se comportam conforme o padrão geral do país, apontando para uma sensível evasão masculina em que 80% dos municípios havia 80% de predominância de população feminina na zona rural, em 44% há predomínio feminino em zona urbana e em municípios do Ceará, Pernambuco e Bahia em que foram eleitas Prefeitas, há uma predominância de mulheres tanto na população urbana como na rural. Ao analisar os dados de evasão masculina, a autora criou um índice de masculinidade e concluiu que na época, nos municípios observados, havia uma associação entre a evasão masculina e consequente maioria e a eleição de uma Prefeita.

Sobre os aspectos sócio-econômicos das prefeitas eleitas, os dados apontaram que, em comparação com os homens que ocupavam o mesmo posto, elas provêm de camadas sócio-ocupacionais mais baixas. Elas, diferentemente dos colegas homens, situavam-se na camada média e, entre as que exerciam atividade econômica, predominavam as professoras primárias. De maneira geral, os Prefeitos desempenhavam, na maioria das vezes, ocupações de maior prestígio e maior renda e exerciam plena atividade profissional. As Prefeitas possuíam um grupo mais diversos, mas ainda em ocupações de menor renda e prestígio hierarquicamente inferior. Essas características refletem também a condição que o Brasil desenvolveu para as mulheres.

Em concordância com o cenário da época, 50% dos Prefeitos eleitos (homens e mulheres) não ultrapassaram o nível primário de escolaridade, quando ocorria, os Prefeitos estavam quatro vezes mais em nível universitário que as Prefeitas. No nível médio de escolaridade, as mulheres eram proporcionalmente mais numerosas do que os homens, pareando também com os níveis educacionais da população brasileira no mesmo período.

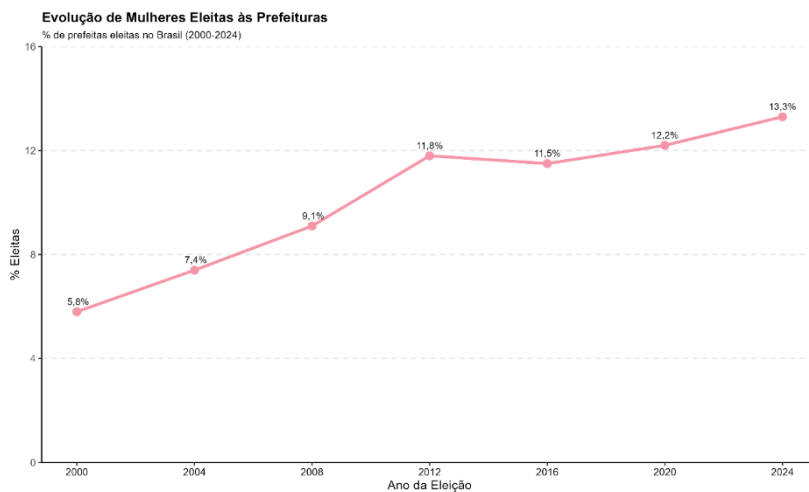
Quanto à faixa etária dos ocupantes do cargo majoritários, assim como atualmente, eram nas faixas entre 36 e 55 anos. Nas faixas mais jovens, Blay (1981) observou que havia o predomínio proporcional de mulheres, enquanto nas faixas mais elevadas (acima de 55 anos) predominavam os homens. Já a experiência política foi avaliada como a última característica e, como imaginado, enquanto a maioria dos homens eleitos Prefeitos no período já tinham exercido o cargo, em relação às Prefeitas, apenas 3 haviam exercido o mesmo cargo e 12 foram vereadoras.

Em resumo, o perfil das Prefeitas eleitas na década de 1970, se concentravam em pequena burguesia, ora em famílias latifundiárias. Muitas vezes, chegaram ao poder porque se diferenciam na população de seus municípios, ou pela classe e dominação política ou por suas atividades profissionais. As de origem oligárquica rural continuaram a tradição familiar de ter a dominação do poder local. As demais chegam a este domínio através de suas ações por intermédio de suas ocupações. As idades dessas mulheres variam entre 36 e 55 anos e desaparecem do cenário político conforme envelhecem. Passados quase 50 anos qual é o perfil das prefeitas eleitas em 2024?

4.2 PANORAMA ATUAL: análises das eleições de 2024

Em 2024, 15.574 candidatos concorreram ao executivo municipal. Dest universo, apenas 15,3% era candidaturas de mulheres. Das 5.587 prefeituras em disputa 13,2% foram conquistadas por elas. Esse é o resultado geral das eleições de 2024 e da sub-representação feminina nos espaços mais altos de poder. A análise dos dados desde os anos 2000, conforme pode ser visto na Figura 12, revela que a participação das mulheres no comando das prefeituras brasileiras dobrou, de 5,8% em 2000 para 13,3% em 2024. No entanto, o percentual ainda permanece baixo, o que pode revelar não apenas uma certa resiliência do sistema patriarcal, mas também um reflexo de características da disputa do poder majoritário nos municípios.

Figura 13 - Evolução de Mulheres Eleitas Prefeitas (2000 - 2024)



Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE

Após um pequeno crescimento entre 2008 e 2012, houve uma estabilidade no período 2012-2016. O ciclo recente (2020-2024) aponta uma retomada do crescimento, atingindo o maior número de prefeitas eleitas que tivemos na história do país: 742. Esse aumento pode estar relacionado às políticas de ação afirmativa e incentivos a ampliação delas na política partidária que ocorreram nas duas últimas décadas. As eleições municipais de 2012 também se destacam por ser a primeira com a vigência da Lei 12.034/2009, que estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”²⁵.

Além da lei de cotas, uma nova realidade do país pode ter contribuído para a ascensão das mulheres na política. A eleição de Dilma Rousseff (PT) e o fato da então candidata Marina Silva (PV) ter obtido quase 20% dos votos no primeiro turno podem ter impulsionado esse cenário. Jalmira Maria Silva Ghanem (PT), candidata à prefeitura de Montividiu (GO), com duas concorrentes mulheres, destacou em entrevistas na época que “Depois que a Dilma foi eleita, as mulheres se encorajaram mais e a sociedade passou a nos enxergar com outros olhos”²⁶.

Outra análise possível a partir dos dados coletados, é em relação a “Taxa de Sucesso”. Em 2024, ao calcularmos a razão entre candidatas eleitas e o total de candidaturas femininas

²⁵ Eleições 2012 têm recorde de mulheres eleitas para prefeituras municipais. Disponível em: <https://www.gov.br/2012-tem-recorde-de-mulheres-eleitas-para-prefeituras-municipais>

²⁶ Entrevista disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120913_eleicao_mulheres

registradas para o cargo, observamos que 31,2% das mulheres que disputaram o pleito obtiveram êxito (ver Apêndice A). Essa taxa é estatisticamente próxima à dos homens (36,7%), o que tensiona o argumento recorrente de que o eleitorado *não vota em mulheres*. Os dados sugerem que, uma vez superada a barreira do recrutamento partidário e garantida a viabilidade da candidatura, as mulheres demonstram competitividade equivalente à de seus pares masculinos.

Em resumo, os dados coletados das eleições de 2024 reforçam a premissa de Speck (2012) de que a presença feminina desmistifica a rejeição do eleitorado. A taxa de sucesso das candidatas à prefeitura (31,2%) indica que vem ocorrendo a cada pleito o aumento da fatia do eleitorado que considera as mulheres como uma opção viável. O ponto do problema desloca-se, portanto, da urna para o lançamento de candidatas competitivas, por que os partidos lançam tão poucas filiadas preparadas para essas disputas? Por que o número de candidaturas femininas é menor que o número de candidaturas masculinas? Na Tabela 7 conseguimos notar que o número de candidaturas de mulheres e homens nos partidos é muito diferente.

Tabela 7 - Distribuição de Candidatas e Eleitas aos Executivos Municipais por Partido (2024)

Partido	Total Cand.	Mulheres Cand.	%Mulheres Cand.	Mulheres Eleitas	%Eleitas (do total)
AGIR	90	12	13.3%	1	33.3%
AVANTE	390	45	11.5%	11	8.2%
CIDADANIA	111	13	11.7%	4	12.5%
DC	105	10	9.5%	0	0.0%
MDB	1926	301	15.6%	132	15.5%
MOBILIZA	149	15	10.1%	3	15.0%
NOVO	247	39	15.8%	3	16.7%
PC do B	61	8	13.1%	2	10.5%
PCB	9	0	0.0%	0	0.0%
PCO	43	8	18.6%	0	0.0%
PDT	629	79	12.6%	14	9.4%
PL	1499	211	14.1%	60	11.8%
PMB	74	16	21.6%	2	100.0%
PODE	506	73	14.4%	17	13.9%
PP	1501	207	13.8%	89	12.0%

PRD	314	38	12.1%	4	5.2%
PRTB	72	7	9.7%	0	0.0%
PSB	806	133	16.5%	51	16.5%
PSD	1751	244	13.9%	102	11.6%
PSDB	721	118	16.4%	32	11.9%
PSOL	210	51	24.3%	0	0.0%
PSTU	37	6	16.2%	0	0.0%
PT	1412	270	19.1%	41	16.5%
PV	97	13	13.4%	3	23.1%
REDE	102	18	17.6%	1	25.0%
REPUBLICANOS	1107	170	15.4%	51	11.8%
SOLIDARIEDADE	291	48	16.5%	14	22.2%
UNIÃO	1292	215	16.6%	91	15.6%
UP	22	13	59.1%	0	0.0%
Total	15574	2381	-	742	-

Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Os dados mostram que os partidos mais antigos, acabam por lançar mais candidatas: o MDB, o PT, o PSD, o UNIÃO, o PL, o PP, o REPUBLICANOS, o PSB e o PSDB foram os partidos que mais tiveram mulheres disputando o cargo majoritário nos municípios. De maneira geral, poucas mulheres se candidatam, menos ainda são eleitas, aquelas que alcançam o poder são consideradas “elegíveis”. Quais seriam as características de pessoas consideradas concorrentes e que determina a escolha dos partidos? Na próxima sub-seção iremos olhar para isso.

4.2.1 QUEM CONCORRE E QUEM GANHA? Perfil das mulheres candidatas e eleitas ao executivo em 2024

Como vimos acima, Blay (2015) ao analisar as mulheres no poderio local na década de 70, verificou que as Prefeitas eram eleitas principalmente nos estados mais pobres, dando importância ao nível educacional, vindas de uma oligarquia latifundiária. Em 2024, observamos um panorama do perfil das candidaturas participantes na eleição desse pleito para os executivos

municipais, buscando identificar comparativamente algumas características das candidatas e das eleitas. Essa diferenciação pode indicar quais filtros operam nesse processo, o que, por sua vez, oferece uma certa compreensão do funcionamento do processo de seleção interno dos partidos brasileiros. Essa análise conta com dados provenientes das bases do TSE, contendo quatro atributos das candidaturas e das eleitas: o grau de instrução, a raça/cor, a faixa etária e o estado civil. O dado referente a profissão/ocupação não entrou na análise devido a vasta variedade que possui.

Em relação ao grau de instrução, quase 3 a cada 4 prefeitas eleitas (73,5%) possui ensino superior completo. Entre os homens, apenas pouco mais da metade (54,7%) tem o mesmo nível de instrução. Entre as candidatas mulheres, a proporção de ensino superior de 64% para 73,5%, fato que demonstra a operação de um filtro mais rigoroso operando nas mulheres menos escolarizadas. Mulheres com Ensino Médio representam 23% das candidatas, mas caem para 17% das eleitas. Já entre os homens, o perfil educacional dos eleitos é quase idêntico ao dos candidatos, sugerindo que a escolaridade pesa menos na decisão do voto para eles.

Tabela 8 - Grau de Instrução de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)

Grau de Instrução	Mulheres Candidatas (%).	Mulheres Eleitas (%)	Homens Candidatos (%)	Homens Eleitos (%)
Superior Completo	64,26	73,49	51,65	54,70
Superior Incompleto	4,20	3,98	3,92	3,72
Ensino Médio (Completo)	23,23	17,58	30,22	27,72
Ensino Fundamental	6,34	4,25	11,59	11,70
Lê e Escreve	0,38	0,14	1,02	0,80

Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

A educação foi uma das primeiras pautas de luta do grupo de mulheres que iniciaram os movimentos feministas no Brasil. Nesse sentido, ao compararmos na história os dados referentes ao de escolaridade das prefeitas eleitas na década de 1970, Blay (2015) destaca que 50% das eleitas em 1972 e 1976 não ultrapassaram o ensino primário. A mesma ainda ressalta que naquele contexto os homens (prefeitos) tinham mais acesso ao ensino superior, ao contrário

das mulheres (prefeitas). Blay (2015) argumenta que a escolaridade não é requisito levado em conta em determinadas localidades No tocante às prefeitas trabalhadas em sua pesquisa, a mesma afirma que “Elas se situam em posições ocupacionais e educacionais de nível médio, ao passo que os prefeitos desempenham ocupações de nível mais alto e atingem com mais frequência a educação superior” (BLAY, 2015 p. 33).

Observamos uma mudança muito relevante, levando em conta que por muitos séculos as mulheres foram excluídas dos processos educacionais, e quando inseridas, tratadas de forma diferenciada, tendo sua formação voltada para o âmbito privado. Esse alto percentual de prefeitas possuidoras de ensino superior é um indicativo de que as mulheres cada dia se fazem mais presentes nas esferas educacionais, passo inicial para a emancipação feminina.

A análise de cor e raça indica um alerta importante a ser mencionado de que a categoria “mulher” não é homogênea. Reconhecer essa pluralidade é essencial para enfrentar o problema interseccional da sub-representação política. Embora esta pesquisa reconheça a importância dessa agenda, o presente trabalho delimita seu escopo à dimensão de gênero nas estruturas partidárias optando-se aqui por consolidar a análise sobre as barreiras institucionais enfrentadas pelas candidaturas femininas de forma agregada.

De todo forma, entendemos a importância de documentar a partir do nosso conjunto de dados que a sub-representação das mulheres prefeitas é aquém do esperado, mas, quando falamos de mulheres pretas prefeitas, esse dado é quase inexistente. A maioria das prefeitas eleitas se autodeclaram brancas, mantendo-se em torno de 63% quando candidatas e aumentando para 65,9% das eleitas. As candidatas pardas estão em torno de 29,1% e eleitas subindo para 30,5% em 2024. Por fim, as mulheres pretas candidatas representam 6,2% e quando eleitas esse número cai para 2,8%. Na Tabela 9 temos a demonstração desses dados:

Tabela 9 - Perfil de Cor/Raça de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)

Cor/Raça	Mulheres Cand. (%)	Mulheres Eleitas (%)	Taxa de Sucesso (%)	Homens Cand. (%)	Homens Eleitos (%)	Taxa de Sucesso (%)
Branca	63,80	65,90	31,60	63,50	65,70	37,30
Parda	29,10	30,50	32,00	31,60	31,40	35,80
Preta	6,20	2,80	13,50	4,00	2,30	20,30
Amarela	0,30	0,70	62,5	0,20	0,20	22,60
Indígena	0,30	0,10	12,50	0,30	0,20	19,50

Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Como demonstra a Tabela 8, o perfil do grupo de candidatos e eleitos é majoritariamente branco, o que significa que, mantidas outras variáveis constantes, o pertencimento a grupos étnico-raciais minorizados reduz estatisticamente as chances de vitória e o acesso a recursos vitais de campanha (WYLIE, 2020). Esse padrão de exclusão, também identificado em relação ao sexo (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016), indica que as mulheres negras enfrentam uma dupla desvantagem resultando em chances de sucesso eleitoral significativamente reduzidas pelo cruzamento dos marcadores de gênero e raça.

Em relação à faixa etária dos/as concorrentes, tanto homens quanto mulheres se concentram entre 45 a 59 anos, com mais de 40% em ambos os grupos nessa categoria, tanto em candidaturas quanto em eleitos. Considera-se um grupo de pessoas mais “maduras”, o que pode estar relacionado a uma série de fatores, como o caso da política ser considerado um campo que exige determinados conhecimentos, dessa forma, a maturidade seria algo necessário, já que o acúmulo de experiências poderia propor o acúmulo de capital político. Ao mesmo tempo, nota-se que mais mulheres jovens, entre 18 a 29 anos e 30 a 44 anos, tem se candidato em relação ao número de homens jovens. A Tabela 10 ilustra esses dados:

Tabela 106 - Faixa Etária de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)

Faixa Etária	Mulheres Candidatas	Mulheres Eleitas	Homens Candidatos	Homens Eleitos
	(%)	(%)	(%)	(%)
18 a 29 anos	7,78	5,41	5,49	5,00
30 a 44 anos	37,73	40,11	34,86	40,02
45 a 59 anos	41,89	43,66	43,12	42,65
60 a 74 anos	12,06	10,38	15,55	11,77
75 anos ou mais	0,55	0,44	0,99	0,55

Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

Por fim, o estado civil das candidaturas segue o mesmo padrão para homens e mulheres: a maioria expressiva dos eleitos, tanto homens (72,6%) quanto mulheres (quase 60%), são casados. O casamento ainda é considerado um fator determinante para o amadurecimento pessoal, principalmente se tratando do gênero feminino. Este é mais um indicativo, demonstrado na Tabela 11, abaixo, de que a característica da maturidade faz parte do perfil dos representantes:

Tabela 7 - Estado Civil de Candidaturas e Eleitos aos Executivos Municipais por Gênero (2024)

Estado Civil	Mulheres Cand. (%)	Mulheres Eleitas (%)	Taxa de Sucesso (%)	Homens Cand. (%)	Homens Eleitos (%)	Taxa de Sucesso (%)
Casada(o)	56,30	59,90	32,50	69,40	72,60	37,70
Solteira(o)	24,40	22,00	27,50	19,70	18,80	34,50
Divorciada(o)	13,10	11,30	26,40	9,20	7,00	27,60
Viúva(o)	5,70	6,60	35,60	1,10	1,00	34,70

Fonte: Autoria Própria com base nos dados coletados no TSE.

O estudo elaborado por Blay (2015) sobre as prefeitas na década de 1970 evidencia bem essa constatação. Ela aponta que mais da metade das gestoras eleitas eram casadas. Essa característica pode corroborar com um outro ponto bastante evidenciado quando se trata de analisar a representação feminina na política partidária. O casamento, fator constituidor de laços familiares e, por extensão, econômicos e políticos, viria a colaborar com o processo de entrada de algumas mulheres na política. Ainda sobre esse aspecto, Lewin (1993), em sua pesquisa sobre a política na Paraíba, destaca a importância das redes familiares ou de parentela, como bases para a formação de redes de poder.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo sobre novos sujeitos passou a ser uma possibilidade no passar do tempo, e nessa perspectiva, compreender a atuação das mulheres na política partidária (BOURDIEU, 2004) se apresenta como um exercício necessário e árduo, além de tudo, pertinente ao ofício dos cientistas políticos. Quebrar as barreiras deixadas por uma sociedade patriarcal, talvez seja o maior desafio, até hoje, das mulheres que ousam sair do espaço que lhes fora destinado.

A história eleitoral no Brasil, ainda iniciada no período colonial nos mostra que o poder muitas vezes exercido estava na mão de poucos, excluindo diversos grupos da participação política. As mulheres foram um desses, só conquistando aos poucos o direito ao voto a partir de 1932, durante o governo Getúlio Vargas. Apesar das mudanças ao longo do tempo e na história, algumas questões continuam similares ao panorama exposto por Blay em seu livro “As Prefeitas”, demonstrando a perpetuação de algumas práticas e estratégias de grupos políticos, demonstrando certa permanência sem imutabilidade e que perpassa gerações. Entre as

mudanças relevantes cabe destacar que enquanto Blay verificou a ascensão feminina vinculada a estratégias de perpetuação de oligarquias em municípios de menor relevância para as elites masculinas da época, o cenário atual aponta para um 'funil' de recrutamento onde os partidos, limitam a oferta de candidaturas femininas, as quais se mostram em média, mais escolarizadas que seus oponentes e em uma arena de disputa cada vez mais central para a sobrevivência partidária.

Visto neste capítulo o perfil descritivo de quem concorre e de quem ganha, o próximo capítulo evidenciará as variáveis que importam para prever as chances de vitória.

5. ANÁLISES CONFIRMATÓRIAS

Esta seção tem o intuito de apresentar os resultados da modelagem estatística multivariada assim como apresentar os testes das hipóteses sobre os fatores que influenciam a probabilidade de uma mulher ser eleita prefeita. Utilizou-se a Regressão Logística Binomial, considerando a variável dependente *mulher_eleita* (0 = não; 1 = sim). Foram estimados três modelos (Completo, Sem Receita e Sem Mulher em um cargo de liderança no órgão partidário) para verificar a consistência dos estimadores. As análises foram realizadas no software R (versão 4.4.2).

Como apontado anteriormente, foram feitas escolhas na operacionalização das variáveis a fim de tornar a análise por meio da regressão logística viável. Temos na Tabela 12 um resumo das variáveis introduzidas para obtenção dos modelos, seu formato original ("antes") e o tratamento aplicado ("depois"). Vale ressaltar que, neste modelo todas as regressões utilizam a variável “*mulher_eleita*” como dependente, testando diferentes configurações de variáveis explicativas (independentes) para verificar determinantes financeiros e estruturais.

Tabela 8 - Operacionalização e Tratamento das Variáveis nos Modelos de Regressão

Papel no Modelo	Conceito Teórico	Variável no R	Tratamento e Operacionalização
Dependente	Sucesso Eleitoral	<i>mulher_eleita</i>	Binarização (0 = Não eleita; 1 = Eleita). Formato: Dicotômica (0/1)
Independente	Ideologia Partidária	<i>classificacao_partidos</i>	Agrupamento das siglas partidárias (SG_PARTIDO) em sete espectros ideológicos. Formato: Dummies (0/1)
Independente	Porte do Município	<i>porte_*</i>	Categorização das faixas populacionais a partir da base

			original descritiva. Formato: Dummies (0/1)
Independente	Financiamento de Campanha	receita_normalizada	Soma das fontes (Fundo Partidário, Fundo Especial e Outros Recursos) e padronização pelo método <i>Z-score</i> (Média=0, Desvio=1). Formato: Contínua Padronizada
Independente	Estrutura Partidária Interna	tem_mulher	Identificação da presença de mulheres na presidência, secretaria ou tesouraria do diretório (0 = Não; 1 = Sim). Formato: Dicotômica (0/1)
Independente	Demografia do Eleitorado	tx_eleitorado	Binarização da proporção de eleitoras, utilizando a faixa de 25% a 50% como categoria base. Formato: Dicotômica (0/1)

Fonte: Autoria Própria

As variáveis de tipo *dummy* foram criadas para porte do município e ideologia do partido. Para a primeira, criamos quatro *dummies*, do menor porte ao maior, tendo os municípios entre 50 e 150 mil eleitores como referência. Para a segunda, criamos 7 *dummies* tendo a ideologia centro como referência.

Sobre o funcionamento de uma regressão logística, há um tópico a ser referenciado quanto a um “pressuposto” metodológico referente à distribuição da variável dependente. Como essa técnica calcula probabilidades de ocorrência de eventos, cenários em que as respostas originais se apresentam desbalanceadas tendem a enviesar o modelo que passa a apresentar ótimo desempenho em prever a categoria majoritária (o não-evento) em detrimento da categoria minoritária. De antemão, este é precisamente o caso dos dados analisados nesta pesquisa.

A distribuição de mulheres eleitas *versus* não eleitas não é equitativa, refletindo o nosso problema central: a sub-representação das mulheres na política. Temos, portanto, uma proporção em que a vasta maioria das observações pertence a categoria de “*não eleitas*”. Contudo, a magnitude do impacto desse desbalanceamento na performance do modelo, especialmente a redução da sensibilidade para prever o sucesso eleitoral, revelou-se mais acentuada do que o previsto inicialmente

Embora existam técnicas de reamostragem artificial (como *under-sampling* ou *oversampling*) para equilibrar as classes em uma proporção de 50/50, optou-se por manter a integridade da base original (N = 15.091). Essa escolha fundamenta-se na necessidade de

preservar os dados reais, tratando a eleição feminina como o "evento raro"²⁷ que ela representa. Consequentemente, nossa análise não se concentra na capacidade de classificação preditiva binária do modelo, mas sim na força e direção dos coeficientes (*Odds Ratios*), que permanecem robustos para identificar as variáveis que impulsionam a competitividade das mulheres. Por fim, quanto à seleção de variáveis, priorizou-se a especificação teórica dos modelos. As variáveis foram introduzidas com base na literatura de gênero e política, permitindo testar hipóteses específicas sobre financiamento, ideologia e estrutura partidária, garantindo a interpretabilidade substantiva dos resultados gerados no R.

Antes de proceder a leitura dos coeficientes, recapitularemos as hipóteses que estruturam essa pesquisa. A primeira hipótese, considerada primordial para a análise, pressupõe que a estrutura partidária interna importa, portanto, esperamos que a variável “*tem_mulher*” apresente um coeficiente positivo, indicando que a presença feminina impulsiona a eleição de prefeitas. A segunda hipótese foca nos recursos financeiros, baseando-se na literatura desenvolvida sobre financiamento. Testamos através da variável “*receita_normalizada*” se o volume de recursos é determinante para a competitividade feminina, esperando que quanto maior o acesso aos recursos, maior a chance de vitória. Por fim, a última hipótese investiga o contexto político-demográfico ao verificar se existe influência da ideologia dos partidos e o porte dos municípios sobre as chances de eleição. Para isso observamos o comportamento das *dummies* de “*ideologia*” e “*porte*”. Abaixo, estão apresentados os coeficientes estimados, erros-padrão e níveis de significância estatística para cada um dos três modelos especificados.

Tabela 9 - Fatores Associados à Variável Dependente "Mulher Eleita" (Modelo Logístico Completo)

Variável	Erro Padrão	Razão de Chances(Odds Ratio)	Valor-p
Constante (Intercepto)	0,469	0,01	< 0,001***
Presença de Mulher	0,22	2,49	< 0,001***
Receita Normalizada	0,083	1,2	0,032*
Taxa do Eleitorado	0,084	1,14	0,115
Extrema-Esquerda	216,483	0	0,956
Esquerda	0,417	1,43	0,393
Centro-Esquerda	0,406	1,2	0,653
Centro-Direita	0,407	1,11	0,801
Direita	0,389	1,61	0,219
Extrema-Direita	0,406	1,02	0,953

²⁷ Em bases de dados desbalanceadas, onde o evento de interesse é estatisticamente raro, os modelos tendem a apresentar alta especificidade em detrimento da sensibilidade (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Até 20 mil hab.	0,167	1,76	< 0,001***
20 a 50 mil hab.	0,182	1,49	0,027*
150 a 500 mil hab.	0,34	0,63	0,174
Acima de 500 mil hab.	5,045	0	0,166

Notas: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. Assumi "Centro" como categoria de referência baseada nos dados, ajuste se necessário. Assumi "50 a 150 mil hab." como referência baseada na ausência desta faixa, ajuste se necessário.

Fonte: Autoria Própria

A Tabela 13 apresenta os coeficientes estimados para o Modelo Completo. Aqui buscamos verificar a hipótese de que a presença de mulheres ocupando cargos de poder nos órgãos partidários municipais impacta na eleição de outras mulheres ao executivo municipal. A análise nos mostra que a nossa variável *tem_mulher* em cargo de liderança obteve a maior significância estatística do modelo e o coeficiente positivo, indicando que a nossa variável é importante. Apesar disso, os valores ainda são muito pequenos para modificar as chances do evento (*mulher_eleita*) ocorrer.

Para além da interpretação das Razões de Chances (*Odds Ratios*), a compreensão efetiva do impacto destas variáveis exige a análise dos seus efeitos substantivos por meio das probabilidades preditas. Para ilustrar esse efeito, fixamos um perfil-base de referência: uma candidata concorrendo por um partido de Centro, num município de pequeno porte (até 20 mil eleitores), com uma receita de campanha mantida na média. Nesse cenário base, com um diretório municipal puramente masculino, a probabilidade predita de sucesso eleitoral é de apenas 1,7%. No entanto, ao simularmos a alteração apenas da variável de interesse '*tem_mulher*', passando para um diretório com presença feminina em cargos de liderança, e mantendo todas as outras condições constantes, a probabilidade predita de vitória sobe para 4,2%.

Paralelamente, se simularmos o incremento de um desvio-padrão no volume de arrecadação da campanha (receita normalizada) neste mesmo perfil, a probabilidade alcança os 2,1%. O cálculo das probabilidades preditas revela, portanto, que embora as probabilidades gerais de sucesso permaneçam estruturalmente baixas (refletindo o desbalanceamento inerente às disputas majoritárias), a posse de recursos intrapartidários (liderança) e financeiros constitui uma alavanca substantiva na competitividade das candidaturas femininas.

Em relação ao porte, as candidaturas em cidades pequenas apresentam coeficientes positivos, sugerindo que o eleitorado de municípios menores é mais permeável a eleger uma prefeita. O montante financeiro é positivo para o nosso modelo e as variáveis ideológicas não

se mostraram um preditor eficaz para diferenciar as chances de vitória feminina neste pleito. Aponta ainda que a de extrema_esquerda (-11.88895) apresenta um coeficiente discrepante dos demais. Isso indica um fenômeno de separação perfeita (ou quase perfeita) nos dados, o que substantivamente significa que, nesta amostra, o evento “eleição” não ocorreu nenhuma vez para candidatas desse espectro ideológico. Portanto, o coeficiente não deve ser interpretado como uma chance negativa, mas como uma ausência de variância positiva para este grupo.

Para pensar o desempenho do modelo, realizamos a matriz de confusão²⁸ classificando a predição com base em um cutoff de 50%²⁹:

Figura 14 - Matriz de confusão do Modelo Completo

```
> #calculando matriz de confusão
> table(resultados_previstos$class_completo_50,resultados_previstos$mulher_eleita)
```

	0	1
0	14285	729
1	1	0

Fonte: Autoria Própria

A análise da distribuição dos acertos e erros revela o impacto do desbalanceamento das variáveis na capacidade preditiva do algoritmo. O 0 e 1 na horizontal dizem respeito a ocorrência do evento verdadeiro e o 0 e 1 na vertical seria o predito, que nesse caso, o modelo previu que seria eleita 1 mulher e não foi, enquanto 729 mulheres foram eleitas, mas o modelo errou. Portanto, o evento “eleição” permanece estatisticamente difícil de prever mesmo quando o modelo chuta o evento “mulher_eleita”.

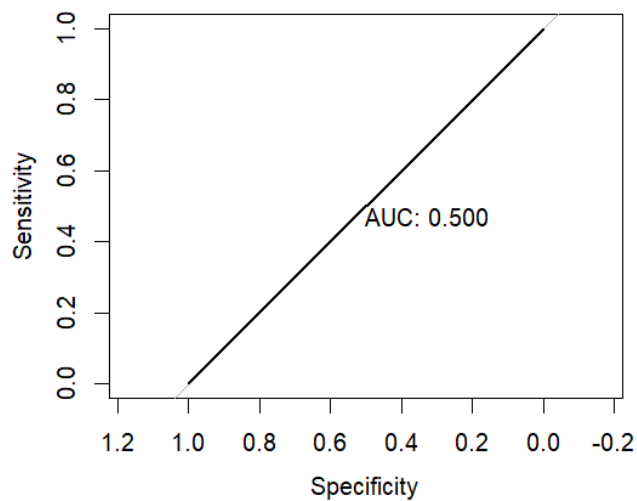
Para ilustrar esse desempenho do modelo realizamos a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*)³⁰ que serve para entender a capacidade discriminatória do modelo e escolher um ponto de corte ideal, com uma área sob a curva (AUC) próxima de 1. Como podemos notar na Figura 14, obtivemos uma Curva ROC para o modelo_completo que resultou em 0.5 (uma reta), indicando um valor insatisfatório.

²⁸ A matriz de confusão é uma ferramenta de diagnóstico que permite visualizar o desempenho de um modelo de classificação ao cruzar os valores reais observados com as predições feitas pelo algoritmo.

²⁹ O cutoff (ou ponto de corte) é o limiar de probabilidade definido para decidir a qual categoria uma observação pertence. Foram testados com cutoff de 15%, 20% e 50%. Todos os resultados foram semelhantes.

³⁰ A curva ROC é uma representação visual de como a especificidade e sensibilidade mudam ao optarmos por acertar o evento ou o não-evento.

Figura 15 - Curva ROC do Modelo Completo



Fonte: Autoria Própria

Por fim, realizamos o teste Kolmogorov-Smirnov (KS) que compara a distribuição dos valores da nossa variável dependente com os valores preditos. Nesse teste, testamos uma hipótese nula (H_0) que afirma serem as duas distribuições provenientes da mesma origem (ou seja, estatisticamente semelhantes), e oferecemos uma hipótese alternativa (H_1), caso H_0 fracasse, que afirma serem as distribuições de origens distintas.

Figura 16 - Teste KS (Kolmogorov-Smirnov) do Modelo Completo

```
Asymptotic two-sample kolmogorov-smirnov test
data: resultados_previstos$mulher_eleita and resultados_previstos$class_completo_50
D = 0.048399, p-value = 9.812e-16
alternative hypothesis: two-sided
```

Fonte: Autoria Própria

Efetuamos os cálculos através do software *RStudio*, o qual obtivemos um p-valor abaixo do limite estatisticamente significativo de 0,05. Isso nos faz rejeitar a hipótese nula citada acima, isto é, que ambos os conjuntos de dados apresentam distribuições semelhantes e nos inclina para a hipótese alternativa, isto é, que os dados possuem distribuições diferentes.

Na prática, o que isso significa é que tendo os resultados reais dos pleitos (valores da nossa variável dependente), quando tentamos prevê-los usando o próprio modelo construído sobre eles, obtemos predições (valores preditos) que não são estatisticamente semelhantes aos valores reais. Logo, nosso modelo não é o suficiente para prever a realidade.

Concluímos, para esta regressão do nosso “Modelo Completo”, que apesar das variáveis serem boas, o modelo e os testes não são satisfatórios. No caso analisado e pensando em responder a hipótese quanto à importância de mulheres na liderança de órgãos partidários obtivemos que o “*tem_mulher*” teve o melhor coeficiente. Enquanto ideologia e porte não performaram da mesma forma.

Realizamos os testes com mais dois modelos, além desse descrito como Modelo Completo. Um foi o Modelo sem a variável “*tem_mulher*” em cargos de liderança nos órgãos partidários e o outro foi o modelo sem a variável “receita”. Além da tabela apresentando os coeficientes dos três modelos, realizamos também a matriz de confusão, a Curva Roc e o Teste KS, todas as demonstrações estão no Apêndice (A, B, C, D, E e F), pois tanto no modelo sem “*tem_mulher*” quanto no modelo sem “*receita_normalizada*” apresentaram desempenho idêntico ao do Modelo Completo analisado anteriormente. Apresentamos abaixo, na Tabela 14, os coeficientes e *p*-valor dos três modelos:

Tabela 10 – Fatores Associados à Eleição de Prefeitas (Comparativo das Razões de Chances)

Variável	Modelo (Completo)	Modelo (Sem Mulher)	Modelo (Sem Receita)
Taxa do Eleitorado	1,14	1,14	1,15
Presença de Mulher (Liderança)	2,49*	-	2,50*
Receita Normalizada	1,20*	1,20*	-
Extrema-Esquerda	0	0	0
Esquerda	0,7	0,71	0,71
Centro-Esquerda	1,2	1,2	1,2
Centro-Direita	1,11	1,06	1,11
Direita	1,61	1,57	1,63
Extrema-Direita	1,02	0,98	1,04
Até 20 mil hab.	1,76*	1,80*	1,67*
20 a 50 mil hab.	1,49*	1,52*	1,44*
150 a 500 mil hab.	0,63	0,63	0,76
Acima de 500 mil hab.	0	0	0

Notas: Valores expressos em Razão de Chances (Odds Ratio). Asteriscos indicam significância estatística baseada no *p*-valor original: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Fonte: Autoria Própria

A limitada capacidade preditiva do modelo em antecipar a eleição das mulheres não deve ser interpretada apenas como uma restrição metodológica. Ao pensarmos nas evidências empíricas da teoria de Oferta e Demanda de Norris e Lovenduski (1995), percebemos que o modelo estatístico opera na ponta final do processo: o momento do voto (a demanda). Nesse sentido, sua baixa sensibilidade nos fez pensar na etapa da oferta.

Ao aplicarmos a lógica do Funil de Recrutamento, hipotetizamos que as variáveis explicativas atuam de maneira distinta quando o foco recai sobre as candidatas. Para testar essa premissa, alteramos a Variável Dependente (VD) de “mulher_eleita” para “mulher_candidata”. Neste teste específico, optou-se pela exclusão das variáveis “receita normalizada” pois, na fase de recrutamento, o financiamento de campanha ainda não foi distribuído e, portanto, ele não é causal para se tornar candidata, apenas para se eleger. A especificação do novo modelo disposto na Tabela 17, foi definida da seguinte forma:

Variável Dependente: mulher_candidata

Variáveis Independentes: ideologias, porte e mulher em cargo de liderança no órgão partidário

Controles: Efeitos fixos de Estado e Partido

Foram estimados quatro modelos para verificar os resultados: (1) Modelo completo sem efeitos fixos; (2) Modelo com controle por Estado; (3) Modelo com controle por Partido; e (4) Modelo completo controlando ambos os efeitos.

Tabela 11 - Fatores Associados ao Lançamento de Candidaturas Femininas (Comparativo em Razão de Chances)

Variável	Modelo 1(Simples)	Modelo 2(Efeito Estado)	Modelo 3(Efeito Partido)	Modelo 4(Completo)
Presença de Mulher (Liderança)	2,90*	2,91*	2,90*	2,91*
Extrema-Esquerda	2,44*	2,27	8,76*	7,75*
Esquerda	1,70*	1,65*	1,46	1,43
Centro-Esquerda	1,25	1,15	1,3	1,2
Centro-Direita	1,28	1,21	1,2	1,1
Direita	1,23	1,16	1,2	1,08
Extrema-Direita	1,17	1,15	0,9	0,89
Até 20 mil hab.	-	-	-	-
20 a 50 mil hab.	1,06	1,02	1,06	1,02
150 a 500 mil hab.	1,01	1,03	1	1,02
Acima de 500 mil hab.	1,07	0,99	1,02	0,95
Controles (Efeitos Fixos)	Não	Estado	Partido	UE + Partido

Notas: Valores expressos em Razão de Chances (Odds Ratio). Asteriscos baseados na significância estatística do texto original (*, **, ***).

Fonte: Autoria Própria

Para tanto, no que diz respeito a interpretação dos coeficientes o resultado mais expressivo da análise refere-se à organização partidária. A variável “tem_mulher” apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo em todas as especificações. O dado sugere que a presença feminina em cargos de liderança atua como um mecanismo positivo, ou seja,

onde há mulheres ocupando espaços relevantes de poder, a chance de recrutamento de outras mulheres para a disputa aumenta.

Em relação a magnitude dos efeitos, ao convertermos os coeficientes logísticos em probabilidades preditas e mantendo as demais variáveis constantes, temos um cenário base de forte restrição: para uma mulher filiada a um partido de Centro, em um município pequeno e sem liderança feminina, a probabilidade estimada de se tornar candidata é de apenas 4,9%. Esse baixo patamar inicial confirma o diagnóstico de que o funil de recrutamento é estruturalmente estreito para as mulheres.

No entanto, as variáveis explicativas demonstram capacidade de alterar esse cenário inicial. Como vimos, o fator de maior impacto é a presença de mulheres na liderança partidária, então, quando uma filiada pertence a um órgão partidário que possui uma mulher ocupando um cargo importante de poder, sua probabilidade de obter uma candidatura salta de 4,9% para 13,1%. Em termos de razão de chances (*odds ratio*), isso significa que a presença de uma mulher em um cargo de poder quase triplica as chances de uma filiada romper a barreira da candidatura.

As ideologias também desempenham um papel tanto relevante quanto concentrado. Enquanto filiadas a partidos de Direita e Centro-Direita não apresentam ganho estatístico de probabilidade em relação ao Centro, filiadas à Extrema Esquerda veem suas chances dobrarem, subindo para aproximadamente 10,5%. A Esquerda tradicional tem um ganho elevado para cerca de 7,8%.

Portanto, a análise de probabilidades confirma que, embora o sistema seja restritivo, mecanismos internos são preditores mais eficazes para a etapa de oferta de candidatas. Os resultados apontados na Tabela 16, confirmam a hipótese levantada anteriormente que, ao contrário da eleição (a qual é difícil de prever), o recrutamento de mulheres é fortemente determinado pelas estruturas partidárias que têm filiadas em cargos de direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou investigar a atuação dos partidos políticos no recrutamento de mulheres nas eleições majoritárias municipais de 2024. O interesse para a análise se volta ao fato de a sub-representação persistir, apesar de ser uma lacuna que vem sendo preenchida, ainda restam questionamentos sobre quem concorre e quem ganha eleições neste cargo de poder, assim como, a falta de trabalhos voltados para uma análise quantitativa de mecanismos que influenciam nesse processo. A bibliografia especializada aponta para a manutenção de um

status quo masculino de autorias e que as questões relacionadas a gênero nos processos políticos mantêm-se como periféricas no debate. Esses fatores foram importantes para pensar em como a área da Ciência Política vem pesquisando e construindo seus repertórios de reflexões sobre o campo e a variável gênero.

Dentre as lacunas, a primeira identificada foi a falta de investigações que relacionassem a presença de mulheres em cargos internos de poder nas organizações partidárias com a influência de mulheres disputando e ganhando eleições, a partir de uma metodologia quantitativa e de abrangência em todo país. Por isso, esse foi um dos focos da pesquisa e se justifica dada a centralidade que os partidos ocupam nos processos eleitorais. Portanto, observar a inserção feminina dentro dessas instâncias pode trazer indícios do real comprometimento partidário com o fomento da participação política das mulheres. A segunda lacuna observada foi em relação as mulheres que disputam e ocupam o cargo majoritário nos municípios. Agregando os dois achados, foram realizadas as análises da presença de mulheres em cargos de poder nas organizações municipais em relação a disputa pelo executivo municipal em 2024.

Para realizar a pesquisa, foram desenhados modelos de regressão logística que respondessem às hipóteses levantadas. O teste da nossa primeira hipótese demonstrou que a presença de mulheres ocupando o “núcleo duro” das organizações partidárias não é apenas simbólica. Ela tem um efeito estatístico real, em que, triplica a chance de recrutamento de candidatas e impacta no percentual das eleitas. Nota-se, portanto, um indício que o acesso feminino a espaços de poder no quais as mulheres possam efetivamente atuar, pode fazer diferença positiva a esse grupo, por mais diversos que ele e seus interesses sejam.

Como foi apontado anteriormente na revisão bibliográfica sobre a política da presença, esse teste ressalta um avanço significativo: a presença de mulheres nos ambientes intrapartidários de tomada de decisão, pode ser traduzida como requisito base para o empoderamento feminino, que por sua vez, pode resultar em ganhos para as mulheres no geral. Assim como Phillips (1995), acreditamos que é importante ressaltar que é somente quando mais mulheres acessam cargos com real poder decisório, que se pode avaliar os resultados posteriores da participação desse grupo.

Uma vez superada a barreira da candidatura, o sucesso depende também do mecanismo financeiro. A distribuição desigual de recursos é um gargalo persistente. Mulheres candidatas existem, mas sem dinheiro, não se tornam competitivas na lógica do jogo político. Os enfoques trazidos aqui, dão destaque para o uso daquelas receitas provenientes de recursos públicos, como o FP e o FFEC assim como a diferença da arrecadação privada entre os gêneros. Outra

questão apontada nas análises é em relação a falta de comprometimento dos partidos em investir dinheiro no fomento da participação feminina, fato este, que levanta o questionamento da necessidade de mecanismos mais equilibrados.

Na hipótese 3 apontamos para o contrário do que acredita o senso comum de que mulheres só vencem em grandes centros progressistas. Os dados revelaram que municípios menores são terrenos férteis para a eleição de mulheres prefeitas. Embora a esquerda tenha políticas de recrutamento mais fortes, isso não se traduziu automaticamente em vitórias eleitorais massivas em 2024, indicando que a ideologia partidária, isoladamente, perde força para dinâmicas locais e contingenciais no pleito municipal.

A comparação entre os modelos estimados revela uma distinção na dinâmica da sub-representação feminina. Enquanto a modelagem sobre o sucesso eleitoral (VD: mulher_eleita) demonstrou baixa capacidade preditiva e sensibilidade reduzida, indicando que o comportamento do eleitor nas urnas é disperso e influenciado por variáveis não captadas apenas pela estrutura partidária, o modelo voltado ao recrutamento (VD: mulher_candidata) apresentou resultados melhores e estatisticamente significantes.

Essa discrepância sugere que a representação não reside exclusivamente na rejeição do eleitorado (demanda), mas sim nas etapas anteriores de filtragem partidária (oferta). As variáveis intrapartidárias, especialmente a presença de lideranças femininas mostraram-se determinantes para explicar *quem consegue se candidatar*, mas perdem força explicativa para determinar *quem vence*. Isso corrobora o que pensamos inicialmente de que os partidos operam como os verdadeiros *gatekeepers*, definindo as opções disponíveis ao eleitor antes mesmo do início da campanha.

Ao olharmos para os dados apontados na Tabela 8, temos que a taxa de sucesso das mulheres é de 31,2% e muito próxima da dos homens (36,7%). Isso significa que quando uma mulher chega à urna como candidata, o eleitor vota nela na mesma proporção que vota em homens. O problema está no fato de que a quantidade entre homens e mulheres que concorrem é muito discrepante. Em 2024, ao cargo de prefeito(a) tínhamos ~13 mil homens candidatos e apenas ~2 mil mulheres.

Os modelos estatísticos confirmam isso quando tentamos prever Eleição e temos falha (Área da Curva ROC 0.5), indicando que a eleição é decidida por outros fatores e não pelas variáveis escolhidas. No entanto, quando prevemos candidatura, o modelo funciona bem e a variável “tem_mulher” se destaca, sugerindo que a estrutura interna do partido acaba influenciando se a mulher vai para a urna ou não.

É imperativo reconhecer o papel da incumbência na perpetuação das desigualdades de gênero, ainda que esta variável não tenha sido o foco central da modelagem estatística apresentada nesta pesquisa. A literatura consolidada (Schwindt-Bayer, 2005; Speck, 2013) aponta que a vantagem de quem já ocupa o cargo é um dos preditores mais fortes de sucesso eleitoral. No Brasil, dado que o histórico de prefeitos é majoritariamente masculino, a taxa de reeleição tende a beneficiar desproporcionalmente os homens, criando uma barreira inercial para novas candidaturas femininas.

Em 2024 a taxa de incumbência para o cargo em questão foi a maior da história do país, ficando acima de 80%. Portanto, parte da dificuldade das mulheres em romper o teto eleitoral pode ser atribuída não apenas à dinâmica partidária atual, mas ao legado de pleitos anteriores que consolidou o capital político masculino. A ausência de mulheres nos cargos majoritários hoje reduz as chances de mulheres incumbentes amanhã, gerando um ciclo vicioso que as políticas de cotas nas candidaturas, por si sós, demoram a corrigir ou ainda são efetivamente incapazes de influenciar.

Embora esta pesquisa utilize a variável gênero de forma binária (*tem_mulher*) para fins de viabilidade estatística, reconhecemos que a categoria mulher não é unitária ou homogênea. A análise quantitativa aqui apresentada captura as barreiras de gênero em sentido amplo, mas não deve ignorar as complexidades interseccionais já apontadas pelas teóricas feministas.

Mulheres negras, indígenas e de baixa renda enfrentam barreiras sobrepostas que vão além do sexismo partidário, incluindo o racismo estrutural e a escassez de recursos materiais prévios. Portanto, os resultados aqui discutidos devem ser lidos como um diagnóstico geral da sub-representação feminina, ressaltando que, dentro deste grupo, as dinâmicas de exclusão operam com intensidades distintas dependendo dos marcadores sociais de raça e classe das candidatas.

Por fim, ressaltamos que se o eleitor vota em mulheres quando elas são opção, mas elas raramente são opção, a culpa não é apenas da demanda do eleitor, mas também da oferta do partido, e os dados provam que essa oferta é muitas vezes controlada pela estrutura de poder interna das organizações e se destacam estatisticamente quando há a presença de outras mulheres atuando no núcleo duro das agremiações.

“Não é suficiente que se eleja muitas mulheres; o passo seguinte é propiciar condições de trabalho e influência para essas mulheres”.
Drude Dahlerup (1993, p. 185-186)

“Se as novas representantes não tiverem espaço para expressar algo além da política partidária existente, sua inclusão se torna apenas simbólica – o que é relevante, mas de alguma forma menos que o esperado”.
Anne Phillips (1995, p. 188)

REFERÊNCIAS

ALDRICH, John H. **Why Parties?** The Origin and Transformation of Political Parties in America. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Organização partidária e participação política feminina**. [S.l.: s.n.], 2013.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 23-59, 2009.

ARAÚJO, Clara; DINIZ, Alves. (Orgs.). **Gênero, sistema eleitoral e democracia**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. [Verificar se é esta a obra citada]

ARCHENTI, Néida; TULA, María Inés. **Las mujeres en la política latinoamericana**: así de simple, así de complejo. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BALLINGTON, Julie. Gender Equality in Political Party Funding. In: **Handbook on Funding of Political Parties and Election Campaigns**. Stockholm: International IDEA, 2003.

BALLINGTON, Julie; KAHANE, Muriel. **Women in politics**: financing for gender equality. Stockholm: International IDEA, 2014.

BARREIRA, Irllys; GONÇALVES, Dannyelle Nilin. Presença e ausência de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: ALVES, José E. D.; PINTO, Céli R. J.; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

BERGMANN, Barbara R. **The Economic Emergence of Women**. New York: Basic Books, 1986.

BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy; ARRUZA, Cinzia. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BIEZEN, Ingrid van; MAIR, Peter. The Party on the Ground. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.). **Handbook of Party Politics**. London: SAGE, 2005.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BJARNEGÅRD, Elin. **Gender, Informal Institutions and Political Recruitment**: Explaining Male Dominance in Parliamentary Representation. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

BJARNEGÅRD, Elin; KENNY, Meryl. Comparing candidate selection: a feminist institutionalist approach. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 370-392, 2016.

BJARNEGÅRD, Elin; ZETTERBERG, Pär. Political Parties, Formal Selection Criteria, and Gendered Parliamentary Representation. **Party Politics**, v. 25, n. 3, p. 325-335, 2019.

BLAY, Eva Alterman. **As prefeitas**: a participação política da mulher no Brasil. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2015.

BLONDEL, Jean. Party Systems and Patterns of Government in Western Democracies. **Canadian Journal of Political Science**, v. 1, n. 2, p. 180-203, 1968.

BOLLEYER, Nicole. **Intergovernmental Cooperation**: Rational Choices in Federal Systems and Beyond. Oxford: Oxford University Press, 2009. [Verificar se a obra citada sobre partidos é esta ou artigo]

BOLOGNESI, Bruno; COSTA, Luiz D. Fronteiras sociais fortes e padrões organizacionais fracos? Seleção de candidatos e composição social nos principais partidos brasileiros em 2010. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 43-63, 2015.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano N. Recrutamiento político em Brasil: Mujeres, negros y partidos em las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 61, n. 226, p. 247-278, 2016.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. A new ideological classification of the Brazilian political parties. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; ZOLNERKEVIC, Ana. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras: 2002 a 2014. In: **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 12, 2020.

BUTLER, Daniel M.; PREECE, Jessica Robinson. Recruitment and perception: Evidence that elected officials overestimate how many women want to run for office. **Political Research Quarterly**, v. 69, n. 2, p. 342-351, 2016.

CAMPBELL, Angus et al. **The American Voter**. New York: Wiley, 1960.

CARTY, R. Kenneth. Parties as Franchise Systems: The Stratarchical Organizational Imperative. **Party Politics**, v. 10, n. 1, p. 5–24, 2004.

CAUL, Miki. **Women's Representation in Parliament: The Role of Political Parties**. Irvine: Center for the Study of Democracy, 1997.

CAUL, Miki. Political Parties and the Adoption of Candidate Gender Quotas: A Cross-National Analysis. **The Journal of Politics**, v. 63, n. 4, p. 1214-1229, 2001.

CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Comissões provisórias como indicador de centralização do poder partidário. In: **Congresso Latino-Americano de Ciência Política**, 9, 2019, Montevideu. Anais... 2019.

CHAPPELL, Louise. Comparing political institutions: revealing the gendered 'logic of appropriateness'. **Politics & Gender**, v. 2, n. 2, p. 223-235, 2006.

CHENG, Christine; TAVITS, Margit. Informal Influences in Selecting Female Political Candidates. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 2, p. 460-471, 2011.

CHILDS, Sarah. **Intra-Party Democracy and Gender**. [S.l.: s.n.], 2013.

CIGANE, Lolita; OHMAN, Magnuns. **Political Finance and Gender Equality**. Washington: International Foundation for Electoral Systems, 2014.

CROWDER-MEYER, Melody. Gendered Recruitment without Trying: How Local Party Recruiters Affect Women's Representation. **Politics & Gender**, v. 9, n. 4, p. 390-413, 2013.

CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Eds.). **Handbook of Political Science**. Reading: Addison-Wesley, 1975.

DAHLERUP, Drude. From a Small to a Large Minority: Women in Scandinavian Politics. **Scandinavian Political Studies**, v. 11, n. 4, p. 275-298, 1988. [Verificar se a citação 1993 refere-se a outro texto]

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (Eds.). **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

DOSS, Cheryl; GROWN, Caren; DEERE, Carmen D. **Gender and Asset Ownership: a Guide to Collecting Individual Level Data**. Washington: World Bank, 2008.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DUVERGER, Maurice. **Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State**. London: Methuen, 1992.

EDUARDO, Maria C. **Mais presença feminina faz diferença?** Análise da composição das comissões executivas partidárias e da distribuição dos fundos públicos para mulheres nas eleições de 2018. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERREIRA, Gerson Luiz Scheidweiler. **O direito à comunicação e as mulheres na política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FISCH, Maria Clara; PANSERI, Regina. **Mulheres nos partidos políticos: a organização interna como barreira à participação**. [Verificar publicação completa, possivelmente Anais da ANPOCS ou ABCP], 2019.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entra ou sai? A decisão de concorrer a cargos políticos. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 2012. [Confirme se é a tradução publicada na OP ou o original]

FRAGA, Bernard L.; HASSELL, Hans J. G. Are Minority and Women Candidates Penalized by Party Politics? Race, Gender, and Access to Party Support. **Political Research Quarterly**, 2020.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992.

FUNK, Kendall D.; HINOJOSA, Magda; PISCOPO, Jennifer M. Still Left Behind: Gender, Political Parties, and Latin America's Pink Tide. **Social Politics**, v. 24, n. 4, p. 399-424, 2017.

GATTO, Malu A. C.; WYLIE, Kristin N. Recruitment and the Gendered Structures of Political Parties in Brazil. **Party Politics**, 2020.

GERSON, Kathleen. **Hard Choices**: How Women Decide About Work, Career, and Motherhood. Berkeley: University of California Press, 1985.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: A New Typology. **Party Politics**, v. 9, n. 2, p. 167-199, 2003.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. **Democracy within Parties**: Candidate Selection Methods and Their Political Consequences. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HINOJOSA, Magda. **Selecting Women, Electing Women**: Political Representation and Candidate Selection in Latin America. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

HTUN, Mala; JONES, Mark P. Engendering the Right to Participate in Decision-making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America. In: CRASKE, Nikki; MOLYNEUX, Maxine (Eds.). **Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America**. London: Palgrave, 2002.

IDEA INTERNATIONAL. **Political Finance Database**. 2021. Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/political-finance-database>. Acesso em: 2025.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IPU - INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Politics: Women's Insight**. Geneva: IPU, 2000.

JALALZAI, Farida. Women Candidates and the "Glass Cliff" in American Politics. [Nota: Texto cita 2003, verificar se não é o livro de 2013 "Shattered, Cracked, or Firmly Intact?"].

JANUSZ, Andrew; BARREIRO, Lucas; CINTRON, Gisela. Campaign Finance and Women's Election in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, 2021.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. **Democracy and the Cartelization of Political Parties**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KENNEY, Sally J. New Research on Gendered Political Institutions. **Political Research Quarterly**, v. 49, n. 2, p. 445-466, 1996.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. In: SCARROW, Susan E. (Org.). **Perspectivas sobre partidos políticos**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

KITTILSON, Miki Caul. Women's Representation in Parliament: The Role of Political Parties. **Party Politics**, v. 5, n. 1, p. 79-98, 1999.

KITTILSON, Miki Caul. **Challenging Parties, Changing Parliaments**: Women and Elected Office in Contemporary Western Democracies. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

KITTILSON, Miki Caul. Gender and Political Parties. In: **The Oxford Handbook of Gender and Politics**. Oxford University Press, 2011.

KRAUSE, Silvana et al. (Orgs.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona (Eds.). **Gender, Politics and Institutions**: Towards a Feminist Institutionalism. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

KUNOVICH, Sheri; PAXTON, Pamela. Pathways to Power: The Role of Political Parties in Women's National Political Representation. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 2, p. 505-552, 2005.

LA RAJA, Raymond J.; WILTSE, David L. Donors and Daughters: The Gendered Politics of Campaign Finance. **Political Behavior**, 2018.

LAENA, Roberta. **O não lugar da política**: as candidaturas fictícias de mulheres como violência política de gênero. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de Fortaleza, 2020.

LAWLESS, Jennifer L. Female Candidates and Legislators. **Annual Review of Political Science**, v. 18, p. 349-366, 2015.

LAWLESS, Jennifer L.; FOX, Richard L. **It Still Takes A Candidate**: Why Women Don't Run for Office. New York: Cambridge University Press, 2010.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIJPHART, Arend. Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma. **American Political Science Review**, v. 91, n. 1, p. 1-14, 1997.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOPES, Monalisa; CARNEIRO, I. A paridade entre os gêneros na direção do PSOL do Ceará: avanços e limites. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2021.

LOVENDUSKI, Joni. Sex, Gender and British Politics. In: LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa (Eds.). **Women & Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent 'yes'. **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking Representation. **American Political Science Review**, v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MARUCI, Hannah. **A candidatura delas**: uma análise da performance eleitoral de mulheres no Brasil. [Completar dados: Tese/Artigo 2025].

MATLAND, Richard E. Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries. **Legislative Studies Quarterly**, v. 23, n. 1, p. 109-125, 1998.

MATLAND, Richard E. Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento. In: MENDEZ-MONTALVO, Myrian; BALLINGTON, Julie (Orgs.). **Mujeres en el Parlamento**: más allá de los números. Stockholm: IDEA, 2002.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONZOY, Andira. **Equidad de género y democracia interna de los partidos políticos**: políticas partidistas para la inclusión política de las mujeres en América Latina. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011.

NASSMACHER, Karl-Heinz. Introduction: Political Parties, Funding and Democracy. In: AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (Orgs.). **Handbook on Funding of Political Parties and Election Campaigns**. Stockholm: International IDEA, 2003.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.

NORRIS, Pippa. Legislative Recruitment. In: LEDUC, L.; NIEMI, R.; NORRIS, P. (Eds.). **Comparing Democracies**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power**: legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Electoral Engineering**: Voting Rules and Political Behavior. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political Recruitment**: Gender, Race and Class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

O'DONNELL, Guillermo; IAZZETTA, Osvaldo; CULLELL, Jorge Vargas (Eds.). **The Quality of Democracy**: Theory and Applications. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

OKIN, Susan Moller. **Women in Western Political Thought**. Princeton: Princeton University Press, 1979.

OKIN, Susan Moller. **Justice, Gender, and the Family**. New York: Basic Books, 1989.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PATEMAN, Carole. The Disorder of Women. **Ethics**, v. 91, n. 1, p. 20-34, 1980.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PHILLIPS, Anne. **Feminism and Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana. **Vozes Femininas na Política: Uma Análise sobre Mulheres Parlamentares no Pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINHO, Tassia R. de. As mulheres dirigentes do Partido dos Trabalhadores: perfil e desafios à representação substantiva. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 65-93, 2016.

PITKIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

RABAY, Glória; CARVALHO, Núbia. Mulheres e Poder Local no Brasil: um panorama. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 1, 2014.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate selection methods: an analytical framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.

RAHAT, Gideon; KATZ, Richard S. Democracy and Political Parties: On the uneasy relationships between participation, competition and representation. **Party Politics**, v. 14, n. 6, p. 663-683, 2008.

REZENDE, Daniela L. O desafio da representação: a exclusão política das mulheres no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010.

REZENDE, Daniela L. Democracia e representação: o debate sobre cotas para mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 305-329, 2012.

REZENDE, Daniela L.; SILVA, Brenda R. B. Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres. In: **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 11, 2018, Curitiba. Anais... 2018.

REZENDE, Daniela L.; SACCHET, Teresa. (Orgs.). **Mulheres, partidos e eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

RODRIGUES, Danubia. **Mulheres e política local**. [S.l.: s.n.], 2016. [COMPLETAR]

ROKKAN, Stein. **State Formation, Nation-Building, and Mass Politics in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 1999. [Citado como 1997 no texto]

RULE, Wilma. Electoral Systems, Contextual Factors and Women's Opportunity for Election to Parliament in Twenty-Three Democracies. **Western Political Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 477-498, 1987.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e a sub-representação feminina: o papel das estruturas partidárias. In: **Encontro da ANPOCS**, 32, 2008, Caxambu. Anais... 2008.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, 2011.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012.

SACCHET, Teresa. Dinheiro, Gênero e Política: Análise do Financiamento de Campanhas Legislativas no Brasil (2006–2014). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n. 3, 2018.

SACCHET, Teresa. Financiamento de campanhas e gênero: o que mudou com o Fundo Eleitoral? In: **Eleições municipais 2020: novas perspectivas**. 2020.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012a.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em 2010. In: **Encontro da ABCP**, 8, 2012, Gramado. Anais... 2012b.

SAMUELS, David. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANBONMATSU, Kira. **Where Women Run: Gender and Party in the American States**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. A representação política das mulheres na América Latina: cotas e paridade. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora UnB, 1982.

SCARROW, Susan E. **Beyond Party Members: Changing Approaches to Partisan Mobilization**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. The Incumbency Disadvantage and Women's Election to Legislative Office. **Electoral Studies**, v. 24, n. 2, p. 227-250, 2005.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Making Quotas Work: The Effect of Gender Quota Laws on the Election of Women. **Legislative Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 5-28, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Mariana E. A.; CAMPOS, Luiz Augusto. A porta de entrada: recrutamento partidário e candidaturas femininas nas eleições municipais brasileiras. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 69, 2019.

SILVA, S. R. **Financiamento de campanha e desigualdade**. [S.l.: s.n.], 2021.

SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento político e as desigualdades de gênero. In: **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

SPECK, Bruno Wilhelm. Recursos, partidos e eleições: o financiamento de campanhas em 2010. In: **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SPECK, Bruno Wilhelm. **Financiamento eleitoral e a disputa municipal**. 2022.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O financiamento político no Brasil: as eleições municipais de 2012. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, 2014.

STRATMANN, Thomas. Campaign Finance. In: **Oxford Handbook of Political Economy**. Oxford University Press, 2009.

URBINATI, Nadia. **Representative Democracy: Principles and Genealogy**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

VIEIRA, Jonas. **Gastando mais aqui e menos ali: explicando gastos em campanha digital. 2023.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/19906> .

VERGE, Tània. Institutionalising gender equality in Spain: From party quotas to electoral gender quotas. **West European Politics**, v. 35, n. 2, p. 395-414, 2012.

VERGE, Tània. Political party gender action plans: Pushing gender change forward beyond quotas. **Party Politics**, v. 26, n. 2, p. 238-248, 2020.

WANG, Vibeke; MURIAAS, Ragnhild L.; BAUER, Gretchen. Funding demands and gender in political recruitment: What parties do in Cabo Verde and Ghana. **International Political Science Review**, v. 42, n. 5, 2021.

WAYLEN, Georgina. **Gender, Governance and the State.** [S.l.: s.n.], 2003.

WILLIAMS, Melissa S. **Voice, Trust, and Memory: Marginalized Groups and the Failings of Liberal Representation.** Princeton: Princeton University Press, 1998.

WOLINETZ, Steven B. Party System Change: The Catch-all Thesis Revisited. **West European Politics**, v. 14, n. 1, p. 113-128, 1991.

WYLIE, Kristin. Taking bread off the table: Race, gender, resource and political ambition in Brazil. **European Journal of Politics and Gender**, v. 3, n. 1, p. 121-142, 2020.

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos. A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures. **Politics & Gender**, v. 12, n. 3, p. 415-442, 2016.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ZOVATTO, Daniel. **Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada**. 2005.

APÊNDICE A — “base_final”

CD_MUNICIPIO	SG_PARTIDO	contagem	contagem_m	contagem_h	tem_mulher	CD_CARGO	mulher_candidata	homem_candidato	mulher_eleita	homem_eleito	SG_UF	NM_MUNICIPIO	eleitorado_total	eleitorado_mulher	tx_eleitorado_feminino	porte_municipio	prop_mulher	soma_receita_fp	soma_receita_fe	soma_receita_or	Ideologia
00019	MDB	15	6	9	1	11	1	0	0	0	RO	GUAIARÁ-MIRIM	29557	15149	51,25%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 238.020	R\$ -	Direita
00019	PL	8	6	2	1	11	1	0	0	0	RO	GUAIARÁ-MIRIM	29557	15149	51,25%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 5.000	R\$ 229.167	R\$ 20.000	Extrema Direita
00019	PP	17	1	16	1	11	0	1	0	1	RO	GUAIARÁ-MIRIM	29557	15149	51,25%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 240.000	R\$ 24.200	Direita
00019	PRTB	12	7	5	1	11	0	1	0	0	RO	GUAIARÁ-MIRIM	29557	15149	51,25%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.432	Direita
00035	MDB	382	75	307	1	11	1	0	0	0	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 7.060	R\$ 2.410.000	R\$ 430.802	Direita
00035	NOVO	5	3	2	1	11	0	1	0	0	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 27.000	R\$ 19.954	Direita
00035	PDT	184	70	114	1	11	0	1	0	0	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 3.571.055	R\$ 177.505	Centro Esquerda
00035	PODE	15	5	10	1	11	0	1	0	1	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 666.695	R\$ 3.896.305	R\$ 1.172.300	Direita
00035	REDE	20	8	12	1	11	0	1	0	0	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 320.000	R\$ 9.000	Centro Esquerda
00035	SOLIDARIEDADE	35	13	22	1	11	0	1	0	0	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ -	R\$ 694.217	Centro Direita
00035	UNIÃO	68	31	37	1	11	1	0	0	0	RO	PORTO VELHO	362248	189291	52,25%	entre 150 e 500 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 950.000	R\$ 6.012.000	R\$ 10.000	Direita
00051	PL	15	3	12	1	11	0	1	0	1	RO	JI-PARANÁ	96959	50752	52,34%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 50.116	R\$ 1.010.000	R\$ 29.300	Extrema Direita
00051	PODE	5	1	4	1	11	0	1	0	0	RO	JI-PARANÁ	96959	50752	52,34%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 30.000	R\$ 40.112	Direita
00051	UNIÃO	9	2	7	1	11	0	1	0	0	RO	JI-PARANÁ	96959	50752	52,34%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 557.460	R\$ 189.197	Direita
00078	MDB	79	35	44	1	11	1	0	0	0	RO	ARIQUEMES	73201	37873	51,74%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 125	R\$ 800.000	R\$ 19.000	Direita
00078	PP	14	3	11	1	11	1	0	0	0	RO	ARIQUEMES	73201	37873	51,74%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 20.000	R\$ 200.000	R\$ 775.076	Direita
00078	UNIÃO	29	24	5	1	11	1	0	1	0	RO	ARIQUEMES	73201	37873	51,74%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 1.278.000	R\$ 318.179	Direita
00094	PDT	5	1	4	1	11	0	1	0	0	RO	CACOA	69088	36042	52,17%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 410.000	R\$ 30.200	Centro Esquerda
00094	PL	13	3	10	1	11	0	1	0	0	RO	CACOA	69088	36042	52,17%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 500.000	R\$ 37.575	Extrema Direita
00094	PSD	10	2	8	1	11	0	1	0	1	RO	CACOA	69088	36042	52,17%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 300.000	R\$ 89.059	Direita
00116	CIDADANIA	5	3	2	1	11	0	1	0	0	RO	PIMENTA BUENO	27556	13949	50,62%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 40.000	R\$ -	Centro
00116	PODE	12	7	5	1	11	1	0	1	0	RO	PIMENTA BUENO	27556	13949	50,62%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 160.000	R\$ 49.594	Direita
00116	UNIÃO	32	10	22	1	11	0	1	0	0	RO	PIMENTA BUENO	27556	13949	50,62%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 107.580	R\$ 56.028	Direita
00132	PODE	16	0	16	0	11	0	1	0	1	RO	VILHENA	69345	36460	52,58%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 550.000	R\$ 1.000.000	R\$ 230.085	Direita
00132	PRD	14	2	12	1	11	1	0	0	0	RO	VILHENA	69345	36460	52,58%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 130.000	R\$ 170.321	Extrema Direita
00132	PT	8	4	4	1	11	0	1	0	0	RO	VILHENA	69345	36460	52,58%	entre 50 e 150 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 35.545	R\$ -	Esquerda
00159	MDB	20	8	12	1	11	0	1	0	1	RO	JARU	40937	21020	51,35%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 21.186	R\$ 891.000	R\$ 75.100	Direita
00159	PL	14	3	11	1	11	0	1	0	0	RO	JARU	40937	21020	51,35%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 232.000	R\$ 300.000	R\$ 19.656	Extrema Direita
00175	PODE	7	2	5	1	11	0	1	0	0	RO	OURO PRETO DO	28501	14929	52,38%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 150.000	R\$ 98.861	Direita
00175	PT	9	4	5	1	11	1	0	0	0	RO	OURO PRETO DO	28501	14929	52,38%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 41.142	R\$ 4.000	Esquerda
00175	UNIÃO	9	3	6	1	11	0	1	0	1	RO	OURO PRETO DO	28501	14929	52,38%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 12.000	R\$ 293.400	R\$ 128.679	Direita
00191	PL	19	5	14	1	11	0	1	0	1	RO	PRESIDENTE MÁRIO	16053	8165	50,86%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 205.866	R\$ 15.929	Extrema Direita
00191	PSD	5	0	5	0	11	0	1	0	0	RO	PRESIDENTE MÁRIO	16053	8165	50,86%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 100.000	R\$ 52.841	Direita
00191	PT	7	3	4	1	11	1	0	0	0	RO	PRESIDENTE MÁRIO	16053	8165	50,86%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 79.175	R\$ 7.160	Esquerda
00213	PODE	7	6	1	1	11	0	1	0	0	RO	COSTA MARQUES	9126	4414	48,37%	at? 20 mil eleitores	entre 25% e 50% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ -	R\$ 35.750	Direita
00213	PP	18	9	9	1	11	0	1	0	0	RO	COSTA MARQUES	9126	4414	48,37%	at? 20 mil eleitores	entre 25% e 50% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 44.470	R\$ 90.010	Direita
00213	PRTB	13	6	7	1	11	0	1	0	0	RO	COSTA MARQUES	9126	4414	48,37%	at? 20 mil eleitores	entre 25% e 50% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.000	Direita
00213	UNIÃO	9	3	6	1	11	0	1	0	1	RO	COSTA MARQUES	9126	4414	48,37%	at? 20 mil eleitores	entre 25% e 50% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 117.360	R\$ 15.714	Direita
00230	MDB	71	19	52	1	11	0	1	0	0	RO	COLORADO DO O	14029	7069	50,39%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 375	R\$ 80.000	R\$ 1.850	Direita
00230	PL	11	1	10	1	11	0	1	0	1	RO	COLORADO DO O	14029	7069	50,39%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 20.000	R\$ 146.500	R\$ 18.424	Extrema Direita
00230	PODE	5	0	5	0	11	0	1	0	0	RO	COLORADO DO O	14029	7069	50,39%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 40.000	R\$ 19.102	Direita
00230	PT	7	4	3	1	11	0	1	0	0	RO	COLORADO DO O	14029	7069	50,39%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ 3.000	R\$ 29.290	R\$ 5.500	Esquerda
00230	UNIÃO	23	8	15	1	11	0	1	0	0	RO	COLORADO DO O	14029	7069	50,39%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 127.140	R\$ 34.500	Direita
00256	MDB	120	48	72	1	11	0	1	0	0	RO	ESPIGÃO DO OESTE	23943	12010	50,16%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 208.680	R\$ 17.600	Direita
00256	PL	24	8	16	1	11	0	1	0	1	RO	ESPIGÃO DO OESTE	23943	12010	50,16%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 143.866	R\$ 24.286	Extrema Direita
00272	PL	12	3	9	1	11	0	1	0	0	RO	CEREJEIRAS	13193	6831	51,78%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 248.438	R\$ 26.101	Extrema Direita
00272	UNIÃO	18	7	11	1	11	0	1	0	1	RO	CEREJEIRAS	13193	6831	51,78%	at? 20 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 185.820	R\$ 33.922	Direita
00299	MDB	72	24	48	1	11	1	0	0	0	RO	ROLIM DE MOURA	41369	21492	51,95%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 250.000	R\$ 16.200	Direita
00299	PL	10	2	8	1	11	0	1	0	0	RO	ROLIM DE MOURA	41369	21492	51,95%	entre 20 e 50 mil eleitores	entre 50% e 75% de eleitoras mulheres	R\$ -	R\$ 600.000	R\$ 15.000	Extrema Direita

APÊNDICE B — Cálculo da Análise Taxa de Sucesso

$$Taxa\ de\ Sucesso = \left(\frac{Taxa\ de\ eleitos}{Total\ de\ candidatos} \right) \times 100$$

Ano	Cand. F	Eleitas F	Taxa Sucesso	Cand. M	Eleitos M	Taxa de Sucesso
2024	2.381	742	31,16%	1319	4.845	36,73%

Fonte: Autoria Própria com base nos dados do TSE

APÊNDICE C — Matriz de confusão Modelo sem tem_mulher

```
> table(resultados_previstos$class_sem_mulher_50,resultados_previstos$mulher_eleita)
```

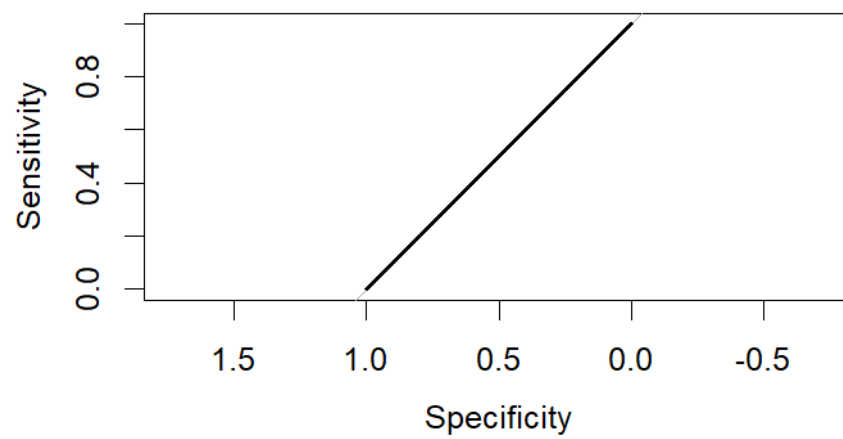
```
      0      1
0 14285  729
1      1      0
```

APÊNDICE D – Matriz de confusão Modelo sem receita

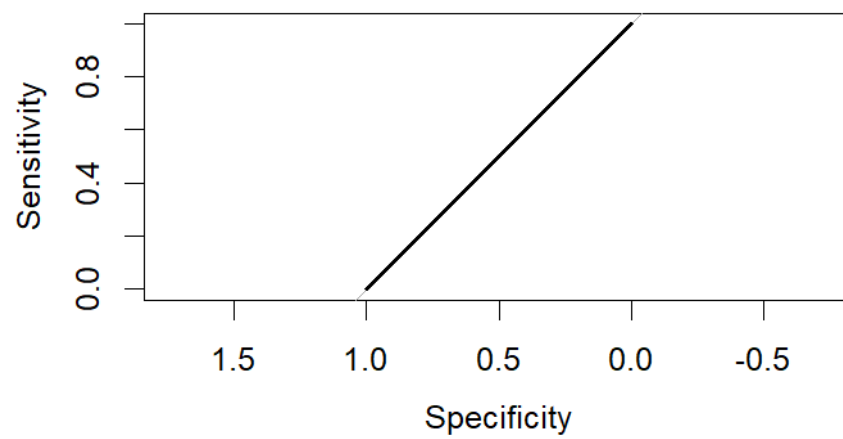
```
> table(resultados_previstos$class_sem_receita_50,resultados_previstos$mulher_eleita)
```

	0	1
0	14286	729

APÊNDICE E – Curva ROC Modelo sem tem_mulher



APÊNDICE F – Curva ROC Modelo sem receita



APÊNDICE G – Teste KS Modelo sem tem_mulher

Asymptotic two-sample Kolmogorov-Smirnov test

data: resultados_previstos\$mulher_eleita and resultados_previstos\$class_sem_mulher_50
D = 0.048399, p-value = 9.812e-16
alternative hypothesis: two-sided

APÊNDICE H – Teste KS Modelo sem receita

Asymptotic two-sample Kolmogorov-Smirnov test

data: resultados_previstos\$mulher_eleita and resultados_previstos\$class_sem_receita_50
D = 0.048465, p-value = 8.904e-16
alternative hypothesis: two-sided